



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 20^a REUNIÃO

(4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura)

**23/05/2018
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Jorge Viana**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/05/2018.**

20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 21/2018 - Não Terminativo -	SENADOR JOSÉ AGRIPINO	7
2	MSF 34/2018 - Não Terminativo -	SENADOR LASIER MARTINS	87

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

(1)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Edison Lobão(8)	MA (61) 3303-2311 a 2313	1 VAGO(8)(14)(26)	
João Alberto Souza(8)	MA (061) 3303-6352 / 6349	2 Valdir Raupp(8)	RO (61) 3303- 2252/2253
Roberto Requião(8)(14)	PR (61) 3303- 6623/6624	3 Hélio José(PROS)(8)	DF (61) 3303- 6640/6645/6646
Romero Jucá(8)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Marta Suplicy(18)(22)(23)	SP (61) 3303-6510
Fernando Bezerra Coelho(22)	PE (61) 3303-2182		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)

Gleisi Hoffmann(PT)(6)	PR (61) 3303-6271	1 Fátima Bezerra(PT)(6)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682
Kátia Abreu(PDT)(6)(17)(25)	TO (61) 3303-2708	2 José Pimentel(PT)(6)	CE (61) 3303-6390 /6391
Jorge Viana(PT)(6)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	3 Paulo Paim(PT)(6)	RS (61) 3303- 5227/5232
Lindbergh Farias(PT)(6)	RJ (61) 3303-6427	4 Humberto Costa(PT)(6)(17)	PE (61) 3303-6285 / 6286

Bloco Social Democrata(DEM, PSDB)

Antonio Anastasia(PSDB)(3)	MG (61) 3303-5717	1 Cássio Cunha Lima(PSDB)(3)	PB (61) 3303- 9808/9806/9809
Paulo Bauer(PSDB)(3)	SC (61) 3303-6529	2 Ronaldo Caiado(DEM)(9)	GO (61) 3303-6439 e 6440
Ricardo Ferrão(PSDB)(3)(13)(24)	ES (61) 3303-6590	3 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)(9)	RN (61) 3303-2361 a 2366	4 Tasso Jereissati(PSDB)(13)	CE (61) 3303- 4502/4503

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)

Lasier Martins(PSD)(7)	RS (61) 3303-2323	1 José Medeiros(PODE)(7)	MT (61) 3303- 1146/1148
Ana Amélia(PP)(7)	RS (61) 3303 6083	2 Gladson Cameli(PP)(7)	AC (61) 3303- 1123/1223/1324/1 347/4206/4207/46 87/4688/1822

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania(PODE, PPS, PSB, PCdoB, REDE)

Cristovam Buarque(PPS)(5)	DF (61) 3303-2281	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(5)	AM (61) 3303-6726
VAGO(5)(19)		2 Randolfe Rodrigues(REDE)(2)	AP (61) 3303-6568

Bloco Moderador(PTC, PR, PTB, PRB)

Fernando Collor(PTC)(4)	AL (61) 3303- 5783/5786	1 Wellington Fagundes(PR)(4)(15)(16)(11)(20)	MT (61) 3303-6213 a 6219
Pedro Chaves(PRB)(4)	MS	2 Armando Monteiro(PTB)(4)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

(1) O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

(2) Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

(3) Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

(4) Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

(5) Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

(6) Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

(7) Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

(8) Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

(9) Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

(10) Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

(11) Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

(12) Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

(13) Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferrão foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).

(14) Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).

(15) Em 10.04.2017, o Senador Thières Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

(16) Em 17.04.2017, o Senador Thières Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção do mandato do titular.

(17) Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).

- (18) Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (19) Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
- (20) Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
- (21) Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- (22) Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
- (23) Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
- (24) Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
- (25) Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
- (26) Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO(A): ALVARO ARAUJO SOUZA

TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496

FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:

E-MAIL: cre@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

Em 23 de maio de 2018
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA
20^a Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Indicação de Autoridade
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 21, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - *Em 17/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 - *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 34, de 2018

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - *Em 17/05/2018, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 - *A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.*

Textos da pauta:

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Mensagem \(PLEN\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 21, DE 2018

(nº 192/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 192

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Os méritos do Senhor Fernando José Marroni de Abreu que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2018.

EM nº 00058/2018 MRE

Brasília, 5 de Abril de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os organismos internacionais e curriculum vitae de **FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Aloysio Nunes Ferreira Filho

Aviso nº 174 - C. Civil.

Em 17 de abril de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU**

CPF.: 238.412.060-34

ID.: 8109 MRE

1957 Filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu, nasce em 17 de março, em São Borja/RS

Dados Acadêmicos:

1979 Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1981 CPCD – IRBr
 1985 Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília/DF
 1986 Relações Internacionais pela Universidade Brasília/DF
 1988 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris-I, Pantheon-Sorbonne, Paris/FR
 1989 CAD – IRBr
 2004 CAE - IRBr, A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica

Cargos:

1982 terceiro-secretário
 1986 segundo-secretário
 1994 primeiro-secretário
 2000 conselheiro
 2005 ministro de segunda classe
 2010 ministro de primeira classe

Funções:

1983-84 Divisão da África I, Assistente
 1983 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de Política Externa Brasileira Contemporânea
 1984-85 Divisão da África II, Assistente
 1985-86 Subsecretaria-Geral da Assuntos Políticos, Assistente
 1985 Curso de Formação de Diplomatas em Guiné-Bissau, Diretor
 1986-89 Embaixada em Paris, Terceiro e Segundo-Secretário
 1989-93 Embaixada em Havana, Segundo-Secretário
 1993 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Assistente
 1993-94 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor e Chefe de Gabinete
 1994-95 Secretaria de Informações no Exterior, Secretário, substituto
 1995-98 Embaixada em Roma, Primeiro-Secretário
 1998 Ministério Extraordinário de Política Fundiária, Assessor Internacional e Chefe de Gabinete
 1999 Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Conselheiro
 2000-02 Ministério do Desenvolvimento Agrário, Chefe de Gabinete
 2000 Comitê Gestor do Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos de Reforma Agrária do Nordeste, Presidente
 2001 Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus, Conselheiro

2002-03 Ministério da Defesa, Assessor Especial
 2003-05 Ministério da Defesa, Chefe de Gabinete
 2003 Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária - INFRAERO, Vice-Presidente
 2003 Conselho Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Membro
 2004 Conselho de Administração da EMBRAER, Membro Suplente
 2005-08 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
 2008-12 Embaixada em Amã, Embaixador
 2012-15 Agência Brasileira de Cooperação, Diretor
 2015-2016 Subsecretaria-Geral Política III, Subsecretário-Geral
 2016 Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio, Subsecretário-Geral

Publicações:

2000 Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática in Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico, Ed. NUPRI-USP, São Paulo

Condecorações:

1990 Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
 2002 Medalha do Pacificador, Brasil
 2002 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
 2002 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
 2003 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
 2003 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
 2003 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz
 2004 Medalha da Vitória
 2004 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
 2010 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
 2013 Ordem do Mérito Judiciário Militar, Alta Distinção

ALEXANDRE JOSÉ VIDAL PORTO
 Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Representação do Brasil junto à FAO

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO**



OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (<i>Food and Agriculture Organization</i>)
Mandato:	Eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.
Natureza:	Agência especializada e intergovernamental
Estados partes:	194 Estados e 1 Organização (União Europeia)
Estados associados:	2 Estados: Ilhas Faroe e Tokelau
Fundaçao:	16 de outubro de 1945
Ano de adesão do Brasil:	1945 (membro fundador)
Sede:	Roma, Itália (desde 1951, quando foi transferida de Washington, EUA)
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conferência, Conselho, Conferências Regionais, Comitês Administrativos (Programa, Finanças, Questões Constitucionais e Jurídicas), Comitês Temáticos (Agricultura, Florestas, Pesca e Aquicultura, Segurança Alimentar, Produtos de Base)
Principais chefias:	Diretor-Geral, José Graziano da Silva (jan/2012-atual) Vice-Diretor-Geral de Operações, Daniel J. Gustafson (jan/2013-atual) Vice-Diretora-Geral de Conhecimento, Maria Helena Semedo (jun/2013-atual)
Representante na Região:	Raúl Benítez, Representante da FAO para a América Latina e o Caribe (jun/2012-atual)
Representante no Brasil:	Alan Bojanic, Representante da FAO no Brasil (mar/2013-atual)
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO

Informação revisada em 27 de março de 2018.

PERFIS BIOGRÁFICOS

José Graziano da Silva
Diretor-Geral da FAO



Brasileiro, agrônomo e professor¹, José Graziano da Silva trabalha com agricultura, desenvolvimento rural e segurança alimentar desde 1972. Entre 2003 e 2004, foi Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, sendo o responsável pela implementação do Programa Fome Zero. Em 26 de junho de 2011, foi eleito Diretor-Geral da FAO, tornando-se o primeiro latino-americano a ocupar tal posição. Em junho de 2015, foi reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

Desde que assumiu o cargo de Diretor-Geral da FAO, em janeiro de 2012, Graziano tem-se encarregado da conclusão de reformas estruturantes na Organização, reorientando seu trabalho para o combate à insegurança alimentar e à desnutrição e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Seus esforços vêm resultando em melhor custo-benefício para a FAO e seus parceiros, o que lhe garantiu ampla aprovação tanto entre os países desenvolvidos quanto entre aqueles em desenvolvimento.

¹ Possui Grauação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas, onde foi professor titular de Economia Agrícola. Fez, ainda, Pós-Doutorado na Universidade da Califórnia e no Instituto de Estudos Latino-Americanos da University College London.

Daniel J. Gustafson
Vice-Diretor-Geral de Operações



Cidadão norte-americano, Gustafson é Bacharel em Economia e Relações Internacionais, Mestre em Economia Agrícola e Doutor em Extensão Agrícola. Iniciou carreira no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e serviu no Brasil de 1977 a 1988, apoiando programas de pesquisa e extensão agrícolas nacionais. Em seguida, tornou-se Diretor de Programa do Centro de Gestão de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Maryland, nos EUA.

Na FAO, Gustafson iniciou seus trabalhos em 1994, como Representante da Organização em Moçambique. Em 1998, foi designado a representar a FAO no Quênia e na Somália; e, em 2002, na Índia e no Butão. Tornou-se Diretor do Gabinete do Escritório de Ligação para os EUA e o Canadá, em 2007; e Diretor do Escritório de Apoio à Descentralização, em 2012. Nesse mesmo ano, foi nomeado pelo Conselho da FAO para a função de Vice-Diretor-Geral de Operações. Sob sua coordenação, além das atividades de cooperação internacional da FAO, estão concentrados os serviços corporativos, financeiros e de recursos humanos.

Maria Helena Semedo
*Vice-Diretora-Geral de Conhecimento
Coordenadora-Geral para Recursos Naturais*



Nacional de Cabo Verde, Maria Helena Semedo foi nomeada Vice-Diretora-Geral de Conhecimento pelo Conselho da FAO, em 2013. Em seu país, exerceu as funções de Ministra da Pesca, Agricultura e Assuntos Rurais (1993-1995); Ministra Coordenadora do Comitê Interestadual para o Controle da Seca do Sahel (1993-1997); Ministra para Assuntos Marinhos (1995-1998); e Ministra do Turismo, Transportes e Oceanos (1998-2001).

Na FAO, Semedo atuou como Representante da Organização no Niger (2003-2008); Representante Subregional da África Ocidental e Vice-Representante Regional para a África (2008-2009), tornando-se a titular do Escritório em Acra e Diretora-Geral Assistente ainda em 2009. Como Vice-Diretora-Geral de Conhecimento e Diretora de Recursos Naturais da FAO, ela concentra sob seu comando todas as áreas temáticas da Organização.

INFORMAÇÕES GERAIS

Agência especializada das Nações Unidas, de caráter intergovernamental, a FAO tem o mandato de ajudar os países a eliminar a fome, melhorar a nutrição, aumentar a produtividade agrícola, elevar o nível de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial.

Desde sua fundação, em 16 de outubro de 1945, a FAO mantém-se como um dos maiores organismos internacionais das Nações Unidas. Nas suas duas primeiras décadas, era a única fonte internacionalmente reconhecida de conhecimentos técnicos em alimentação, nutrição e agricultura. Atualmente, junto com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), criado em 1963, e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), de 1977, a FAO segue sendo referência internacional em assuntos ligados a agricultura, alimentação, nutrição, desenvolvimento rural, florestas, pesca e aquicultura, entre outros.

A Organização é integrada por 195 Membros e 2 Estados Associados, sendo o Brasil um de seus fundadores. Entre os Membros, constam 194 Estados nacionais e a União Europeia, na categoria de organização. Seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva, encontra-se no segundo mandato (2015-2019), para o qual foi reeleito com amplo apoio: 177 dos 182 votos possíveis, em candidatura única. Por sua vez, os Vice-Diretores-Gerais se dividem entre os temas de natureza substantiva, a cargo da cabo-verdiana Maria Helena Semedo (*DDG Knowledge*), e aqueles de ordem administrativa e financeira, sob a responsabilidade do norte-americano Daniel Gustafson (*DDG Operations*).

Estrutura e Governança:

A estrutura da FAO contempla instâncias consultivas e deliberativas, de natureza tanto técnica quanto política. É composta de conferência, conselho, comitês e outros órgãos estatutários.

- **Conferência:** órgão máximo de deliberação, que reúne, a cada dois anos, todos os Membros da FAO. Tem o propósito de rever os trabalhos da Organização e aprovar o Programa de Trabalho e Orçamento para o biênio seguinte. O Diretor-Geral da FAO é eleito pela Conferência para um mandato de quatro anos, passível de uma única renovação.
- **Conselho:** é composto de 49 membros eleitos para um mandato de três anos. Supervisiona as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho da organização. É assessorado por comitês técnicos e órgãos subsidiários, que reportam ao Conselho as questões orçamentárias e relativas ao programa de trabalho.
- **Comitês:** a estrutura da FAO contempla quatro Comitês técnicos: Agricultura (COAG), Florestas (COFO), Pesca e Aquicultura (COFI) e Produtos de Base (CCP); e três Comitês administrativos, de participação restrita: Programa; Finanças; e Questões Constitucionais e Jurídicas. O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS ou CSA), realizado anualmente, e as Conferências Regionais, de frequência bienal, também são considerados órgãos diretores da FAO.
- **Outros órgãos estatutários:** a FAO conta com outros órgãos estatutários, cujo trabalho é de grande relevância e interesse para o Brasil. Entre eles estão a Comissão de Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura (CGRFAA) e o Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos para Alimentação e Agricultura (IPTGRFA ou TIRFAA). Também se enquadram nessa categoria aqueles órgãos considerados normativos (“rule-setting bodies”) junto à Organização Mundial do Comércio (OMC): o Codex Alimentarius e a Comissão de Medidas Fitossanitárias (CPM), braço executivo da Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC).

Assinado em 2001 e em vigor desde 2004, o TIRFAA tem como objetivo a conservação e o uso sustentável dos recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura e a repartição justa e equitativa de benefícios derivados de sua utilização,

com vistas a uma agricultura sustentável e à segurança alimentar. Para tanto, o TIRFAA estabeleceu o primeiro mecanismo internacional de acesso e repartição de benefícios (ABS) e criou sistema de acesso facilitado a recursos genéticos de 64 cultivos, listados em seu Anexo I, que formam a base de 80% da alimentação humana.



A FAO sedia, ademais, uma série de iniciativas globais e regionais voltadas para temas específicos e afins ao seu mandato e programa de trabalho. A Aliança Mundial pelos Solos (GSP)² e a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP)³, por exemplo, contam com a associação do governo brasileiro. O país também vem participando, por meio de especialistas e parceiros não-governamentais, de atividades da Iniciativa Global sobre Perda e Redução do Desperdício de Alimentos⁴ e da Iniciativa Global de Crescimento Azul e Estados Insulares em Desenvolvimento⁵. Por sua vez, as atividades da Aliança Mundial pela Agricultura Climaticamente Inteligente (GACSA)⁶ e do Mecanismo Floresta e Agricultura (FFF) têm sido acompanhadas pela Representação do Brasil junto à FAO, mantendo-se o país na condição de observador.

² <http://www.fao.org/globalsoilpartnership/en/>

³ <http://www.globalbioenergy.org/>

⁴ <http://www.fao.org/3/a-i4068e.pdf>

⁵ http://www.fao.org/fileadmin/templates/sids/PDF/Blue_Growth_policy_paper.pdf

⁶ <http://www.fao.org/climate-smart-agriculture/en/>

O secretariado opera em seis unidades principais, responsáveis pelos temas substantivos, além de um departamento administrativo. Listam-se abaixo as principais divisões de cada área, que sinalizam a amplitude e variedade do trabalho realizado pela Organização:

- a) Agricultura e Proteção ao Consumidor – produção e saúde animal; nutrição e proteção ao consumidor; produção e proteção de plantas; infraestrutura rural e agroindústrias; unidade de técnicas nucleares FAO/AIEA;
- b) Desenvolvimento Social e Econômico – desenvolvimento agrícola; estatísticas; comércio e mercados; gênero, equidade e emprego rural;
- c) Pesca e Aquicultura – políticas de pesca e aquicultura; uso e conservação de recursos pesqueiros e de aquicultura;
- d) Florestas – produtos, políticas e economia florestal; avaliação, manejo e conservação florestal;
- e) Cooperação Técnica – políticas e desenvolvimento de programas; operações emergenciais e reabilitação; centro de investimentos;
- f) Clima, Biodiversidade, Terra e Água – políticas para alimentação e agricultura sustentáveis e resiliência dos meios de vida no campo;
- g) Serviços Corporativos e Recursos Humanos e Finanças.

A FAO conta, ainda, com uma Coordenação-Geral para Recursos Naturais, que abriga as divisões de Clima, Energia e Posse, e de Terra e Água, além de integrar as ações dos departamentos de Agricultura, Florestas, e Pesca e Aquicultura. A Coordenação-Geral de Recursos Naturais é atualmente chefiada pela Vice-Diretora-Geral, Maria Helena Semedo.

Níveis de Representação:

A Organização possui cinco escritórios regionais, nove escritórios sub-regionais, cinco escritórios de ligação e 143 representações nacionais. A principal função desses escritórios e representações é a de identificar, planejar e implementar as ações prioritárias da FAO nos níveis regional, sub-regional e local. Os postos avançados da Organização também apoiam os países, por meio de assessoramento técnico, no desenvolvimento de políticas, programas e projetos voltados ao combate à fome e à

desnutrição, ao desenvolvimento rural e agrícola e ao uso sustentável e eficiente dos recursos naturais.

Os cinco escritórios regionais dividem-se em: África Subsaariana (sede em Acrá, Gana), Ásia e Pacífico (Bangkok, Tailândia), América Latina e Caribe (Santiago, Chile); Europa e Ásia Central (Budapeste, Hungria); e Oriente Próximo e Norte Africano (Cairo, Egito). O Representante da FAO para a América Latina e o Caribe é o mexicano Dr. Julio A. Berdegué (abril/2017-atual)

No Brasil, a Organização tem escritório em Brasília, e seu representante no país é Alan Bojanic, nacional da Bolívia. A atuação da FAO em território brasileiro abrange áreas como segurança alimentar e nutricional, redução da pobreza, desenvolvimento rural, sanidade agropecuária, qualidade dos alimentos e gestão de recursos naturais.

Competência e Atribuições:

Entre as principais atribuições da FAO, estão:

- ❖ *Apoiar* países em desenvolvimento mediante projetos de assistência técnica, numa visão holística, que integre as dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica;
- ❖ *Informar* sobre nutrição, alimentos, agricultura, florestamento e pesca, utilizando-se de informes (*newsletters*), relatórios, livros, revistas e dados em formato eletrônico;
- ❖ *Aconselhar* a governos, com base no conhecimento especializado e experiência de seu diversificado quadro técnico, além de consultorias em política e planejamento agrícola e em formulação de estratégias nacionais para desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e combate à pobreza;
- ❖ *Servir* como um fórum neutro para discutir e formular políticas nos principais assuntos relacionados à agricultura e alimentação. Realizar conferências, encontros técnicos e consultas de especialistas.

A atuação da FAO estende-se a operações de assistência humanitária, nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências. Possui também

programas de prevenção e controle de pestes (o *Emergency Prevention System for Transboundary Animal and Plant Pests and Diseases*, implementado em 1994).

Em outra frente, a FAO criou, em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa *Codex Alimentarius*, com o propósito de desenvolver padrões e diretrizes alimentares para proteger os consumidores, garantir o comércio justo e promover a coordenação de todos os trabalhos de padronização alimentar realizados por organizações intergovernamentais e não-governamentais.

Além de utilizar seus próprios recursos, a FAO busca favorecer o desenvolvimento do setor agrícola também com investimentos provenientes de instituições multilaterais como o Banco Mundial, bancos de desenvolvimento regional e fundos internacionais.

A atuação da FAO amplia-se também para operações de assistência humanitária, atuando nas áreas de prevenção, mitigação, preparação e resposta a emergências.

Reforma da Governança e Marco Estratégico Revisado:

Foi concluída, em 2013, a revisão no Marco Estratégico da FAO, que concentrou a ação da Organização em cinco Objetivos Estratégicos⁷:

OE 1 – Ajudar e eliminar a fome, a insegurança alimentar e a desnutrição;

OE 2 – Aumentar e melhorar a oferta de produtos e serviços agrícolas, florestais e pesqueiros de maneira sustentável;

OE 3 – Reduzir a pobreza rural;

OE 4 – Promover sistemas alimentares e agrícolas mais inclusivos e eficientes; e

OE 5 – Aumentar a resiliência dos meios de vida frente a catástrofes.

Também está em fase de conclusão, processo de reforma na estrutura de governança⁸ da Organização, voltado, sobretudo, para:

a) Apresentação de resultados concretos de gestão, mediante aprovação e implementação ágil de projetos e programas;

⁷ <http://www.fao.org/docrep/meeting/027/mg015e.pdf>

⁸ <http://www.fao.org/3/a-mm578e.pdf>

- b) Reforço das capacidades institucionais, sobretudo em termos de descentralização e maior capacidade de resposta dos escritórios regionais, sub-regionais e nacionais;
- c) Redução substantiva dos custos administrativos e ampliação do uso dos recursos do orçamento regular da Organização em programas de apoio concreto a Estados Membros⁹;
- d) Fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, iniciativa privada, a área acadêmica e outros atores não-estatais; e
- e) Incentivo e apoio à Cooperação Sul-Sul.

Áreas Prioritárias e Temas Emergentes

Em 2018, a FAO dará início às atividades previstas para o biênio 2018-19, cujo Programa de Trabalho e Orçamento foi aprovado na 40^a Conferência Geral. Segundo o Plano de Médio Prazo 2018-2021, a agenda de trabalho da FAO segue tendo como prioridade a erradicação da fome e da insegurança alimentar e o combate a todas as formas de má nutrição. A Organização mantém como objetivos estratégicos a sustentabilidade da agricultura, incluindo pecuária, pesca e silvicultura; a redução da pobreza rural; a promoção de sistemas alimentares inclusivos e eficientes e a melhoria da resiliência a desastres dos sistemas agrícolas. Questões relacionadas aos impactos da mudança do clima na agricultura e à nutrição também permanecem no topo da agenda da FAO.

Entre os temas emergentes relacionados às áreas prioritárias e aos Objetivos Estratégicos da Organização, sublinham-se: agroecologia, biotecnologia (sobretudo aplicada a pequenos produtores), medidas de prevenção e combate à resistência antimicrobiana, Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global (GIAHS), entre outros.

Ademais, a FAO busca se viabilizar como uma das principais agências de apoio à implementação dos compromissos assumidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Esses esforços são especialmente observados nas áreas de segurança alimentar e nutrição, desenvolvimento rural e mudança do clima. Sobre esta

⁹ Atualmente, cerca de 70% dos recursos do orçamento regular da FAO são gastos com os custos administrativos da Organização, o que leva a quase totalidade dos programas e atividades-fim a serem financiados com recursos provenientes de contribuições voluntárias.

última, em seguimento ao Acordo de Paris (dezembro de 2015), a FAO vem advogando maior atenção à agricultura – incluindo pecuária, pesca e florestas – nas discussões sobre clima, e trabalhando em programas e projetos que tratam o tema de maneira transversal e integrada.

Por sua vez, no campo do direito à alimentação, segurança alimentar e nutrição, a FAO detém grande conhecimento e base legal acumulados. Nos últimos anos, realizou, em conjunto ou com apoio de outras organizações internacionais, várias reuniões de alto nível nessa área. Desses encontros, resultaram declarações, planos de ação e programas de trabalho baseados em compromissos de combate à fome, à insegurança alimentar e à desnutrição. Entre os principais eventos, estão as duas conferências internacionais sobre nutrição (ICN-1 e ICN-2), em 1992 e 2014¹⁰; as duas cúpulas mundiais sobre alimentação, em 1996 e 2002¹¹; e a Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em 2009¹². As atividades vindouras, por sua vez, serão pautadas pela definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com metas tanto específicas para a nutrição (ODS 2), quanto dirigidas a outras áreas, mas de efeitos indissociáveis sobre a segurança alimentar e a nutrição.

Orçamento da FAO:

O orçamento total da FAO previsto para 2018-2019 é de US\$ 2,560 bilhões. Desse montante, 39% proviriam de contribuições estatutárias, pagas pelos Estados Membros, e 61% devem ser mobilizados por meio de contribuições voluntárias dos Membros e de outros parceiros. As contribuições são pagas anualmente – uma parte em dólares americanos e a outra, em euros – e correspondem à metade do valor devido no biênio.

Na divisão orçamentária para o biênio que segue, as parcelas de maior vulto serão destinadas para "Aumentar a resiliência dos meios de subsistência a ameaças e crises"; "Tornar a agricultura, a silvicultura e a pesca mais produtivas e sustentáveis"; e "Contribuir para a erradicação da fome, insegurança alimentar e desnutrição", que correspondem respectivamente a 708 milhões, 655 milhões e 266 milhões, da fonte de financiamento, corroborando com as prioridades da organização.

¹⁰<http://whqlibdoc.who.int/hq/1992/a34303.pdf> e <http://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>

¹¹ <http://www.fao.org/wfs/> e <http://www.fao.org/docrep/MEETING/005/Y7106E/Y7106E09.htm#TopOfPage>

¹² <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/Meeting/018/k6050e.pdf>

O Brasil é o 10º maior contribuinte ao orçamento regular da FAO, sendo antecedido por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, China, Itália, Canadá e Espanha. Os dez maiores contribuintes da FAO aportam, anualmente, quase 70% do valor aprovado pela Conferência – do qual o Brasil responde por menos de 3%. Os vinte Membros subsequentes aportam cerca de 22% do orçamento regular, enquanto os 164 Membros restantes – em sua grande maioria países de menor desenvolvimento relativo – contribuem com cerca de 8% do total.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

O Brasil, como um dos mais importantes produtores e exportadores mundiais de alimentos – além de ser o primeiro país em biodiversidade, o segundo em extensão florestal, e um dos maiores em reservas de água doce do planeta – não poderia estar ausente dos principais foros internacionais sobre temas agrícolas e, em especial, das diversas instâncias da FAO – inquestionavelmente, a principal organização das Nações Unidas com mandato nessa área. Essa conclusão é reforçada pela constatação da crescente complexidade e transversalidade dos temas, envolvendo, simultaneamente, comércio, energia, mudança do clima, segurança alimentar, biodiversidade, biotecnologia, inovação e pesquisa tecnológica.

Assim, os interesses nacionais, em todas as suas dimensões, tanto as estritamente econômicas e comerciais, quanto as relativas à cooperação e ao meio ambiente, por exemplo, podem vir a ser afetados, positiva ou negativamente, em maior ou menor grau, a depender dos rumos que tomam as discussões nas diversas instâncias da FAO.

O envolvimento de diferentes Ministérios e instituições nacionais nos projetos de cooperação com a FAO demonstra a diversidade dos temas e das áreas de interesse do país com relação às atividades realizadas por essa agência especializada das Nações Unidas.

Considerando os Objetivos Estratégicos e o Plano de Médio Prazo 2018-2021 da FAO, as áreas a serem enfatizadas no período 2018-2019, os projetos de cooperação que contam com a participação brasileira, os atos bilaterais firmados com o País, bem

como os assuntos em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização, são os seguintes os temas prioritários para o Brasil no âmbito da FAO¹³:

i. Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural

- Medidas de Proteção Social;
- Acesso à Terra e aos Meios de Produção Rural;
- Geração de resiliência das comunidades vulneráveis (agricultores, criadores, pescadores, agentes florestais, comunidades indígenas e tradicionais) ao risco e/ou afetados pelas catástrofes socioambientais (inclusive conflitos) ou tecnológicas; às doenças/pestes animais e vegetais; às crises socioeconômicas e a outras crises complexas.

ii. Segurança Alimentar e Nutrição

- Direito à Alimentação Adequada;
- Alimentação Escolar;
- Melhoria da qualidade e da diversidade dos alimentos.

iii. Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos

- Agricultura Familiar;
- Questões de Gênero;
- Compras Governamentais.

iv. Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentável

- Intensificação e Eficiência da Produção Agropecuária;
- Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (biodiversidade, recursos genéticos, solos e recursos hídricos);
- Manejo Florestal Sustentável;
- Pesca e Aquicultura Sustentáveis;
- Agricultura e Mudança do Clima;
- Agricultura e Bioenergia;
- Agroecologia e Produção Orgânica;

¹³ A presente lista não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

- Biotecnologia, Melhoramento Genético e OGMs.

v. Cooperação Sul-Sul e Triangular

- Assistência Técnica;
- Capacitação;
- Formação de Redes de Pesquisa.

vi. Assistência Humanitária Alimentar

- Prevenção, Mitigação e Resposta a Emergências;
- Ações Estruturantes para Construção de Resiliência.

vii. Produção e Comércio de Commodities e Questões Correlatas

- Investimentos e Inovação Tecnológica;
- Promoção de Sistemas de Distribuição e Abastecimento;
- Inclusivos, Sustentáveis, Eficientes e Justos;
- Promoção de medidas Contra Perdas e Desperdício;
- Promoção da Integração de Mercados Regionais e Globais.

viii. Sanidade Vegetal e Animal

- Prevenção e Controle de Pestes;
- Segurança Sanitária (vegetal, animal e alimentar).

ix. *Codex Alimentarius* e outras medidas regulatórias

Cumpre notar que a lista acima não é exaustiva e representa esforço de sistematização da participação brasileira nas atividades da FAO. Reflete o Artigo III da proposta de Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Estratégica, assinado em 2015, e incorpora os principais temas em debate nos órgãos estatutários e de governança da Organização.

Situação das contribuições obrigatórias do Brasil

A contribuição brasileira para o ano de 2018 é de USD 10.384.841,89 (dez milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e um dólares e oitenta e nove centavos) e de EUR 7.195.325,65 (sete milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e cinco centavos), que constituirá dívida em 1º de janeiro de 2019. Além disso, o Brasil se encontra em dívida de contribuição parcial do montante em dólares da fatura de 2016, que é de USD 1.241,89; e da contribuição integral do ano de 2017 que é de USD 8.010.582,84 (oito milhões, dez mil, quinhentos e oitenta e dois milhões de dólares e oitenta e quatro centavos) e de EUR 5.635.715,22 (cinco milhões, seicentos e trinta e cinco mil, setecentos e quinze euros e vinte e dois centavos). Ao total, o país deve à organização USD 18.396.666,50 (dezoito milhões, trezentos e noventa e seis mil, secentos e sessenta e seis dólares e cinquenta centavos) e EUR 12.831.040,87 (doze milhões, oitocentos e trinta e um mil e quarenta euros e oitenta e sete centavos).

Projetos implementados pela FAO com o apoio brasileiro

Além das contribuições estatutárias à FAO, o Brasil tem contribuído voluntariamente para a implementação de projetos de cooperação técnica ou emergencial – sobretudo nas modalidades Sul-Sul Trilateral – em benefício próprio e de outros países. Há 22 projetos desse tipo, **em andamento** no âmbito da FAO, aos quais o governo brasileiro apoia – ou se comprometeu a apoiar – financeiramente. Eles estão divididos nas modalidades de emergência (3 projetos), cooperação técnica (10), fundos unilaterais (6) e fundos multilaterais (3) e têm orçamento aproximado de US\$ 90 milhões, no que tange às contribuições brasileiras. Em dezembro de 2017, o programa apresentou um saldo financeiro no valor de aproximadamente US\$ 14 milhões a ser executado nos próximos 3 anos (2018 a 2020).

Os projetos realizados em terceiros países refletem os esforços do Governo Brasileiro em promover, por meio da cooperação Sul-Sul e Trilateral, o compartilhamento de tecnologias e o intercâmbio das experiências nacionais no

desenvolvimento de políticas e programas voltados, sobretudo, ao combate à pobreza e à fome. Além de os projetos desenvolverem ações de caráter regional em favor da América Latina e Caribe, atuam diretamente em 19 países da região, a saber: Antígua e Barbuda, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia e Uruguai. Na África, as iniciativas apoiaram o fortalecimento do programa de alimentação escolar do Malauí e de São Tomé e Príncipe, da agricultura familiar de Moçambique e dos países em desenvolvimento membros da CPLP (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste). A carteira de projetos inclui, entre outros:

- GCP/RAF/483/BRA – Fortalecimento dos Programas de Merenda Escolar em Países Africanos (FNDE);
- GCP /RLA/160/BRA - Iniciativa América Latina e Caribe sem Fome 2025 (MRE);
- GCP/RLA/173/BRA - Fortalecimento do Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil;
- GCP/RLA/180/BRA – Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar no marco da Iniciativa América Latina sem Fome 2025 (FNDE);
- GCP /RLA/193/BRA – Apoio às Estratégias Nacionais e Subregionais de Segurança Alimentar Nutricional (SAN) e Superação da Pobreza nos Países da América Latina e Caribe (MDS);
- GCP/RLA/199/BRA: Fortalecimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul (IBA); sobre este, ressalto que atualmente o projeto conta com aporte de recursos no valor de US\$ 14,4 milhões, com possibilidade de ampliação do montante disponível, apoiando 6 países da América Latina (Paraguai, Perú, Equador, Colômbia, Bolívia e Argentina) e o Haiti.
- GCP/RAF/498/BRA – Troca de Experiências e Diálogos sobre Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África (MDA); sobre este, registro que os aportes brasileiros foram reduzidos recentemente dos US\$ 4 milhões prometidos aos US\$

600 mil previamente depositados, limitando o apoio a um projeto-país (Moçambique), além de atividades pontuais nos países da CPLP.

- OSRO/RAF/202/BRA – PAA África: *Purchase from Africans for Africa*: - Promovendo a Compra Local de Alimentos para a Assistência Alimentar na África (MRE);
-

Projetos em que o Brasil é exclusivamente beneficiário:

Além dos 25 projetos que contam com contribuições brasileiras, a FAO registra outros sete projetos, com orçamento total de mais de US\$ 17 milhões (a maior parte já depositada), em que o Brasil é apenas beneficiário de cooperação, e não lhe cabe fazer qualquer aporte financeiro ou em espécie. Quatro destes – sobre reversão de processos de desertificação, políticas para a gestão sustentável dos recursos florestais, manejo sustentável da captura incidental da pesca de arrasto, e gestão integrada do ecossistema da Ilha Grande – são financiados com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Um quinto projeto – sobre medição de indicadores de insegurança alimentar no Brasil – é custeado pelo programa regular da FAO. São eles:

- TCP/BRA/3501 – Elaboração de Indicadores de Insegurança Alimentar no Brasil;
- MTF/BRA/010/ITB – Acordo entre Itaipu Binacional e FAO;
- GCP/BRA/078/GFF – Gestão Integrada do Ecossistema da Baía de Ilha Grande;
- GCP/BRA/079/GFF – Fortalecimento da Política Nacional e dos Conhecimentos em Apoio à Gestão Sustentável dos Recursos Florestais do Brasil
- GCP/BRA/083/GFF – Nova Produção e Organização Social da Agrocultura Familiar – uma necessidade.

- GCP/BRA/086/GFF – Reversão dos Processos de Desertificação em Áreas Suscetíveis do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade;
- GCP/RLA/201/GFF – Manejo Sustentável da Captura Incidental da Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe.

Ações conjuntas do Brasil com a FAO desenvolvidas recentemente, ou ainda em curso, no território nacional:

- Apoio ao Aprimoramento e a Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);
- Apoio ao Programa Nacional de Florestas – PNF, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Inteligência territorial de governança agroambiental do Brasil, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Nova organização produtiva e social da Agricultura Familiar brasileira, em parceria com a SEAD;
- Apoio ao Programa de Áreas Degradadas na Amazônia (Pradam), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e iniciativas regionais e subregionais vinculadas a Sanidade Animal, Proteção Vegetal, Biocombustíveis, Segurança Alimentar.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1943 – Representantes de 44 países, reunidos em Hot Spring, na Virginia, EUA, assumiram o compromisso de financiar uma organização permanente dedicada à alimentação e à agricultura.

1945 – A primeira agência especializada das Nações Unidas foi fundada em 16 de outubro, em conferência realizada no Quebec, Canadá. O Brasil foi um de seus 42 membros fundadores. O nutricionista britânico John Boyd Orr foi nomeado o primeiro Diretor-Geral da FAO, que teria sua sede provisória localizada em Washington, EUA.

1946 – A FAO publica o primeiro levantamento mundial sobre a alimentação (*First World Food Survey*), permitindo confirmar que o mundo no pós-guerra sofria com a fome e a desnutrição generalizadas. O estudo abrangeu 70 países e, embora pouco preciso para os padrões atuais, constituiu uma ação inovadora para a época.

1948 – O norte-americano Norris Edward Dodd foi eleito Diretor-Geral da FAO.

1951 – A sede da FAO é transferida para Roma, Itália.

1951 – A Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (IPPC) é adotada no âmbito da FAO. O instrumento seria revisado em 1997 e entraria em vigor em 2005.

1952 – A FAO publica o segundo levantamento mundial sobre a alimentação (*Second World Food Survey*), estendendo sua cobertura para 81 países. O estudo demonstra que a situação de fome e desnutrição se agravou nos cinco anos anteriores, com a redução do consumo médio de calorias e as crescentes disparidades entre países ricos e pobres. No mesmo ano, o médico e nutrólogo brasileiro Josué de Castro foi eleito Presidente do Conselho Executivo da FAO, cargo que exerceu até 1956.

1954 – Inicia o mandato do norte-americano Philip Cardon, o terceiro Diretor-Geral da FAO.

1956 – Assume a Direção Geral da FAO o indiano, Binay Ranjan Sen, o primeiro de um país em desenvolvimento.

1960 – É lançada a campanha Libertação da Fome (*Freedom from Hunger*), com o propósito de mobilizar o apoio da sociedade civil.

1963 – A FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) criam a Comissão *Codex Alimentarius* (expressão latina para “legislação alimentar”), a fim de desenvolver normas, orientações e códigos de conduta harmonizados para a proteção da saúde dos consumidores e a promoção de práticas justas no comércio de alimentos.

1967 – O holandês Addeke Hendrik Boerma torna-se o novo Diretor-Geral da FAO.

1970 – O norte-americano Norman Ernest Borlaug, considerado o “pai da Revolução Verde”, recebe o Prêmio Nobel da Paz em reconhecimento ao seu trabalho. Nas décadas de 1960 e 1970, a Revolução Verde elevou a produtividade agrícola, favorecendo o cultivo de variedades de alto rendimento, principalmente trigo e arroz. A série de inovações no campo ajudou a salvar milhões de pessoas da situação de fome. Nos últimos anos, porém, as limitações do modelo (sobretudo sócio-ambientais) tornaram-se mais evidentes.

1975 – Entra em operação na FAO o Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado (*Global Information and Early Warning System – GIEWS*). O GIEWS favorece a intervenção rápida em situações de crise alimentar, em caso de dificuldades no suprimento, decorrentes de desastres, conflitos e outras causas. O monitoramento das lavouras e da cadeia produtiva de alimentos é feito nos níveis global, regional, nacional e sub-nacional.

1976 – Edouard Saoum, do Líbano, assume a Direção Geral da FAO e cria o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.

1980 – São firmados acordos para designar representantes da FAO para os 56 Estados Membros em desenvolvimento (então) associados à Organização.

1981 – O primeiro Dia Mundial da Alimentação (16 de outubro) conta com a participação de mais de 150 países.

1985 – A Conferência da FAO aprova o Código Internacional de Conduta para Distribuição e Uso de Pesticidas.

1986 – É lançado o AGROSTAT (agora FAOSTAT), para servir de fonte abrangente e regular de informações e estatísticas agrícolas.

1989 – A Conferência da FAO adota o Princípio do Consentimento Prévio Informado para a circulação internacional de pesticidas banidos ou de uso restrito. Desde então, exige-se a acordância dos países importadores sobre a entrada de tais produtos em seu território.

1992 – Realiza-se a primeira Conferência Internacional sobre Nutrição.

1994 – A FAO inicia o programa especial para a segurança alimentar, designado a apoiar países de renda baixa e com déficit de alimentos a aumentar sua produção e produtividade agrícolas para a alimentação. No mesmo ano, é criado o Sistema de Prevenção Emergencial contra Pragas e Doenças Animais e Vegetais Transfronteiriças; e o senegalês Jacques Diouf torna-se Diretor-Geral da FAO.

1995 – Os Estados membros da FAO adotam Código de Conduta para Pesca Responsável. O Código orienta esforços nacionais e internacionais para garantir a exploração sustentável dos recursos aquáticos vivos, em harmonia com o meio ambiente.

1996 – Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a FAO lança iniciativa de conscientização e mobilização internacionais para o tratamento dos estoques de pesticidas obsoletos e perigosos.

1997 – Ocorre a primeira campanha anual da FAO associada a redes de televisão no mundo, para o levantamento de fundos ao combate à fome e à má nutrição. Desde então, a iniciativa *Telefood* já arrecadou US\$ 9 milhões e financiou projetos em cerca de 100 países.

1998 – É adotada a Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional – PIC. O instrumento, juridicamente vinculante, entraria em vigor em 2004.

1999 – O Comitê de Pesca da FAO adota planos de ação sobre capacidade pesqueira, tubarões e aves marinhas.

2000 – A pedido do Secretário-Geral das Nações Unidas, a FAO desenvolve estratégia para a ação concertada governamental e das agências da ONU para combater a fome crônica no Chifre da África.

2001 – A Conferência da FAO aprova o Tratado sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura (TIRFAA), de natureza juridicamente vinculante. O instrumento promove a agricultura sustentável através da distribuição equitativa de material genético e seus benefícios entre os criadores de plantas, agricultores e instituições de pesquisa públicas e privadas. No mesmo ano, FAO, FIDA e PMA determinam estratégia de colaboração entre agências para combater os riscos da epidemia HIV/AIDS para a segurança alimentar, a nutrição e a subsistência no meio rural.

2002 – É adotado na FAO programa abrangente para o desenvolvimento agrícola da África, no âmbito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD).

2004 – A FAO publica diretrizes para avaliação de riscos aos vegetais, provocados por organismos vivos geneticamente modificados (OVMs), uma sub-categoria dos OGMs.

2005 – FAO, OMS e a Organização Mundial para Saúde Animal (OIE) lançam estratégia global para o controle do surto de gripe aviária (H5N1). No ano seguinte, a FAO inaugura novo centro de gestão de crises, para tratar dessa e de outras emergências relacionadas à saúde animal e à alimentação.

2008 – A escalada dos preços dos alimentos deflagra protestos generalizados, forçando os governos a tomar medidas, incluindo a reforma do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS). O Sistema Mundial de Informação e Alerta Antecipado publica relatórios especiais sobre a situação de Uganda, Sudão do Sul, Etiópia, Bening, Níger, Nigéria e Bolívia, bem como atualizações sobre o impacto do ciclone em Mianmar e do terremoto em província na China.

2011 – É criado na FAO o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (AMIS), plataforma interinstitucional para melhorar a transparência nos mercados globais de alimentos e promover a coordenação das políticas em tempos de crise. O AMIS decorre de uma iniciativa do G20 – grupo formado pelas 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia – para reduzir o risco de um aumento excessivo dos preços dos alimentos. No mesmo ano, a FAO e OIE anunciam a erradicação da peste bovina e o brasileiro José Graziano da Silva é eleito Diretor-Geral da FAO, para mandato de quatro anos a partir de 2012.

2012 – O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CFS) aprova as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (VGGT). A sua implementação tem sido, desde então, incentivada pelas principais economias do mundo (G7, G8 e G20) e por fóruns como a AGNU (A/RES/67/228) e a Conferência Rio+20 (documento final, *O Futuro Que Queremos*, parágrafo 115).¹⁴

2013 – A FAO eleva seu principal objetivo de “reduzir” para “eliminar” a fome no mundo. Essa decisão foi acompanhada de um compromisso político sem precedentes internacional pelos governos nacionais e grupos regionais, incluindo a Comunidade de

¹⁴ A mensagem-chave das VGGT é a de que a melhoria da governança da posse, com o reconhecimento e a proteção dos direitos de posse legítima, contribui para a segurança alimentar e nutricional, particularmente entre as populações rurais mais vulneráveis.

Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Africana, cujos líderes se comprometeram em 2014 a erradicar a fome até 2025.

2014 – Cerca de 170 países participam da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN-2), assumindo o compromisso de estabelecer políticas nacionais mais eficientes para a erradicação de todas as formas de má nutrição e a transformação dos sistemas alimentares de modo a resultar em dietas nutritivas e ao alcance de todos.¹⁵

2015 – O Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, é reeleito, como candidato único, com 177 votos favoráveis dos 182 possíveis, na 39^a Conferência da FAO, em junho de 2015. Seu segundo mandato de quatro anos estende-se até 31 de julho de 2019.

2016 – É estabelecida a Década de Ação em Nutrição da ONU (2016-2025), com o objetivo de fomentar o estabelecimento de sistemas alimentares mais saudáveis e combater a múltipla carga da má-nutrição (obesidade, sobrepeso e déficit de micronutrientes).

2017 – Brasil é o primeiro país a anunciar compromissos específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e temporais (compromissos "SMART", na sigla em inglês), no âmbito da Década de Ação em Nutrição 2016-2025.

¹⁵ Na ICN2, os governos adotaram a Declaração de Roma sobre a Nutrição, juntamente com um Quadro de Ação, que indicam recomendações de longo prazo para os responsáveis pela formulação de políticas nacionais de combate à nutrição inadequada e colocam a alimentação saudável e a sustentabilidade ambiental no centro da produção e distribuição de alimentos. A reunião contou com a presença de mais de 2200 participantes, incluindo 150 representantes da sociedade civil e quase uma centena do setor privado.

Diretores-Gerais da FAO:

1. John Boyd Orr (1945-1948) – nacional britânico. Sua proposta de criação de um conselho mundial de alimentos levou ao estabelecimento do Conselho da FAO em 1946. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1949 por seus estudos no campo da nutrição.
2. Norris E. Dodd (1948-1953) – cidadão norte-americano. Antes de sua nomeação, ocupou vários papéis em associações agrícolas e agências no seu país. Sob sua liderança, a FAO mudou de Washington para Roma.
3. Philip V. Cardon (1954-1956) – dos EUA. Mestre em Economia Agrícola pela Universidade da Califórnia. Antes de ingressar na FAO, foi Diretor do Departamento de Agricultura dos EUA.
4. Binay Ranjan Sen (1956-1967) – cidadão indiano. Havia sido Secretário do Ministério da Agricultura e Embaixador. Foi o primeiro Diretor-Geral da FAO oriundo de um país em desenvolvimento. Lançou a campanha Libertação da Fome (Freedom from Hunger), em 1960.
5. Addeke Hendrik Boerma (1967-1975) – da Holanda. Foi o primeiro Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em 1962, antes de assumir o cargo de Diretor-Geral da FAO.
6. Edouard Saouma (1976-1993) – nacional libanês. Era o Diretor de Terra e Água da FAO até 1975. Como Diretor-Geral, criou o Programa de Cooperação Técnica para assistência emergencial.
7. Jacques Diouf (1994-2011) – do Senegal. Havia sido membro do Parlamento em seu país, Secretário-Geral do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BECEAO), e Embaixador do Senegal junto às Nações Unidas. Detém a mais longa permanência na direção geral da FAO.

8. José Graziano da Silva (desde 2012) – nacional brasileiro. Possui Graduação e Mestrado em Agronomia, pela Universidade de São Paulo, e Doutorado em Economia Agrícola pela Unicamp. Liderou o programa Fome Zero no Brasil como Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Em 2015, foi reeleito para o cargo de Diretor-Geral da FAO.

ATOS INTERNACIONAIS

Atos Multilaterais em vigor para o Brasil no âmbito da FAO:

- Convenção Internacional para Proteção dos Vegetais (Aprovado: 17/11/1997; Decreto: 5.759; Promulgação no Brasil: 17/04/2006)
- Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (Aprovado: 3/11/2001; Decreto 6476; Promulgação no Brasil: 5/06/2008)

Atos Bilaterais celebrados com a FAO:

- Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA (Assinado: 29/12/1964, Entrada em Vigor: 2/05/1966, Decreto: 59.308 e Data da Promulgação: 22/09/1966);
- Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório de Representação da FAO em Brasília. (Assinado: 19/11/1979, Entrada em Vigor: 19/11/1979, Decreto: 86006 e Data da Promulgação: 14/05/1981);
- Acordo Básico Referente a Ajuda do Programa Mundial de Alimentos. (Assinado: 02/02/1987, Entrada em Vigor: 8/06/1990, Decreto: 54 e Data da Promulgação: 8/03/1991);
- Acordo Relativo ao Uso de Peritos em Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. (Assinado: 21/02/1995, Entrada em Vigor: 14/03/1996, Decreto: 1900 e Data da Promulgação: 9/05/1996);
- Memorando de Entendimento sobre Colaboração em Apoio ao Desenvolvimento Amplo de Segurança Alimentar ao Nível Nacional e dentro do Escopo dos Objetivos

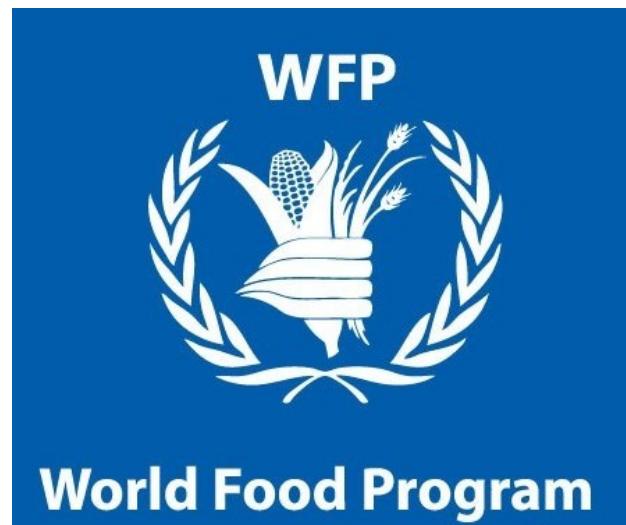
e de Desenvolvimento do Milênio (Assinado: 17/10/2005, Entrada em Vigor: 17/10/2005);

- Ajuste Complementar Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA, de 29/12/1964, para implementar o Projeto Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil. (Assinado: 8/12/2006, Entrada em Vigor: 8/12/2006);
- Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a FAO (Assinado: 26/4/2007, Entrada em Vigor: 26/4/2007);
- Declaração Conjunta (Assinado: 09/07/2007);
- Memorando de Entendimento para Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável na América Latina e Caribe (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Acordo Marco para Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional (Assinado: 18/04/2008, Entrada em Vigor: 18/04/2008);
- Programa Executivo Relativo ao Acordo Marco para o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Internacional para Promover a Alimentação Escolar no Âmbito da Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome (Assinado: 09/03/2009, Entrada em Vigor: 9/03/2009);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar Iniciativas de Cooperação Técnica Triangular nos Campos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução da Pobreza, em Benefício de Países em Desenvolvimento (Assinado: 28/03/2012, Entrada em Vigor: 28/03/2012);

- Protocolo de Intenções entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a FAO para a Implementação de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral e Sul-Sul (Assinado: 24/07/2012, Entrada em Vigor: 24/07/2012);
- Programa Executivo Fundamentado no Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a AIEA para Implementar o Projeto “Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Assinado: 10/12/2013, Entrada em Vigor: 10/12/2013);
- Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Cooperação Estratégica (Assinado: 6/06/2015, Entrada em Vigor: 6/06/2015).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS – PMA



OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	PMA – Programa Mundial de Alimentos (<i>World Food Program</i>)
Mandato:	Aliviar a fome aguda providenciando alívio emergencial a desastres humanitários provocados por causas humanas ou naturais, ajudar a erradicar a subnutrição crônica, assistir a países menos desenvolvidos com problemas de abastecimento e contribuir para a resiliência e desenvolvimento social das comunidades em risco.
Natureza:	Programa das Nações Unidas, de caráter intergovernamental
Estados partes:	193 Estados e 1 Organização (Comunidade Europeia)
Estados associados:	Não há
Fundaçao:	1961, por Resolução da AGNU, e 1963, início da operação
Ano de adesão do Brasil:	O Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Junta Executiva
Principais chefias:	Diretor-Executivo: David Beasley (desde março de 2017)
Representante no Brasil:	Daniel Balaban, nacional brasileiro, Diretor do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, em Brasília
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (e também FIDA e PMA)

Informação revista em abril de 2018.

PERFIL BIOGRÁFICO

David Muldrow Beasley
Diretor Executivo do PMA



Americano da Carolina do Sul, nascido em 1957, estudou na Universidade Clemson, se formou na Escola de Direito da Universidade da Carolina do Sul, onde também obteve o título de Doutor em Direito. Membro do Instituto de Política da Escola de Governo Kennedy da Universidade de Harvard e sócio do escritório de advocacia Beasley, Ervin e Warr, foi consultor de empresas como Merrill Lynch e General Motors.

Aos 21 anos, foi eleito para a Câmara dos Deputados da Carolina do Sul (1979-1992) e depois governador do estado (1995-1999). Enquanto governador, Beasley permitiu a evacuação de milhares de pessoas em estados desumanos e assegurou que a alimentação, a necessidade por refúgio e atenção sanitária estivessem à disposição dos necessitados. Durante seu mandato, liderou delegações de desenvolvimento econômico e missões de negócios para países da Ásia, Europa e África, triplicando o investimento estrangeiro e criando postos de trabalho. Recebeu Prêmio de Perfil de Ousadia da Fundação Biblioteca John F. Kennedy, em 2003.

Beasley viajou para mais de 75 países e regiões atingidas por guerras, como Kosovo, Darfur, Sri Lanka, Guatemala, Sudão do Sul e Oriente Médio, liderando esforços de desenvolvimento e paz.

Foi nomeado para a Diretoria Executiva do PMA em março de 2017.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Programa Mundial de Alimentos (PMA) é o maior organismo de assistência humanitária das Nações Unidas. Atende, por ano, cerca de 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças. De sua sede em Roma e dos seus escritórios pelo mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapacitadas de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

A ajuda alimentar promovida pelo PMA também é direcionada à luta contra deficiências em micronutrientes, à redução da mortalidade infantil, a melhorias na saúde de gestantes e ao combate a doenças, como a AIDS. Os programas Alimento por Trabalho ajudam promover a produção agrícola e a estabilidade socioeconômica e ambiental.

Em 1961, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de iniciativa norte-americana, que determinava a criação – inicialmente em caráter experimental – do Programa Mundial de Alimentos¹⁶, destinado à ajuda alimentar multilateral. O PMA foi estabelecido em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), pelo período experimental de três anos. Em 1965, o Programa ganha caráter permanente¹⁷.

Estrutura e Governança:

O órgão diretor do PMA é a Junta Executiva, formada por 36 Estados membros, eleitos pelo Conselho da FAO (18 vagas) e pelo Conselho Econômico e Social – ECOSOC – da ONU (18 vagas). A Junta Executiva tem como atribuições definir as políticas, bem como analisar e aprovar os programas de ajuda alimentar a serem desenvolvidos pelo PMA. Todas as atividades do Programa são financiadas por contribuições voluntárias. Desde 1999, o Brasil participa dos trabalhos da Junta Executiva na qualidade de observador.

O programa é dirigido por um Diretor-Executivo, nomeado conjuntamente pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Diretor-Geral da FAO, para mandato de

¹⁶ Pela Resolução 16/1714 da AGNU, de 19 de dezembro de 1961.

¹⁷ Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA.

cinco anos renováveis. No cargo desde 2017, o norte-americano David Beasley responde pela administração do PMA, bem como a implementação de seus programas, projetos e outras atividades. É assessorado por um Diretor-Executivo Adjunto (Amir Mahmoud Abdulla) e três Diretores-Executivos Adjuntos para temas específicos (Valerie Guarnieri, Manoj Juneja e Elisabeth Rasmusson).

O PMA emprega aproximadamente 14.700 funcionários, dos quais 90% trabalham no campo da entrega de alimentos. Em média, alcança mais de 80 milhões de pessoas com assistência alimentar em cerca de 80 países a cada ano.

A direção estratégica da organização é mapeada em seu Plano Estratégico, renovado a cada quatro anos. O Plano Estratégico 2017-2021 incorpora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 na atuação do PMA.

Atividades:

De acordo com o último "Year Review – 2016"¹⁸ (avaliação mais recente das atividades do Programa), das 795 milhões de pessoas que se encontram em situação de fome no mundo, 82,2 milhões receberam ajuda do PMA, sendo financeira ou em alimentos. Neste ano, foram arrecadados US\$ 5,8 bilhões de instituições financeiras, Estados, organizações internacionais e doadores privados, sendo que o Brasil contribuiu com US\$ 600 mil dólares (valor estimado).

Com vistas a garantir o acesso à alimentação segura e mais nutritiva, 47 milhões de pessoas se alimentaram de forma mais diversificada e com mais qualidade em 2016, bem como 16,4 milhões de crianças receberam merenda escolar ou levaram-na para casa. Ademais, a fim de acabar com a desnutrição e garantir o desenvolvimento infantil, 5 milhões de crianças abaixo dos 5 anos tiveram a desnutrição tratada ou prevenida, assim como 4 milhões de grávidas e lactantes receberam alimentação especial. O PMA ajudou também a conectar pequenos produtores locais a escolas em 45 países, além de inserir no mercado 1,5 milhão de pequenos proprietários e apoiou medidas para aumentar a renda e a produtividade de pequenas empresas. Além disso, na intenção de assegurar produções mais sustentáveis e práticas agrícolas mais resilientes,

¹⁸ https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000019183/download/?_ga=2.250625286.1898925220.1522082683-988624876.1521750962

10 milhões de pessoas receberam alimentos como moeda de troca para construir ou reparar estradas, pontes e escolas.

O Programa Mundial de Alimentos também possui vertente emergencial, a qual, em 2016, trabalhou ativamente em 4 países que se encontram em situação de conflito: Síria, Iêmen, Iraque e Nigéria. Na Síria, 7,1 milhões de pessoas foram assistidas, tanto no país quanto nos países vizinhos onde se encontram os refugiados sírios, US\$ 949,7 milhões de dólares mobilizados para a Operação de Emergência da Síria, e 16,4% dos recursos do Programa voltados apenas para o conflito. No Iêmen, onde 18,8 milhões de pessoas necessitam de ajuda, foram destinados 6,4% dos recursos do PMA, US\$ 372,3 milhões de dólares arrecadados para a Operação de Emergência do Iêmen e 7,3 milhões de pessoas assistidas. Já no Iraque, 1,5 milhões de pessoas, das 10 milhões que precisam, receberam ajuda do Programa, US\$ 204,5 milhões de dólares arrecadados para sua Operação e destinados 3,5% dos recursos totais. Por fim, na Nigéria, aproximadamente um quarto da população que precisa de ajuda, 4,3 milhões, foi assistida pelo Programa, US\$ 219,7 milhões de dólares arrecadados e 3,8% dos recursos do PMA destinados para o conflito. Além destes, outra zona de conflito em que o PMA merece reconhecimento pelo seu trabalho é o do Sudão do Sul, onde 100% das pessoas necessitadas receberam ajuda do Programa, além de terem arrecadado US\$ 613,7 milhões de dólares e destinado 10,6% de seus recursos.

Doadores:

O PMA é financiado, em sua totalidade, por contribuições voluntárias dos Estados Membros, de fundos multilaterais do sistema das Nações Unidas e de outras fontes, do setor privado e de ONGs. Essas contribuições incluem recursos financeiros, alimentos, máquinas, aviões, veículos e outras modalidades – convertidas, nesses casos, a um valor estimado em dólares. O caráter voluntário das contribuições facilita a doação por parte de grandes financiadores, como os Estados Unidos, seu principal doador.

Tomando como parâmetro o quinquênio 2012-2016, o PMA arrecadou aproximadamente US\$ 24,31 bilhões – todos em valores aproximados e contabilizadas doações financeiras ou em espécie. Os dez maiores doadores ao PMA nos últimos cinco anos foram:

1	Estados Unidos	US\$ 7,7 bilhões
2	Comissão Europeia	US\$ 2,23 bilhão
3	Alemanha	US\$ 1,89 bilhão
4	Reino Unido	US\$ 1,87 bilhão
5	Canadá	US\$ 1,55 bilhão
6	Japão	US\$ 989 milhões
7	Arábia Saudita	US\$ 955 milhões
8	UN CERF	US\$ 633 milhões
9	Suécia	US\$ 504 milhões
10	Austrália	US\$ 485 milhões

O Brasil figura entre os principais doadores no período, tendo contribuído com US\$ 100,7 milhões¹⁹. Com doações de montante aproximado ao do Brasil, estão Coreia do Sul (US\$ 111 milhões), Itália (US\$ 101 milhões), Bélgica (US\$ 100 milhões) e Irlanda (US\$ 98 milhões).

No agrupamento BRICS, a Rússia tem sido o principal contribuinte, com aportes que totalizam, desde 2012, cerca de US\$ 223,2 milhões – em grande parte usados pelo PMA para adquirir veículos e máquinas russos. Abaixo do Brasil, ficaram China (US\$ 32,66 milhões), África do Sul (US\$ 23 milhões) e Índia (US\$ 7,68 milhões).

Entre os latino-americanos, os maiores contribuintes no período, além do Brasil, foram Honduras (US\$ 79,8 milhões), Colômbia (US\$ 29,8 milhões) e Guatemala, (US\$ 12,5 milhões). Nos três casos, os recursos doados foram utilizados nos próprios países (*partnerships with host governments*) – modalidade de contribuição que o PMA tem incentivado, com o propósito de atrair recursos, sobretudo dos países de renda média.

¹⁹ US\$ 100.748.956 como contribuições estimadas de 2012 a 2016, inclusive.

Levantamento sobre as doações de 2016 totalizam US\$ 5,8 bilhões provenientes de 93 contribuintes. Os maiores doadores do período foram:

1	EUA	US\$ 2.030.560.000
2	Comissão Europeia	US\$ 894.673.000
3	Alemanha	US\$ 884.566.000
4	Reino Unido	US\$ 355.982.000
5	Canadá	US\$ 211.005.000
6	Japão	US\$ 207.127.000
7	UN	US\$ 129.118.000
8	UM CERF	US\$ 122.092.000
9	Suécia	US\$ 121.719.000
10	Malawi	US\$ 112.103.000

Em 2015, o Brasil figurou em 33º lugar entre os contribuintes, com US\$ 6.093.082,00 repassados ao Programa, nos quais são estimados os valores em dólares das doações em alimentos (contribuições *in kind*). Fonte: <http://www.wfp.org/funding/year>.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

De modo geral, as ações do PMA encontram-se bem alinhadas com as diretrizes e posições brasileiras em matéria de cooperação humanitária, que, de maneira sintética, propõem:

- Apoiar ações estruturantes de cooperação humanitária na área de segurança alimentar e nutricional, como instrumento de reabilitação para o desenvolvimento;

- Desenvolver estratégias de mobilização rápida de recursos em resposta a crises iminentes, em especial àquelas identificadas pelos sistemas de alerta precoce (*early warning systems*);
- Estimular a criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, fortalecendo sua resiliência em caso de catástrofe declarada;
- Favorecer, sempre que possível, a compra local de alimentos para abastecimento das populações afetadas, reduzindo os custos da operação humanitária e estimulando a economia regional;
- Promover maior pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local, para fazer frente a situações de desnutrição em crises de longa duração, evitando dependência de “fórmulas nutritivas” importadas.

Nesse contexto, cumpre destacar a contribuição da parceria entre o Brasil e o PMA que resultou no estabelecimento, em 2011, do Centro de Excelência contra a Fome, sediado em Brasília. Exemplo concreto de cooperação Sul-Sul, o Centro foi criado com o objetivo de apoiar países em desenvolvimento – sobretudo africanos e latino-americanos – na formulação e implementação de seus próprios programas nacionais de segurança alimentar, a partir da bem-sucedida experiência brasileira desenvolvida pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) de unir a alimentação escolar saudável e sustentável à produção agrícola de pequena escala. Os recursos previstos para implementação da referida parceria são oriundos do Governo brasileiro (FNDE, ABC e IBA²⁰) e somam atualmente aproximadamente US\$ 21 milhões – incluindo o projeto de algodão de US\$ 7,5 milhões recentemente submetido pela ABC e aprovado pelo conselho do IBA.

Sob a direção do brasileiro Daniel Balaban, representante do PMA no Brasil, o Centro, em estreita coordenação com a ABC e em parceria com as instituições brasileiras cooperantes, promove visitas de estudo em instrumento efetivo de proteção e inclusão social.²¹

²⁰ IBA – Instituto Brasileiro do Algodão

²¹ O Centro de Excelência responde a solicitações de países em desenvolvimento, em conjunto com os Escritórios locais e regionais do PMA. Desde que foi inaugurado, em novembro de 2011, o Governo brasileiro já recebeu mais de 80 delegações estrangeiras interessadas na experiência brasileira. Seu apoio técnico abrange as etapas de formulação, gerenciamento e expansão de programas nacionais para uma alimentação escolar saudável e sustentável.

No quadro do programa de cooperação Sul-Sul trilateral, foram identificados inicialmente 18 países prioritários, dos quais 14 africanos. Atualmente, o referido programa de execução atua em 23 países, a saber: Benin, Burundi, Costa do Marfim, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue, além do Timor Leste, Bangladesh, Laos e Haiti. Além dos países prioritários, o Governo brasileiro apoia tecnicamente outros países interessados no compartilhamento das políticas brasileiras em alimentação escolar. Nesses casos, a iniciativa é financiada pelo país interessado.

Entre 2012 e 2015, 22 dos 23 países prioritários realizaram missões ao Brasil, com vistas a conhecer o programa nacional de alimentação escolar desenvolvido pelo Governo brasileiro. Em maio de 2016, delegação do Quênia realizou visita a Brasília e à Paraíba, concluindo o ciclo de visitas de países prioritários da iniciativa ao Brasil.

Importante ressaltar que, como resultado dessa parceria, a União Africana anunciou, no âmbito da 26ª Cúpula dos Chefes de Estado da União Africana, em 2016, a "alimentação escolar por meio da compra de alimentos produzidos localmente" como estratégia para o continente africano, com o objetivo de estimular a geração de renda e o empreendedorismo nas comunidades locais. Esse processo refletiu-se na Estratégia Continental de Educação para a África 2016-2025 – CESA 16-25, a qual estabeleceu a conexão entre capital humano e revolução educacional, exigida no escopo do plano de ação para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2063, adotado pela União Africana.

Outra expressão prática de convergência de interesses entre o Brasil e o PMA foi o PAA África, iniciativa conjunta que envolveu também a FAO e o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Inspirado na bem-sucedida experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Brasil, o PAA África apoiou projetos para a compra local de alimentos de pequenos produtores com finalidade de assistência alimentar. Também incentivou soluções de longo prazo para o combate à fome e à desnutrição, com estratégias de geração de renda para agricultores locais e comunidades vulneráveis. Representou, nesse sentido, oportunidade estratégica de cooperação horizontal com países africanos, já realizada, nos cinco anos do Programa, com Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal.

Em associação com a iniciativa *Purchase for Progress* (P4P) do Programa Mundial de Alimentos, destinada a promover o acesso dos pequenos agricultores aos

mercados locais, o PAA África estimulou a compra de alimentos para a alimentação escolar. Além disso, o PAA África compreendeu atividades educativas, realizadas em colaboração com o Centro de Excelência contra a Fome. O papel do Centro foi o de promover a cooperação e apoiar o aprendizado, com intercâmbio de experiências entre o PAA no Brasil e o PAA África.²²

As iniciativas acima referidas somam-se as contribuições em espécie (sobretudo doações de arroz e feijão), realizadas pelo Brasil em assistência humanitária emergencial a países em desenvolvimento, principalmente da África e América Latina.

Desse modo, os interesses e as atividades brasileiras em cooperação humanitária convergem com as linhas gerais do PMA, para cuja definição também o país colabora nas discussões e reuniões do Programa, em Roma.²³

Contribuições brasileiras ao PMA:

Com valor acumulado de US\$ 100,7 milhões nos últimos cinco anos, os aportes brasileiros respondem por menos de 0,50% do total arrecadado pelo PMA.

O PMA tem registrados, como contribuição potencial do Brasil, ainda sem beneficiário definido, os seguintes aportes de alimentos: arroz – 13.451 toneladas (US\$ 349,69/ton) e feijão – 17.729 toneladas (US\$ 527,36/ton). Os destinatários desses alimentos reservados ao PMA ainda não foram definidos, pois é preciso, antes, identificar parceiros interessados numa operação conjunta (“twinning”) com o Brasil para cobrir os custos associados da doação, principalmente seu transporte e distribuição.

Existem, porém, expectativas quanto ao destino do arroz, em função de autorizações dadas e anúncios feitos recentemente pelo Brasil junto a países interessados. O PMA estaria aguardando a confirmação das seguintes remessas cujo compromisso político foi realizado em 2016: Síria – 4.500 toneladas; Nicarágua – 950 toneladas.

Não há pagamento brasileiro em atraso. Em 2015, o Brasil quitou valores pendentes de contribuições anunciadas em 2012 para atividades no Senegal e no Paraguai.

²² Atualmente. PMA e FAO produzem relatório de avaliação e de monitoramento, no qual se apresentarão os resultados do programa.

²³ O Brasil assumiu assento na Junta Executiva do PMA em 2017, por mandato de 3 anos.

Como as contribuições anunciadas para determinado projeto são contabilizadas no ano de seu anúncio, caso um país não honre um anúncio de doação que tenha feito e o projeto correspondente seja encerrado, o PMA deduz o valor devido do total das contribuições do país no referido ano e registra o fato no relatório do projeto. O quadro geral dos doadores é corrigido, o que explica ocasionais reajustes nos montantes de anos precedentes e na classificação entre os doadores.

O quadro das contribuições brasileiras, que incluem doações de alimentos e recursos relacionados a projetos de cooperação, apresenta os seguintes montantes anuais:

2007	2008	2009	2010	2011
US\$ 1.095.575	US\$ 1.282.966	US\$ 15.786.239	US\$ 12.942.481	US\$ 70.278.249
2012	2013	2014	2015	2016
US\$ 82.548.102	US\$ 7.091.520	US\$ 4.435,252	US\$ 6.093.082	US\$ 600.000,00
2017	2018	2019	2020	2021
US\$ 10.731.112	---	---	---	---

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1961 – A Resolução 16/1714 da Assembleia Geral da ONU (AGNU) estabelece a criação experimental do Programa Mundial de Alimentos, para a ajuda alimentar internacional.

1963 – Sediado na FAO, o PMA torna-se operativo pelo período experimental de três anos. Vítimas de terremoto no Irã e de furacão na Tailândia, bem como refugiados da Argélia pós-independência, são os primeiros a receber ajuda do Programa.

1965 – Pela Resolução 20/2095 da AGNU, os Estados Membros das Nações Unidas decidem pela continuação do PMA, em caráter permanente.

1974 – Ocorre em Roma primeira Cúpula Mundial sobre Alimentação das Nações Unidas.

1982-85 – O programa atende a milhares de famintos em 27 países africanos afetados pela seca. A Etiópia é a principal atingida.

1993-95 – O PMA atende a milhares de refugiados e deslocados de prolongado conflito étnico na região dos Grandes Lagos da África Central.

1996 – Na segunda Cúpula Mundial sobre Alimentação, o PMA endossa o compromisso de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas subnutridas.

1999 – Sob nova política, o PMA inicia as operações de alívio e recuperação duradoura, enfatizando o apoio à estabilização, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo. No mesmo ano, conflito armado no Kosovo resulta na maior crise de refugiados desde 1945. O programa provê alimentos para centenas de milhares de refugiados na Albânia e na Macedônia.

2000 – O Diretor Executivo do PMA indica enviado especial para o Chifre da África, onde a seca põe em risco a vida de 16 milhões de pessoas. No mesmo ano, são adotados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre os quais está o de reduzir pela metade a proporção de pessoas no mundo afetadas pela fome até 2015.

2001 – O PMA lança operação emergencial para ajudar mais de 200 mil vítimas de dois terremotos em El Salvador. No mesmo ano, o Programa inicia uma nova campanha mundial de alimentação escolar.

2002 – A escalada das hostilidades nos territórios ocupados da Palestina leva a uma deterioração dramática das condições de vida no local.

2003 – O PMA realiza operações de ajuda humanitária no Iraque e no Afeganistão. No mesmo ano, a Junta Executiva do Programa aprova a nova política sobre doações de alimentos a partir de organismos geneticamente modificados (OGMs) e outros produtos alimentares derivados de biotecnologia. O Programa continuaria a aceitar doações de tais alimentos, respeitando, em sua distribuição, as regulações nacionais para OGMs.

2004 – Em seguimento a terremoto e tsunamis de grande escala no Oceano Índico, o PMA providencia ajuda em alimentos para as populações afetadas, principalmente, no Sri Lanka, nas Maldivas e na Indonésia.

2005 – O PMA expande sua presença em Darfur, no Sudão, para cobrir mais de 400 locais afetados pela fome e inicia programa de alimentação escolar na região. Também providencia ajuda a países como Níger, Lesoto, Moçambique, Malauí e Zâmbia. Na Ásia, atende a vítimas de terremoto que atingiu a região entre Paquistão, Índia e Afeganistão. Na América Latina, países assistidos incluem Colômbia, Haiti e Guatemala.

2006 – O Programa realiza operações em Angola, Afeganistão, Azerbaijão, Líbano e Coreia do Norte.

2007 – O PMA lança seu programa de Operações Prolongadas de Socorro e Recuperação (PRRO) em diversos países, principalmente da África e América Latina.

2008 – O aumento do preço dos alimentos e dos combustíveis, combinado à crise do sistema financeiro internacional, criou dificuldades para as operações do PMA. Mesmo assim, o Programa distribuiu uma quantidade sem precedentes de alimentos: quase 4 milhões de toneladas métricas a mais de 102 milhões de pessoas em 78 países.

2009 – Levantamento registra que o número de pessoas em situação de fome no mundo cresceu para mais de 1 bilhão.

2010 – Duas grandes emergências mobilizam a ajuda humanitária: um terremoto de proporções devastadoras no Haiti e inundações que deixaram 1/5 do Paquistão submerso.

2011 – Entre catástrofes naturais e agitação política, a assistência alimentar do PMA alcança por volta dos 100 milhões de pessoas – a grande maioria de mulheres e crianças.

2012 – A norte-americana Etharin Cousin assume a Direção Executiva do PMA.

2013 – A deflagração e escalada do conflito na Síria leva à mobilização de ajuda humanitária. O PMA integra a ação entre-agências para assistência emergencial.

2013 – O PMA utiliza caminhões, aviões e barcos para contribuir na crise emergencial no Sudão do Sul.

2014 – O PMA reduz de 120 para 68 dias o tempo médio de espera para adquirir e transportar alimentos aos países beneficiários.

2014 – O PMA auxilia mais de 3 milhões de pessoas afetadas pelo Ebola.

2015 – Na Síria, cerca de 5 milhões de pessoas recebem ajuda alimentar emergencial do PMA, mas diversas áreas de conflito encontram-se ainda fora do alcance das organizações humanitárias.

2015 – Resposta massiva do PMA aos afetados do terremoto no Nepal.

2016 – O mundo enfrenta a maior crise de refugiados, migrantes forçados e deslocados internos desde a Segunda Guerra Mundial: são mais de 65 milhões de pessoas no mundo nessa situação.

2017 – O norte-americano David Beasley assume a Direção Executiva do PMA.

ATOS INTERNACIONAIS

O principais documentos do PMA estão publicados no endereço eletrônico:
<https://www.wfp.org/evaluation/key-documents>.

Não há registro de atos internacionais firmados entre o PMA e o Governo Federal.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Representação do Brasil junto à FAO

**FUNDO INTERNACIONAL PARA O
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA**



OSTENSIVA
Abril de 2018

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	FIDA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (<i>International Fund for Agricultural Development</i>)
Mandato:	Erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio de assistência técnica e financeira.
Natureza:	Fundo intergovernamental
Estados partes:	176 (174 membros da ONU, mais Cook Islands e Niue)
Estados associados:	Não há. Todos são membros plenos
Fundaçao:	30 de novembro de 1977
Ano de adesão do Brasil:	30/11/1977 – o Brasil é membro fundador
Sede:	Roma, Itália
Idiomas oficiais:	Inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo
Principais órgãos:	Conselho de Governadores e Junta Executiva
Principais chefias:	Presidente: Gilbert F. Houngbo (desde Abril/2017) Vice-Presidente: Cornelia Richter (desde Fev/2018)
Representante no Brasil:	Hardi Vieira, nacional brasileiro ²⁴
Representação brasileira:	Representante Permanente do Brasil junto à FAO (FIDA e PMA)

Informação elaborada e revisada em 27 de março de 2018.

²⁴ Está em curso processo de escolha de Diretor de País para o Brasil, que atuará no escritório do Fundo em Brasília, provavelmente a partir do segundo semestre de 2018.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Gilbert Fossoun Houngbo *Presidente do FIDA*



Nascido em Agbandi, no Togo, em 1961, graduou-se em Contabilidade e Finanças pela Universidade do Quebec (Canadá). É Mestre em Gestão de Empresas pela Universidade de Lomé, Togo, e possui um diploma de Estudos Superiores Especializados em Contabilidade, também pela Universidade do Quebec.

Houngbo passou mais de 30 anos trabalhando com populações em situação de vulnerabilidade, com larga experiência em temas políticos como desenvolvimento internacional, diplomacia e gestão de negócios. Depois de uma década no setor privado, trabalhando para empresas como a canadense Price Waterhouse, auxiliando na contabilidade e finanças, exerceu, a partir de 1996, diversos papéis no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ocupou cargos como o de Chefe de Gabinete e Diretor Regional da África, os quais deixou em 2008 para tornar-se Primeiro-Ministro do Togo, exercendo mandato de 4 anos. Em 2013, trabalhou como Diretor-Geral para Operações de Campo e Parcerias na Organização Internacional do Trabalho (OIT), administrando operações em mais de 100 países.

Assumiu a presidência do FIDA em 1º de abril de 2017.

Cornelia Richter
Vice-Presidente do FIDA



Formada em Economia e Ciências Sociais pela Universidade de Göttingen (Alemanha), pós-graduou-se em Gestão Sistêmica, pela Universidade de St. Gallen (Suíça), e em Desenvolvimento Organizacional, pela Universidade de Columbia (EUA). De nacionalidade alemã, Cornelia é, concomitantemente, membro de vários Conselhos Executivos como o da Associação Empresarial Alemã Ásia-Pacífico, da Associação Latinoamericana de Empresas Alemãs, do Instituto de Desenvolvimento Alemão, da Associação Interuniversitária Europeia, da Fundação para a Paz e o Desenvolvimento e da ONG Child Aid.

Possui experiência em cooperação internacional como Assessora de Planejamento e Pesquisa e Instituições Multilaterais do Ministério de Cooperação Econômica da Alemanha. Foi Consultora Macroeconômica para a África e trabalhou em diversas posições de gerência na Agência de Desenvolvimento Alemã, como Diretora-Geral para Ásia e Pacífico e Diretora-Geral para Desafios Globais e Setoriais, além de ocupar o cargo de Diretora-Geral da Agência antes de assumir a Vice-Presidência do FIDA.

Começou a exercer a Vice-Presidência do FIDA em 1º de fevereiro de 2018.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) compõe, junto com a FAO e o PMA, a tríade de organizações das Nações Unidas baseadas em Roma e dirigidas aos temas de agricultura, alimentação e desenvolvimento rural. Seu mandato é o de ajudar a erradicar a fome e a pobreza rural em países em desenvolvimento, por meio da assistência financeira e técnica a projetos desenvolvidos conjuntamente com países recipiendários e, quase sempre, com a participação de entidades cofinanciadoras. As iniciativas são específicas para cada país e podem envolver a facilitação do acesso, pelas populações rurais pobres, a serviços financeiros, mercados, tecnologia, terra e outros recursos naturais.

Conforme o Art. 2 de seu Acordo Constitutivo, o FIDA deve mobilizar recursos para oferecê-los, em condições favoráveis, em apoio ao desenvolvimento da agricultura de Estados Membros em desenvolvimento. O Fundo financia principalmente projetos e programas especificamente concebidos para introduzir, expandir ou melhorar os sistemas de produção de alimentos e para fortalecer as políticas e instituições afins no âmbito das prioridades e estratégias nacionais, tendo em conta: a necessidade de aumentar a produção de alimentos nos países mais pobres e deficitários em alimentos; o potencial para aumentar a produção de alimentos em outros países em desenvolvimento; e a importância de melhorar o nível nutricional das populações mais pobres dos países em desenvolvimento, bem como suas condições de vida.

Mediante empréstimos e doações, o FIDA trabalha com governos para desenvolver e financiar programas e projetos de superação da pobreza rural. Desde o início de operações, em 1978, o Fundo investiu US\$ 14,8 bilhões em mais de 900 projetos.

Estrutura e Governança:

Criado em 1977²⁵ como um dos principais resultados da Conferência Mundial de Alimentação de 1974²⁶, o FIDA possui estrutura semelhante à de outras instituições financeiras internacionais, como, por exemplo, bancos regionais e internacionais de fomento ao desenvolvimento econômico e social.

A associação ao FIDA é aberta a qualquer Estado que seja membro das Nações Unidas ou de qualquer das suas agências especializadas ou da Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA). Em vista da importância histórica dos países exportadores de petróleo na criação do FIDA e na composição de seus capitais, sua governança assume forma singular, dividida em três categorias:

Lista A (países desenvolvidos, principalmente os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE);

Lista B (países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP) e;

Lista C (países em desenvolvimento) – esta última, ramificada nas Sublistas C1 (África), C2 (Ásia) e C3 (América Latina e Caribe).

Os Estados Membros são convidados a contribuir para o Fundo, segundo suas capacidades. No entanto, o peso da participação de um país na gestão do FIDA, inclusive de seu voto, é proporcional ao aporte de suas contribuições. Desse modo, nota-se que a Lista A – grupo que reúne presentemente os principais contribuintes – exerce maior influência no processo decisório. A Lista B tem diminuído sua participação relativa nos aportes. E a Lista C, que concentra a maioria dos países reciendários, vem aumentando gradualmente seu perfil como contribuinte e reforçado sua atuação política.

Os principais órgãos deliberativos do FIDA são a Junta Executiva e o Conselho dos Governadores, em que os Estados Membros participam com poder de voto proporcional ao histórico de seus aportes.

O Conselho dos Governadores é a instância política mais elevada e a principal autoridade decisória; dele participam os Governadores ou Governadores Alternos de

²⁵ Em 30/11/1977, entrou em vigor o Acordo Constitutivo do FIDA, adotado em 13/06/1976.

²⁶ A conferência foi organizada em resposta às crises alimentares da década de 1970. Decidiu-se que “um Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola deve ser estabelecido imediatamente para financiar projetos de desenvolvimento agrícola, principalmente para a produção de alimentos nos países em desenvolvimento”.

todos os Estados membros do Fundo. Reúne-se uma vez por ano e toma as decisões políticas mais relevantes: eleição do Presidente, nomeação dos membros da Junta, ingresso de novos membros; aprovação das consultas de reposição do Fundo e seu orçamento administrativo, e adoção de políticas gerais, critérios e regulamentos.

Por sua vez, a Junta Executiva é responsável por supervisionar as operações gerais do FIDA e aprovar o seu Programa de Trabalho. Seus 18 membros plenos e 18 alternos²⁷ são convidados a reunir-se três vezes ao ano com o propósito de examinar e aprovar:

- i) propostas de políticas estratégicas que orientam as atividades do Fundo, inclusive aquelas para países (Programa de Oportunidade País – COSOP, na sigla em inglês);
- ii) produtos financeiros oferecidos a programas e projetos, como doações e empréstimos a taxas de juros baixas; e
- iii) normas administrativas e financeiras.

O FIDA possui ainda dois órgãos subsidiários permanentes: o Comitê de Avaliação e o Comitê de Auditoria. O primeiro ocupa-se de avaliar as políticas e operações do Fundo – e, na condição de órgão independente, reporta-se diretamente à Junta. O segundo analisa as condições de gestão financeira e nomeia auditor externo. Seguindo diretrizes da Junta Executiva, o Fundo também pode estabelecer grupos de trabalho “ad hoc”, com a finalidade de abordar temas específicos.

A representação do Governo brasileiro no FIDA está a cargo do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, secundado pelo Itamaraty. O Senhor Ministro do MPDG é o Governador brasileiro junto ao Fundo, tendo o Representante Permanente Alterno do Brasil em Roma como Governador Alterno.

Orçamento:

As regras orçamentárias do FIDA seguem as normas gerais aplicadas às instituições financeiras internacionais (IFI). Conforme seu Regulamento Financeiro²⁸, é

²⁷ A participação na Junta Executiva, determinada pelo Conselho de Governadores, está atualmente distribuída da seguinte forma: Lista A: oito membros e oito suplentes; Lista B: quatro membros efetivos e quatro suplentes; e Lista C: seis membros e seis suplentes – sendo dois de cada Sublista.

²⁸ Disponível em: <http://ifad.org/pub/basic/fin/e/!03finre.pdf>

chamado de “orçamento administrativo” o orçamento anual para questões de administração do Fundo, referente ao art. 6.10 do Acordo Constitutivo do FIDA – sendo, assim, composto pelo “orçamento regular”, pelo “orçamento de capital” e pelo “orçamento do Escritório de Avaliação Independente” do FIDA. O ano financeiro do FIDA se estende de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Os recursos do Fundo são constituídos por contribuições recebidas e recursos derivados de operações financeiras ou provenientes de outras fontes, em conformidade com o Art. 4.1 do Acordo Constitutivo. Há expectativa de que o Fundo venha a levantar recursos no mercado internacional de debêntures para aplicar no financiamento de projetos.

O Presidente do FIDA deve apresentar estimativa anual de orçamento administrativo para aprovação do Conselho de Governadores – o órgão deliberativo máximo do Fundo. Como parte do processo de definição do orçamento anual, o Presidente elabora, para consideração, as projeções orçamentárias do Plano de Médio Prazo, com base na projeção do fluxo de rendimentos para o Fundo de todas as fontes e planos operacionais, bem como os desembolsos previstos no mesmo período.

As contribuições voluntárias dos países membros ao FIDA são baseadas em escala indicativa de contribuições das Nações Unidas. O direito a voto, por sua vez, é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Nos termos do Acordo, o Conselho de Governadores determina a realização de processos de reposição de recursos do Fundo, cuja frequência tem sido trienal.

Reposição de fundos:

Nas nove reintegralizações precedentes os recursos totalizaram US\$ 6,78 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões provenientes de países da lista A (países industrializados); US\$ 1,2 bilhão de países da lista B (produtores de petróleo); e US\$ 0,54 bilhão de países da lista C (países africanos, asiáticos e latino-americanos). Os países da lista C3 (América Latina e Caribe) contribuíram com US\$ 0,14 bilhão.

Desde o início das atividades do FIDA até sua nona reposição de recursos, os dez maiores contribuintes ao Fundo aportaram cerca de US\$ 4,4 bilhões, ou cerca de

62% do total de recursos carreados. Em sua décima reintegralização de fundos – FIDA X, para o triênio 2016-2018, foram alocados US\$ 1.149 bilhão (um bilhão cento e quarenta e nove milhões de dólares americanos) – a oferta brasileira à 10^a reintegralização foi de US\$ 16.655.500, de modo que o total integralizado pelo país junto ao Fundo passará a ser de US\$ 97.380.500.

Para a 11^a Recomposição de Fundos, o FIDA propôs que os países aumentassem sua contribuição em 10%. Em fevereiro de 2018, o Conselho de Governadores aprovou, então, a Recomposição de Recursos do Fundo que se refere às atividades do Fundo no período 2019-2021. De acordo com a resolução GC41/L.3, na 11^a recomposição do Fundo, ainda em curso, que corresponde ao período 2019-2021, há contribuições anunciadas no valor de USD 855 milhões. A meta de contribuições estabelecida pela 41^a Sessão do Conselho de Governadores do FIDA (Roma, 13 e 14 de fevereiro de 2018) foi de USD 1,2 bilhões, 10% a mais em relação à 10^a recomposição. A meta para o programa de empréstimos e doações aprovado para o mesmo período é de USD 3,5 bilhões.

1. Países Baixos: US\$ 86.000.000,00
2. China: US\$ 81.000.000,00
3. Reino Unido: US\$ 74.319.010,00
4. França: US\$ 69.354.827,00
5. Itália: US\$ 66.567.198,00
6. Suécia: US\$ 59.715.753,00
7. Canadá: US\$ 57.959.815,00
8. Japão: US\$ 57.300.000,00
9. Suíça: US\$ 54.582.904,00
10. Noruega: US\$ 44.006.552,00

Outros países em desenvolvimento que se destacaram pelo nível de contribuições foram a Índia, com USD 44 milhões; Indonésia, USD 10 milhões; Paquistão, UDS 9 milhões; e México, 5 milhões.

Esta reposição de recursos é especialmente importante pois caracteriza a ambição dos objetivos da Agenda 2030 e será o último ciclo de recomposição cujos projetos serão finalizados antes de 2030. O modelo atual, entretanto, é visto como insuficiente para se alcançar os ODS 1 e 2 (aqueles que concernem ao trabalho do

FIDA). Por isso, foi aprovado, igualmente ao projeto de Resolução do FIDA-11, o projeto sobre a intenção do FIDA de ter acesso a empréstimos do mercado aberto de capitais a partir da recomposição FIDA-12.

PARTICIPAÇÃO E ATUAÇÃO DO BRASIL

A parceria entre o FIDA e o Brasil iniciou-se em 1980 e envolve tanto o governo federal quanto as instâncias estaduais. As atividades são desenvolvidas com o propósito de apoiar o país em seus esforços para melhorar as condições econômicas e sociais de comunidades rurais de mais baixo índice de desenvolvimento humano – IDH. Desde seu estabelecimento, em 1977, o FIDA já financiou onze projetos no Brasil (seis ainda em curso), que totalizam cerca de US\$ 825 milhões, dos quais US\$ 260 milhões foram financiados diretamente pelo Fundo, beneficiando 365,400 famílias.

Os projetos do FIDA no Brasil concentram-se principalmente no Semiárido nordestino, mas devem estender-se também por outras regiões, como a Amazônia e o Agreste, onde também se encontram bolsões de pobreza; estão dirigidos ao apoio e à promoção da agricultura familiar, buscando o aumento da renda, capacitação e acesso a serviços essenciais. Suas ações contemplam a implantação de métodos orgânicos e agroecológicos de produção, de tecnologias de coleta e conservação de água e de planejamento participativo para o avanço da inovação e dos conhecimentos tradicionais. Grupos vulneráveis, mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais e populações indígenas são os principais beneficiários dos projetos do FIDA no país.

O envolvimento do Fundo com o Brasil decorre, por um lado, do fato de 30% de todos os pobres rurais da América Latina e Caribe localizarem-se em território nacional. Por outro lado, o país é percebido como detentor de sólidas políticas públicas de desenvolvimento agrário e erradicação da pobreza. Desfruta, igualmente, de grande capacidade de alocar recursos para essa área e disponibilidade de quadros e instituições capacitadas, ademais de conhecimento acumulado de técnicas e tecnologias em agricultura de apreciável qualidade.

Ainda que o FIDA tenha prestado importante ajuda à luta contra a pobreza rural em termos quantitativos, a principal vantagem comparativa de seu envolvimento reside na qualidade dos projetos e programas que podem ser replicados.

As atividades desenvolvidas pelo FIDA no Brasil estão comprometidas com o desafio principal da política de desenvolvimento agrário brasileira de “superar o círculo vicioso da pobreza, perpetuado pela falta de recursos sustentáveis de renda e emprego para os pobres rurais” (COSOP-Brazil). Os focos de atuação do FIDA no Brasil são:

- i) projetos de investimentos em Estados da Federação, viabilizados com base em comum acordo com o Governo federal;
- ii) a região Nordeste, com a possibilidade de explorar futuramente iniciativas em outras regiões (em particular, o Norte);
- iii) o manejo de conhecimento e o diálogo de políticas.

Os objetivos estratégicos fixados para fortalecer políticas públicas nacionais de combate à pobreza rural e desenvolvimento agrário são, por sua vez:

- a) aumentar a produção agrícola comercial da agricultura familiar, por meio de acesso ao mercado em condições sustentáveis;
- b) melhorar o acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, especialmente de mulheres e jovens;
- c) melhorar, por meio da geração e disseminação de conhecimento, a capacidade dos pobres rurais e de instituições relevantes no Nordeste para viver em espaços semiáridos;
- d) aprofundar os debates sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar em níveis nacional e internacional (com grande abertura para iniciativas de cooperação Sul-Sul).

O FIDA tem buscado fortalecer sua presença no Brasil, principalmente por meio da instalação de um segundo escritório no país, possibilitando estreitar diálogo com as partes interessadas e melhorar a supervisão dos projetos em curso. O Fundo possui um escritório em funcionamento em Salvador, desde 2010, e abrirá representação em Brasília, no ano de 2018. Segundo o próprio FIDA, a vitalidade da cooperação financeira mantida com o Governo brasileiro advém em muitos aspectos da coordenação entre os órgãos envolvidos com políticas de desenvolvimento agrário e as áreas responsáveis por finanças.

Com o objetivo de estabelecer uma parceria entre o Governo brasileiro e o FIDA, a nível global, para promover a Cooperação Sul-Sul como uma ferramenta fundamental para ajudar outros países em desenvolvimento a erradicar a pobreza rural,

foi assinada Carta de Intenções (CdI) entre o Governo brasileiro, por meio da ABC/MRE, e o FIDA, em 20 de novembro de 2017, em Brasília, após o primeiro Painel Ministerial de Alto Nível sobre o papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Agenda 2030 no âmbito da primeira "Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Coerentemente com seus respectivos objetivos, mandatos, políticas e regras, a ABC e o FIDA pretendem utilizar a cooperação como veículo para o aperfeiçoamento da produção agrícola, bem como da produtividade, do desenvolvimento de capacidades, do valor agregado e do acesso aos mercados, segurança alimentar e renda da população de baixa renda nos países em desenvolvimento, complementando e impulsionando as parcerias em curso que o Governo brasileiro construiu na última década com as outras agências com sede em Roma, a FAO e o PMA.

Atividades atuais do FIDA no Brasil

Atualmente, seis operações estão em andamento no Brasil, entre as quais a Viva o Semiárido, o PROCASE-Paraíba, o *Rural business for small producers Project* e o Gente de Valor. O Gente de Valor já beneficiou 34 municípios e 282 comunidades desfavorecidas. Iniciado com investimentos em cisternas no semiárido da Bahia, avançou no apoio ao cultivo de hortas e hoje contribui para melhorar a segurança alimentar e gerar renda mediante a venda de excedentes. Agentes locais capacitados conectam as comunidades com as estruturas regionais e estaduais de gestão do projeto. E, assim, 35 mil pessoas foram já diretamente beneficiadas pela iniciativa, que, estima-se, teria proporcionado benefícios difusos adicionais a aproximadamente 55 mil habitantes.

Concluída recentemente, a avaliação independente do Programa do FIDA no Brasil recomendou a elaboração de nova estratégia de ação no País. Destaca-se, nesse contexto, o estreitamento das relações institucionais com a EMBRAPA, em especial no projeto conjunto *Innovation Marketplace*, apoiado pela Fundação Bill & Melinda Gates, pelo Departamento britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e pelo Banco Mundial. A iniciativa, que envolve também os Ministérios da Agricultura (MAPA), Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC) e a Agência

Brasileira de Cooperação do Itamaraty (ABC/MRE), pretende conectar especialistas e instituições brasileiras, latino-americanas e africanas na pesquisa para o desenvolvimento agrícola. Outro projeto do FIDA no Brasil que conta com o apoio da EMBRAPA é o programa com a Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE) de incentivo ao desenvolvimento da agricultura sustentável e acesso a mercados, que deverá contar com doação de até US\$ 2 milhões para sua execução, nos próximos três anos.

O FIDA tem a intenção de expandir o co-financiamento de projetos para além do semiárido brasileiro, embora mantendo o foco na região Nordeste. A estratégia também compreende linha de ação baseada em atividades não associadas a empréstimos, como diálogo sobre políticas, compartilhamento de conhecimento e cooperação horizontal. O Fundo já manifestou ao MAPA o interesse em compartilhar experiência na área de redução da pobreza rural, no apoio aos sistemas produtivos dos agricultores familiares e na transformação rural sustentável, visando estreitar a colaboração com aquele Ministério.

O FIDA tem ainda papel importante a cumprir em países de renda média como o Brasil, tanto em relação a investimentos diretos para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, quanto no âmbito da cooperação Sul-Sul, diálogo político, gestão de conhecimento e parcerias estratégicas (públicas e privadas). As posições brasileiras nas negociações da Junta Executiva e do Conselho de Governadores do Fundo visam principalmente a assegurar e reforçar esse engajamento, crescentemente objeto de crítica por parte dos países industrializados, que prefeririam redirecionar os recursos do FIDA para os países de menor desenvolvimento relativo, principalmente na África.

Em julho de 2017, o FIDA realizou, em Brasília, seminário sobre Transformação Rural Sustentável e Inclusiva, que contou com a participação de delegados de diversos países. Em novembro de 2017, o Fundo organizou a Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, em Brasília, evento que contou com a presença de 15 ministros e vice-ministros de Agricultura e Finanças de países em desenvolvimento, além de outras altas autoridades governamentais e das Nações Unidas.

Em novembro de 2017, foi organizado o primeiro Painel Ministerial de Alto Nível sobre o papel da Cooperação Sul-Sul e Triangular para a Agenda 2030 no âmbito da primeira "Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular. Alavancando inovações do Sul Global para apoiar a transformação rural", presidida, no primeiro dia, pelo Diretor da ABC. A Conferência foi organizada pelo FIDA, em

parceria com o Governo brasileiro, a FAO e o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSCC) e contou, ademais, com a participação de Ministros de Estados de Bangladesh, Madagascar, Armênia, Costa Rica e Gana, entre outros, além dos Ministros brasileiros do Planejamento e da Agricultura. Após o Painel, foi assinada Carta de Intenções entre o governo brasileiro e o FIDA para promover a cooperação Sul-Sul.

Não há previsão de eventos do FIDA no Brasil em 2018.

Situação das contribuições brasileiras

As contribuições brasileiras para o FIDA estão em dia. A nota promissória depositada pelo Brasil no valor de USD 5.566.668, que corresponde à terceira parcela do pagamento ao FIDA 9, deverá ser paga até 31 de dezembro de 2018. Caso não venha a pagá-la, o Brasil estará em atraso e poderá perder os direitos de voto correspondentes à recomposição. O direito a voto é ponderado na proporção das contribuições para os recursos do Fundo cumulativamente feitas por cada Membro, de acordo com o art. 4º do Acordo Constitutivo.

Com relação ao FIDA X, o governo escalonou o pagamento dos US\$ 16.700.000,00 acordados em 5 parcelas. A primeira, no valor de US\$ 1.700.000,00, vence em 2018. Em 2019, está previsto pagamento de US\$ 3 milhões. As três últimas parcelas (2020, 2021 e 2022) serão de US\$ 4 milhões cada.

O Brasil é um dos países que mais se beneficiaram dos financiamentos do FIDA e ao, mesmo tempo, é o terceiro maior contribuinte entre os países em desenvolvimento.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1974 – A Conferência Mundial sobre Alimentação decide criar o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

1977 – Entra em vigor, em 30/11, o Acordo Constitutivo do FIDA. Estabelecido em Roma, o Fundo inicia suas operações a partir de 1978.

1980 – É aprovado o primeiro projeto a ser financiado pelo FIDA no Brasil (*Ceará Second Rural Development Project*).

2002 – O Quadro Estratégico do FIDA para 2006 confirma seu compromisso em facilitar a superação da pobreza no meio rural, com foco no fortalecimento de capacidades e na melhoria do acesso equitativo aos recursos naturais e à tecnologia de produção.

2010 – O Escritório Compartilhado da ONU em Salvador (Bahia) é inaugurado. Reúne representantes de diferentes organizações, fundos e programas do sistema das Nações Unidas. Além do FIDA, estão ali representados o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

2013 – Assume o ex-Presidente do FIDA, o nigeriano Kanayo F. Nwanze

2017 - Assume o atual Presidente do FIDA, o togolês Gilbert F. Houngbo.

ATOS INTERNACIONAIS

O Acordo Constitutivo do FIDA e demais textos jurídicos que regulam suas atividades estão publicados no endereço eletrônico: https://www.ifad.org/who/basic_legal/list#anchor_1

Não há registro de atos internacionais firmados entre a FAO e o Governo Federal; apenas Memorandos de Entendimento com governos estaduais.

**MISSÃO DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA - FAO E OS ORGANISMOS
INTERNACIONAIS CONEXOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Transmito a seguir relatório das atividades acompanhadas pelo Posto nos organismos das Nações Unidas com sede em Roma (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO -, Programa Mundial de Alimentos - PMA- e Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA) durante os nove meses de gestão do embaixador João Carlos de Souza-Gomes nesta Delegação (fevereiro a novembro de 2017).

FAO

2. Na FAO, as principais reuniões realizadas no período foram a 40^a sessão da Conferência - instância decisória máxima da FAO -, em julho, e a 44^a sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), em outubro de 2017.

3. A delegação brasileira à Conferência foi chefiada pelo senhor ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, que proferiu discurso em defesa da qualidade dos produtos agropecuários brasileiros e da sustentabilidade das práticas agrícolas nacionais, além de reafirmar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional.

4. Na 40^a Conferência, foram revisadas as recomendações e decisões dos comitês técnicos e de outros órgãos estatutários da FAO no último biênio (2016-2017). Cobriu-se, assim, agenda ampla de debates sobre pesca, florestas, produtos de base, recursos genéticos, agricultura, segurança alimentar e nutrição, além de orçamento e questões programáticas. Os Estados Membros da FAO finalizaram e aprovaram, por consenso, o Programa de Trabalho e Orçamento (PWB) para 2018-2019, financiado por contribuições estatutárias e voluntárias. O orçamento regular para o biênio 2018-19 foi fixado em cerca de USD 1 bilhão. Já o orçamento total da FAO previsto para 2018-19 é de USD 2,6 bilhões, dos quais 39% são provenientes de contribuições estatutárias, enquanto 61% serão mobilizados por

meio de contribuições voluntárias de membros e outros parceiros. A contribuição brasileira para o orçamento da FAO é a sétima mais importante, porém o País encontra-se em atraso nos pagamentos referentes a 2016 (saldo remanescente de USD 1.241,89) e a totalidade dos pagamentos de 2017 e 2018.

5. A FAO enfrenta atualmente o complexo desafio de ajudar seus membros a erradicarem a fome e a má nutrição até 2030, em contexto de população mundial crescente e múltiplos desafios econômicos, políticos e ambientais. O relatório produzido por FAO, FIDA, PMA, OMS e UNICEF em 2017, "O Estado Mundial da Segurança Alimentar e da Nutrição - SOFI", indicou que a fome voltou a crescer no mundo: atingiu 815 milhões de pessoas (11% da população mundial) em 2016 - 38 milhões a mais do que no ano anterior -, após mais de uma década de queda do flagelo da fome em termos globais. Os choques climáticos e a proliferação de conflitos violentos foram identificados como as principais causas dessa reversão da tendência mundial de diminuição da fome.

6. Na Conferência e ao longo de 2017, esta Delegação contou com os aportes técnicos e participação de especialistas em diversas áreas, principalmente da EMBRAPA, IBAMA/MMA e MPOG.

7. Com o apoio do Posto em suas gestões em Roma, o Dr Guilherme Costa, teve êxito nas eleições realizadas em Genebra em julho de 2017 para a presidência do CODEX Alimentarius (comissão conjunta da FAO/OMS).

8. A delegação brasileira ao CSA, em outubro, composta por funcionários de mais de 20 órgãos e ministérios, foi chefiada pelo secretário executivo do Ministério da Saúde (MS), Dr Antonio Nardi. Em intervenção em nome do Brasil, o Dr Nardi anunciou 38 compromissos brasileiros no âmbito da Década de Ação em Nutrição das Nações Unidas (2016-2025). O Brasil organizou dois eventos paralelos durante o CSA sobre: "O papel da governança em segurança alimentar e nutricional na realização do direito à alimentação", com participação do MDS e do CONSEA; e "Melhorando a nutrição infantil: estratégias de controle e prevenção da obesidade", ocasião em que o secretário executivo do MS expôs a experiência brasileira no enfrentamento da obesidade infantil e as medidas do Governo brasileiro no âmbito da Década de Ação em Nutrição das Nações Unidas (2016-

2025). Em reunião da delegação brasileira com o diretor-geral, Professor José Graziano da Silva, o secretário especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD/Casa Civil) e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) assinaram cartas de intenção com a FAO, no âmbito do programa Brasil-FAO de Cooperação Sul-Sul, assumindo o compromisso de atuar conjuntamente em apoio à implementação, na América Latina e Caribe, das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança responsável da posse da terra, da pesca e das florestas no contexto da segurança alimentar nacional" (DVG). Na ocasião, o presidente do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) reafirmou o compromisso do Fundo de continuar projeto de alimentação escolar em colaboração com a FAO, que já beneficiou 13 países na América Latina e Caribe.

9. Outras reuniões importantes ocorreram no âmbito dos tratados e iniciativas sediadas na FAO, como a Parceria Global sobre Bioenergia (GBEP), copresidida pelo Brasil, e a Aliança Mundial pelos Solos (GSP), integrada por todos os Membros da FAO. Na 7ª Reunião do Órgão Gestor do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura (TIRFAA), em outubro/novembro, em Kigali, a delegação brasileira, integrada por mim e pela Secretária Larissa Costa, à época lotada em REBRASFAO, procurou avançar no maior reconhecimento dos direitos do agricultor e a repartição de benefícios decorrentes. O fenômeno das migrações também tem adquirido crescente relevância, tendo a FAO assumido o compromisso de copresidir o Grupo Global para Migrações das Nações Unidas, juntamente com a Organização Internacional para Migrações (OIM).

10. Em 2017, o Brasil anunciou sua associação a três iniciativas no âmbito da FAO, uma sobre bioeconomia (International Sustainable Bioeconomy Working-Group) e as demais ligadas à sustentabilidade na pecuária (Livestock Environmental Assessment and Performance partnership, com adesão do Governo, e Global Agenda for Sustainable Livestock, com adesão da Embrapa). Reaproximou-se também da Bioversity International, o que resultou na assinatura de emenda ao Acordo de Sede que permitirá a abertura de escritório da instituição em Brasília. Nas articulações informais, o Posto vem participando dos Grupos de Amigos da Agroecologia e da Biodiversidade, compostos por delegados. A Delegação também liderou a criação do grupo informal de Amigos do Direito à Alimentação.

FIDA

11. O Conselho de Governadores do FIDA elegeu, em fevereiro de 2017, o ex-primeiro ministro do Togo, Gilbert Fossoun Houngbo, para exercer a presidência do Fundo nos próximos quatro anos. O Togo é integrante da Lista C do FIDA, da qual também faz parte o Brasil.

12. Em 2017, foram realizadas quatro sessões de consulta sobre a 11^a recomposição de capital do Fundo (FIDA 11), que contou, em duas sessões, com a participação do secretário de assuntos internacionais do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Professor Jorge Arbache. Durante o processo, os debates concentraram-se nos critérios de distribuição dos empréstimos a serem oferecidos pelo FIDA no período 2019-2021. Garantiu-se que o foco do Fundo em países de menor desenvolvimento relativo (90% dos recursos) não impedissem o acesso a empréstimos por países de renda média, contrariamente ao que era defendido por alguns países doadores, como Estados Unidos, Itália e Reino Unido. Assim, países de renda média-alta, incluindo o Brasil, poderão beneficiar-se de até 10% dos recursos do FIDA 11.

13. As áreas temáticas transversais priorizadas no FIDA 11 foram clima, nutrição, gênero e juventude. Atenção especial deverá ser dada às parcerias público-privadas e ao processo de descentralização por que passa o Fundo.

14. Na sessão ordinária de setembro de 2017 da Junta Executiva do FIDA, foi aprovada a nova fórmula para Alocação de Recursos com Base em Resultados ("Performance-based allocation system" - PBAS), ferramenta essencial para a distribuição dos recursos do Fundo. Em sessão especial da Junta, em 30 de outubro, foi aprovado o novo Quadro para Empréstimos Associados em Condições Favoráveis ("Concessional Partner Loans" - CPL), que permitirá ao FIDA tomar empréstimos de governos e empresas estatais para alavancar sua capacidade de financiamento.

15. O FIDA organizou a Conferência Internacional sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, realizada em Brasília, em novembro de 2017. Foi assinada, na ocasião, pelo diretor da ABC e o presidente do Fundo, carta de intenções sobre Cooperação

Sul-Sul e Trilateral entre o Brasil e o FIDA. Tratou-se, ainda, da intenção do FIDA de abrir escritório regional ("hub") para a cooperação sul-sul e triangular e gestão do conhecimento, similar a dois outros que deverão ser instalados em Adis Abeba e Pequim.

PMA

16. Em abril de 2017, David Beasley, ex-governador da Carolina do Sul, Estados Unidos, foi designado novo diretor executivo do PMA. A resistência inicial pela designação de um DE sem experiência prévia nas Nações Unidas deu lugar a admiração pela capacidade de Beasley de mobilizar recursos. Sob sua gestão, o PMA deverá receber montante recorde de doações, estimadas em US\$ 6 bilhões (2018). O programa de trabalho para 2018 do PMA prevê gastos de cerca de US\$ 9 bilhões.

17. Em 2017, foi implementado o Mapa do Caminho Integrado ("Integrated Road Map" - IRM), conjunto de reformas institucionais aprovadas em novembro de 2016 que adaptaram o modelo de gestão do PMA para melhor contribuir com a realização a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse contexto, foram aprovados 24 Planos Estratégicos de Países, os quais mudam a lógica anterior, baseada em projetos, para a de programas integrados para cada país beneficiário de assistência.

18. As reformas de gestão foram implementadas em contexto de demandas de assistência humanitária urgentes, como as iminências de crises alimentares graves no Iêmen, Nigéria, Somália e Sudão do Sul, a crise de refugiados Rohingya em Bangladesh e as crises prolongadas na Síria, Iraque e Afeganistão.

19. Em 2017, foi assinado projeto de cooperação sul-sul trilateral intitulado "Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África", envolvendo o Instituto Brasileiro do Algodão e o PMA, com orçamento de USD 7.345.862 e previsão de execução em 4 anos. Desde 2011, o FNDE (MEC) financia o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, sediado em Brasília, cujo objetivo é o de apoiar países em desenvolvimento na formulação e implementação de seus

programas nacionais de segurança alimentar e nutrição, com foco em merenda escolar, inspirados na experiência do Brasil.

20. O Brasil teve participação ativa nas reuniões e negociações sobre os ajustes e atualizações do sistema de gestão e nas regras gerais e financeiras do PMA. Defendeu, por exemplo, a permanência das exceções ao princípio de "full cost recovery", o que permite a realização de acordos de financiamento de custos associados a uma contribuição em espécie ("twinning"), modalidade de contribuição utilizada em várias ocasiões pelo Brasil.

21. No início de dezembro, por ocasião do 158º Conselho da FAO, o Brasil foi reeleito membro da Junta Executiva do Programa Mundial de Alimentos (PMA) para mandato no período 2018-2020.

Antonio Otávio Sá Ricarte, encarregado de negócios, a.i.2018.



SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JOSÉ AGRIPINO

RELATÓRIO N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº
21, de 2018 (Mensagem nº 192, de 2018, na
origem), do Presidente da República, que submete
à apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal,
e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei
nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do
Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE
ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira
de Diplomata do Ministério das Relações
Exteriores, para exercer o cargo de Representante
Permanente do Brasil junto à Organização das
Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- FAO e os Organismos Internacionais Conexos,
em Roma.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre
a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor
FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe
da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para
exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização
das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e os
Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

SF18071.57385-20

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A fim de atender ao preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU nasceu em São Borja (RS) em 1957, filho de Fernando da Encarnação Abreu e Lygia Marroni de Abreu.

É graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Ciências Econômicas (1985) e Relações Internacionais (1986) pela Universidade de Brasília (UnB). Em 1988 obteve o grau de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Paris I (Sorbonne).

Na carreira diplomática, ingressou em 1981, tendo ascendido a Segundo-Secretário em 1986, a Primeiro-Secretário em 1994, a Ministro-Conselheiro em 2000, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2010. Serviu em Paris, Havana, Roma e, dentre seus últimos postos estão o de Chefe de Gabinete no Ministério do Desenvolvimento Agrário (2000-02), Chefe de Gabinete no Ministério da Defesa (2003-05), Vice-Presidente do Conselho de Administração da INFRAERO, Ministro-Conselheiro em Madri (2005-08), Embaixador em Amã (2008-12), Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (2012-15), Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política III (2015-16) e Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio (2016).

Dentre seus escritos, destaca-se “Brasil e Cuba – A Gangorra Diplomática em Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, o Desafio Estratégico” (2000) e “A Política de Defesa Nacional - Uma Visão Crítica” (2004), este fruto de sua tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações sobre Organização das Nações Unidas



SF18071.57385-20

para a Alimentação e a Agricultura (FAO); com perfil biográfico de seu Diretor-Geral, o brasileiro José Graziano da Silva, do Vice-Diretor-Geral de Operações, o norte-americano Daniel Gustafson, e da Vice-Diretora de Conhecimento, a cabo-verdiana Maria Helena Semedo, bem como informações gerais da organização e sobre a participação e atuação do Brasil. Igualmente, traça o perfil do Diretor-Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o americano David Muldrow Beasley, e do Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o togolês Gilbert Fossoun Houngbo, e de sua Vice-Presidente, a alemã Cornelia Richter. Também sobre essas duas organizações o Itamaraty anexa informações gerais e descreve nossa participação e atuação.



SF18071.57385-20

Conforme é notório, o Brasil é um grande produtor e consumidor de alimentos, tem a maior biodiversidade do mundo e detém uma das maiores reservas de água doce, o que o torna um grande interessado em organizações que versam sobre alimentação, desenvolvimento agrícola e sustentabilidade.

Diante da FAO, os programas prioritários para o Brasil são: Combate à Fome e Erradicação da Pobreza Rural, Segurança Alimentar e Nutrição, Sistemas Agroalimentares Eficientes e Inclusivos, Desenvolvimento Agrícola e Rural Sustentáveis, Cooperação Sul-Sul e Triangular, Assistência Humanitária Alimentar, Produção e Comércio de *Commodities* e Questões Correlatas, Sanidade Vegetal e Animal, *Codex Alimentarius* e outras medidas regulatórias.

No Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Brasil tem se alinhado em questão de cooperação humanitária, apoiando questões estruturantes na área de segurança alimentar e nutricional, desenvolvendo estratégias de mobilização de recursos em resposta a crises iminentes, estimulando criação de mecanismos de seguro agrícola para pequenos produtores em zonas semiáridas ou sujeitas a crises socioambientais, favorecendo compra de alimentos para abastecimento de populações afetadas e promovendo pesquisa sobre a biodiversidade e o conhecimento tradicional local.

Já a vinculação do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Brasil tem foco na melhoria de condições socioeconômicas de comunidades rurais de baixo índice de desenvolvimento

humano – IDH, sobretudo no semiárido nordestino. Dentre os objetivos estão o aumento da produção agrícola comercial da agricultura familiar, melhora do acesso dos pobres rurais a empregos não-agrícolas e atividades empresariais em áreas rurais, geração e disseminação de conhecimento aos pobres rurais, debate sobre redução da pobreza rural e políticas de agricultura familiar nos planos nacional e internacional.

Esse é um breve resumo da vasta atuação dessas organizações no Brasil. A FAO, em especial, dirigida por um brasileiro, tem evoluído em respostas mundiais ao combate à pobreza, às mudanças ambientais e à exploração adequada dos recursos genéticos. Nesse sentido, explora soluções na bioeconomia, que é aquela pensada no cultivo e uso de biomassa como instrumento de combate às mudanças climáticas e à poluição, e na agroecologia, que é o desenvolvimento agrícola ecológico e sustentável. Alimentar adequadamente a todos é o grande desafio, o que tem encontrado fortes barreiras, como conflitos, mudanças climáticas e preços elevados de alimentos, levando 124 milhões de pessoas à fome em 2017.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF18071.57385-20

2

EMBAIXADA DO BRASIL EM BERLIM**RELATÓRIO DE GESTÃO****EMBAIXADOR MÁRIO VILALVA**

Transmito, a seguir, relatório simplificado de minha gestão à frente da Embaixada em Berlim, iniciada no dia 14 de outubro de 2016.

POLÍTICA INTERNA

2. Desde fins de 2016, a Embaixada fez acompanhamento minucioso das forças políticas alemãs com vistas a melhor interpretar as eleições legislativas previstas para o mês de setembro de 2017. Nesse processo, colheu informações e relatou sobre a evolução das correntes partidárias, as novas tendências do eleitorado, o desenvolvimento da campanha eleitoral e sobre o processo de formação do novo governo alemão, afinal estruturado em torno de uma reedição "grande coalizão" (CDU/CSU-SPD).

3. Em todo esse processo, ficou claro o progressivo desgaste da chanceler Angela Merkel, não apenas em função do tempo decorrido à frente do governo alemão (três mandatos de 4 anos), mas, também, pela crescente atenção dada a temas considerados típicos do ideário da esquerda alemã. Nesse contexto, seu partido (CDU/CSU) e as forças conservadoras do país reagiram negativamente a muitas decisões da líder alemã, entre as quais causou maior impacto a política de "portas abertas" durante a fase aguda da crise dos refugiados (2015).

4. A tradicional esquerda alemã, apesar de ver satisfeitas muitas de suas demandas no governo de Merkel, tampouco obteve, paradoxalmente, apoio expressivo de seu eleitorado durante as eleições legislativas de setembro de 2017. A social democracia (SPD) foi acusada de acomodação e paralisia, diante de um governo acuado pelo crescimento do euroceticismo, do nacionalismo e das adversidades provocadas

pela crise financeira de 2008 e pelos desequilíbrios da reunificação do país, entre os quais ganhou destaque a insatisfação de parcela considerável da população dos estados da antiga RDA.

5. Em consequência, nas eleições de setembro passado, a CDU/CSU obteve desempenho inferior ao alcançado em 2013 (apenas 33% dos votos, contra 41,5% naquele ano) e o SPD amargou o pior resultado em décadas (20,5% dos votos, contra 25,7% em 2013). Paralelamente, viu-se a recuperação dos liberais (FDP) e a consolidação de nova agremiação ultraconservadora: a Alternativa para a Alemanha (AfD), hoje a terceira força política do país (12,6% dos votos e cerca de 100 deputados no Bundestag).

POLÍTICA EXTERNA

6. Meu período à frente da Embaixada em Berlim foi marcado pelo processo de adaptação da política externa alemã aos choques sofridos em 2015, com a crise dos refugiados, e, em 2016, com o Brexit e com a eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA. A crise dos refugiados corroeu o poder interno de Angela Merkel, a decisão do "Brexit" abalou os pilares europeus sobre os quais se assenta a ação externa da Alemanha e o advento da administração Donald Trump colocou em xeque, pela primeira vez na história, a relação transatlântica, baluarte da segurança e da recuperação econômica deste país.

7. Com esse pano de fundo, a Embaixada colheu informações, analisou e informou a Secretaria de Estado (SERE) sobre a postura alemã perante os debates em curso relativos à reforma da União Europeia, em particular da zona do euro. Nesse processo, acompanhou as tendências políticas nos países vizinhos e nas instituições europeias; a relação com a Rússia e com a Ucrânia (inclusive à luz dos Acordos de Minsk); os atritos com a Turquia e com Israel; e os cuidados empregados na relação com o Oriente Médio e com a África (principal fonte da migração em direção à UE).

8. Nos últimos meses, a Embaixada tem acompanhado com especial atenção a reação alemã à imposição pelo governo norte-americano de novas tarifas no comércio com a UE (notadamente na área do aço e do alumínio). Trata-se de tema muito sensível na relação transatlântica (inclusive diante de possível escalada para segmento mais abrangente do comércio internacional), mas, também, de grande interesse para o Brasil, à luz do mesmo tratamento dispensado por Donald Trump a exportações brasileiras.

9. Em 2017, a Alemanha presidiu os trabalhos do G-20. Procurou fazer do certame ocasião para reverter tendência ao unilateralismo e ao protecionismo, bem como para chamar a atenção das principais economias mundiais para novos temas na área da cooperação internacional (África, saúde, corrupção, digitalização etc). A Embaixada acompanhou os trabalhos da presidência do G-20, participou de diversas reuniões, apoiou delegados brasileiros em encontros técnicos e prestou assistência ao Senhor Presidente da República e comitiva durante a Cúpula de Chefes de Governo, em Hamburgo, no mês de julho.

10. Também no ano de 2017, a Alemanha acolheu, na cidade de Bonn, a 44ª Conferência das Partes da Conferência-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Trata-se de um dos temas mais caros à política externa alemã. A Embaixada, além de prestar assistência aos delegados brasileiros, aproveitou a ocasião para intensificar o diálogo com instituições internacionais sediadas neste país e com autoridades alemãs responsáveis pelos temas de desenvolvimento sustentável. O encontro também foi oportuno para a difusão, junto a autoridades governamentais, aos meios de imprensa e às organizações especializadas, dos desenvolvimentos recentes da política ambiental brasileira, especialmente no que diz respeito aos esforços voltados para o combate ao desmatamento da Amazônia.

11. Diante das fortes suspeitas de interferência de outros países (especialmente Rússia) nos processos político-

eleitorais europeus e do número crescente de ataques cibernéticos a instituições alemãs, sobretudo na área de defesa e segurança, o governo de Berlim tem concebido novas normas legais para assegurar ao país proteção a seus sistemas de Internet. Nesse contexto, a Embaixada, agora dotada de uma nova adidânciada de Inteligência, vem acompanhando e informando, regularmente, sobre a evolução administrativa e legislativa da temática de governança da internet e de segurança cibernética na Alemanha. Destaque foi dado aos debates relativos à aplicação da lei de 2016 sobre a execução das normas legais na Internet, conhecida como "NetzDG".

RELAÇÕES POLÍTICAS BRASIL-ALEMANHA

12. Os estados da Federação alemã possuem peso específico na formação do governo central e na tomada de decisões em matéria de política externa. Por essa razão, ao longo de minha gestão, procurei estreitar relação com as capitais alemãs mediante programa de visitas às unidades da Federação e a seus representantes. Nesse processo, mantive contato com governadores, secretários de estado, presidentes de parlamento estaduais, prefeitos e representantes regionais dos setores empresariais, acadêmicos e de imprensa. Até o momento, foram visitados os estados de Bremen (março 2017), Hamburgo (agosto de 2017), Saxônia (novembro de 2017), Saxônia-Anhalt (dezembro de 2017), Turíngia (janeiro de 2018), Renânia do Norte-Vestfália (fevereiro de 2018) e Baviera (março de 2018).

13. Também com vistas à defesa dos interesses brasileiros junto aos poderes centrais na Alemanha, mantive numerosos encontros no Parlamento alemão (Bundestag). Nesse processo, foram priorizadas explicações sobre o processo político do Brasil, sobre os desenvolvimentos recentes da economia nacional, sobre os esforços de negociação para a assinatura de acordo de associação Mercosul-União Europeia e sobre as oportunidades de cooperação no nível bilateral, entre as quais se destacam a pauta de assuntos das reuniões anuais da Comissão Mista Brasil-Alemanha e dos encontros entre os empresários dos dois países (EEBA). Foram particularmente proveitosas as conversas com os deputados Peter Weiss (CDU),

presidente do grupo de amizade Brasil-Alemanha; Norbert Röttgen (CDU), presidente da comissão de Relações Exteriores; Alexander Kulitz (FDP), membro da comissão de Relações Exteriores e presidente da Associação dos Jovens Empresários da Alemanha; Sebastian Münzenmaier (AfD), presidente da comissão de Turismo; e Peter Ramsauer (CSU), presidente da comissão de cooperação e Desenvolvimento.

14. Por fim, a Embaixada atuou com sucesso para garantir o apoio da Alemanha a candidaturas brasileiras em organismos internacionais. No período em exame, não foi, entretanto, possível, a marcação do segundo encontro de alto nível entre Brasil e Alemanha. A impossibilidade se deu em função dos problemas enfrentados pelo Brasil na área política e econômica nos dois últimos anos e também pela proximidade do calendário eleitoral alemão. As autoridades locais asseguram, no entanto, que estariam preparadas a realizar o encontro no primeiro semestre de 2019.

ECONOMIA e FINANÇAS

15. A economia alemã obteve excelentes resultados entre 2016 e 2018. No ano passado, o crescimento acumulado do PIB foi 2,5% (preços reais), a relação dívida pública/PIB foi de 64,1%, o superávit fiscal consolidado foi de 1,1%, a inflação ficou em 1,8% e o desemprego se estabilizou em 5,3% (a meta de Merkel é chegar a 0%, em 2025). O bom desempenho é justificado pela força da demanda interna, pelo aumento da formação bruta de capital fixo e pelo excelente resultado do comércio exterior (maior superávit comercial do mundo). O aumento dos investimentos internos, no entanto, ainda tem sido interpretado como insuficiente para manter o ritmo de crescimento do país nos próximos anos.

16. Conforme mencionado anteriormente, a Embaixada prestou assistência às delegações brasileiras às reuniões do G-20, sob a presidência alemã em 2017. Além do encontro de cúpula, realizado em Hamburgo, no mês de julho, tiveram especial destaque as reuniões: a) de ministros de Agricultura (Berlim,

22/01/2017); b) do Foro Global sobre Excesso de Capacidade de Aço (Berlim, 20-21/02 e 26-27/04/2017); c) da Conferência sobre o Futuro do Mundo Rural (Berlim, 27-28/04/2017); d) do Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos (Berlim, 4-5/05/2017); e) dos Vice-ministros de Agricultura (Potsdam, 14-15/05/2017); f) dos Sherpas do G-20 (Berlim, 9-10/11/2017); e g) Ministerial do Aço (Berlim, 30/11/2017).

17. No plano das gestões em favor dos interesses brasileiros, mereceram especial destaque os esforços para sensibilizar o governo alemão e os setores produtivos do país para conclusão do Acordo de Associação Mercosul-UE. Embora a Alemanha seja explicitamente a favor do Acordo, o exercício procurou manter vivo o interesse pelo assunto e, adicionalmente, obter de Berlim apoio junto aos demais parceiros europeus, notadamente aqueles ainda claudicantes, com vistas a convencê-los dos benefícios da associação. Para tanto, visitei e continuei a visitar os mais altos escalões do ministério do Exterior, do ministério da Economia e Energia e do ministério da Alimentação e Agricultura, além das assessorias diretas da chanceler Angela Merkel. Adicionalmente, conversas foram iniciadas com a Associação Federal da Indústria (BDI) e com a Associação das Câmaras de Comércio da Alemanha (AHK), com vistas a criar frente empresarial de apoio ao Acordo.

18. Outros importantes temas em torno dos quais a Embaixada e eu, pessoalmente, realizamos inúmeras gestões dizem respeito: a) à renovação do acordo Brasil-Alemanha para evitar a dupla tributação (ADT); b) à candidatura do Brasil a membro da OCDE; c) ao relatório crítico no âmbito do GAFI; d) ao contencioso Gol-Legacy na OACI; e) à candidatura do Embaixador brasileiro José Alfredo Graça Lima à corte de apelação da OMC; e f) à reforma das contribuições na UPU.

19. Na área agrícola, a Embaixada dedicou atenção à repercussão do escândalo da contaminação de ovos com resíduos de fipronil na Alemanha e à reação às preocupações levantadas pelo governo referentes à operação "Carne Fraca" no Brasil. Ainda nesse contexto, foram objeto de preparação e acompanhamento as visitas realizadas a Berlim pelo Ministro

da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, em 2017 e 2018, para participar da Semana Verde e do Foro Global de Alimentação e Agricultura (GFFA). Por fim, a Embaixada se encarregou da participação do Brasil nas reuniões da Organização Internacional do Cacau, realizadas em Berlim, no mês abril de 2018.

COOPERAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

20. A cooperação técnica e financeira é ponto alto nas relações Brasil-Alemanha. Em dezembro de 2017, as partes se reuniram em Brasília para avaliar o andamento dos programas em curso e para a tomada de decisões no sentido de aumentar recursos e metas para os projetos nas áreas da proteção ambiental e de apoio à geração de energia renováveis. A Alemanha representa, atualmente, o maior parceiro da cooperação técnica e financeira recebida pelo Brasil, além de participar em diversas iniciativas trilaterais para o desenvolvimento e implementação de projetos em benefício de terceiros países, em particular na África, a exemplo do projeto para fortalecimento da cajucultura em Gana. Entre 1963 e 2017, a Alemanha investiu 2,8 bilhões de euros na cooperação financeira com o Brasil. No momento, estão sendo aplicados cerca de 313 milhões em projetos ligados à preservação da floresta tropical, à eficiência energética e ao desenvolvimento de energias renováveis. Na cooperação técnica, destacam-se 40 projetos em curso, orçados em 19,4 milhões de euros.

21. Também nesse setor, a Embaixada organizou: a) a realização de painel científico sobre pesquisas conduzidas no Parque Nacional da Serra da Capivara, em parceria com a Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa e o Governo do Estado do Piauí (maio de 2017); b) o seminário "Minerais estratégicos e inovação no Brasil", em parceria com a Federação Alemã de Mineração Internacional e Recursos Naturais e o Centro de Competência de Mineração e Recursos Minerais da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (dezembro de 2017); e c) duas missões prospectivas a Berlim do Programa "StartOut Brasil" (novembro de 2017 e janeiro de 2018). Estas missões, destinadas a internacionalizar "startups" brasileiras,

cumpriram programa de visitas a cerca de 40 instituições governamentais, agências de promoção, empresas e prestadores de serviços, com vistas a identificar interlocutores para o capítulo alemão do "StartOut", a ser realizado no corrente mês de maio.

ENERGIA

22.A Embaixada participou no relançamento do Diálogo Bilateral sobre Energia, conforme reunião realizada, em Berlim, em abril de 2017, dando seguimento à decisão de implementar o novo formato institucional do Diálogo, com a participação de representantes do setor privado.

23.A Embaixada também acompanhou, examinou e informou sobre temas relativos à política energética alemã, tema muito presente no centro do debate público ao longo da campanha para as eleições legislativas de setembro 2017. Destacaram-se, nesse contexto, questões muito frequentes nas relações bilaterais, como a bioenergia, as revelações em torno do esquema "dieselgate", as implicações da decisão de desligar todas as usinas nucleares do país até 2021 e as dificuldades enfrentadas pelo governo alemão para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa oriundas do setor de energia, ainda marcado por elevada participação do carvão.

24.Em diversos contatos com autoridades políticas, representantes do setor privado e organizações não governamentais, a Embaixada ressaltou a elevada participação das energias renováveis na matriz brasileira, bem como a excelência das políticas públicas desenvolvidas no País para assegurar a proteção do meio-ambiente e a preservação do clima.

COMÉRCIO E PROMOÇÃO COMERCIAL

25. Desde outubro de 2016, as relações comerciais entre Brasil e Alemanha se mantiveram densas e diversificadas. Em 2017, o comércio bilateral alcançou US\$ 14,1 bilhões, aumento de 1,05% em relação a 2016 (porém consideravelmente inferior ao total alcançado em 2011: US\$ 24,2 bilhões). No período, a Alemanha manteve-se na posição de maior parceiro comercial do Brasil na Europa e o quarto no mundo. Por outro lado, o Brasil continuou a ocupar a posição de principal sócio comercial da Alemanha na América do Sul. Todavia, o comércio bilateral foi, no período, deficitário para o Brasil.

26. Durante minha gestão à frente da Embaixada em Berlim, procurei desenvolver diversas atividades de divulgação do quadro de recuperação econômica brasileira, da oferta exportadora do Brasil (sobretudo de produtos com valor agregado) e das oportunidades de investimentos no País, particularmente nos setores de infraestrutura e energia. Também busquei intensificar a difusão do produto turístico brasileiro e apoiar trabalhos de inteligência comercial. Minha ação pessoal se deu na forma de encontros com os principais investidores alemães, com as câmaras de comércio do país e com participação em eventos públicos promocionais.

27. Também nesse capítulo, destaque-se minha participação nos 34º e 35º Encontros Econômicos Brasil-Alemanha (EEBA) e nas 42ª e 43ª Reuniões da Comissão Mista Brasil-Alemanha, realizadas, respectivamente, em Weimar, em outubro de 2016, e em Porto Alegre, em novembro de 2017. Estes são os maiores eventos anuais da agenda bilateral, porquanto são ali tratadas as principais questões econômicas e comerciais entre os dois países, além de impulsionar novas parcerias comerciais. Em 2018, a Embaixada tem-se dedicado à preparação dos próximos encontros da EEBA e da Comista, a serem realizados na cidade de Colônia, entre os dias 24 e 26 de junho.

28. No período examinado, importantes investimentos alemães foram realizados e alguns anunciados para futuro próximo. Nesse contexto, cabe destacar: a) a aquisição pela Fraport dos aeroportos de Porto Alegre e de Fortaleza; b) o contrato da Nordex Acciona para fornecimento de turbinas e produção

no Brasil de torres para geração de energia eólica; c) a compra, pela DHL Supply Chain, do controle da empresa brasileira de transporte rodoviário Polar Transportes; d) a abertura de filial do Commerzbank (segundo maior banco alemão) em São Paulo; e e) a recente participação da Wintershall (em fusão com a DEA) na aquisição de sete blocos marítimos para exploração e produção de petróleo e gás natural. Registrem-se, também, os anúncios: a) da Volkswagen e da Daimler-Benz sobre ampliações de instalações industriais no País; b) da empresa SAP (software corporativo) por novos investimentos em centro de pesquisa no Rio Grande do Sul; e c) de novas aquisições e parcerias empresariais no Brasil no segmento de organização de feiras comerciais.

29. Desde outubro de 2016, o SECOM da Embaixada prestou apoio institucional a órgãos governamentais e empresas brasileiras participantes de sete feiras e 18 missões, além de ter organizado eventos em parceria com instituições brasileiras ou alemãs. Vale destacar, nesse contexto: a) as feiras de alimentos e bebidas, duas com participação do Ministro de Estado da Agricultura (MAPA); b) a feira de produtos orgânicos (BIOFACH/VIVANESS), com participação de missões da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e da Apex-Brasil; e c) a feira de turismo (ITB), com presença de delegação da Embratur. Por fim, o auditório da chancelaria abrigou eventos sobre oportunidades de investimento e produtos agrícolas.

30. Registre-se, por último, que a Embaixada tem participado de reuniões com o Ministério dos Transportes e Infraestrutura Digital da Alemanha com vistas a acompanhar o interesse de investidores locais no projeto do Corredor Ferroviário Bioceânico Central.

DIFUSÃO CULTURAL e COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

31. Diante das restrições orçamentárias dos últimos anos, a Embaixada procurou forjar parcerias criativas para a promoção cultural do Brasil na Alemanha. Destacaram-se,

nesse contexto: a) a colaboração com a Sociedade Brasil-Alemanha (DBG), da qual surgiu a realização de palestras (com destaque para "Grande Sertão Veredas", de Guimarães Rosa), leituras e exposições; b) a parceria com instituições culturais, como o Instituto Ibero Americano, a Casa das Culturas do Mundo (HKW) e o Deutsche Bank Kunsthalle, da qual surgiu a exposição "Roberto Burle Marx: Modernismo Tropical"; e c) os entendimentos com o European Month of Photography (EMOP), dos quais emanou a possibilidade de que a embaixada abrigasse, em 2016, exposição fotográfica no contexto do maior festival de fotografia da Alemanha.

32. Destaque-se, também, o apoio prestado às edições do festival "Brasilien Trifft Berlin" (2016 e 2017), organizado pela livraria berlimense especializada em literatura de língua portuguesa, "A Livraria". Na área do cinema, a Embaixada logrou assegurar apoio ao festival de cinema itinerante "CineBrasil", responsável pela apresentação em diversas cidades alemãs das mais recentes produções audiovisuais brasileiras. Por fim, a Embaixada realizou, em 2017 e em 2018, o tradicional encontro entre profissionais do cinema, presentes, respectivamente, à 67^a e 68^a edição da Berlinale.

33. Para a boa consecução da cooperação em matéria de cultura e língua, a Embaixada também estabeleceu diálogo com outras representações diplomáticas nesta capital, com foco nos países latino-americanos e nos países de língua portuguesa. Destaque-se, nesse contexto, o diálogo com a Embaixada de Portugal, com o Instituto Camões e com os demais países da CPLP. Como resultado, o Brasil participou, a convite, do estande da lusofonia na maior feira de línguas e culturas da Alemanha, a Expolingua (Berlim, em 2016 e em 2017), bem como da Feira Internacional do Livro de Leipzig (2018), com a participação de autores brasileiros convidados a integrar comitiva lusófona, no estande de Portugal. Estão em curso, no momento, os preparativos para a celebração do dia internacional da língua portuguesa, do qual participarão, como palestrantes, os Embaixadores dos países da CPLP, o Professor Luís Reto do ISCTE (Portugal) e a Dra. Georgina Maria Augusta Benrós de Mello, diretora-geral da CPLP.

34. Ainda no tocante à difusão do português e da cultura brasileira merece ser assinalado o trabalho do leitorado de português brasileiro na Universidade de Heidelberg. Por último, recordo que, em minhas visitas aos estados alemães, inclui encontros com a alta direção de instituições acadêmicas pelas quais passaram ou passam estudantes e pesquisadores brasileiros. A iniciativa se revelou útil tanto para a obtenção de informações sobre o resultado da cooperação educacional, notadamente das bolsas fornecidas pelos diversos programas brasileiros, em particular pelo Ciência sem Fronteiras (CsF), quanto para a valorização dos estudantes brasileiros. Entre outubro de 2016 até o presente momento, a Embaixada continuou a prestar assistência ao contingente residual de estudantes e pesquisadores do CsF.

IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

35. A Embaixada promoveu, a partir de 2017, levantamento detalhado das matérias sobre o Brasil nos principais veículos da imprensa local. O trabalho, consolidado em relatórios de avaliação, tem servido para orientar iniciativas junto à mídia e à sociedade alemã.

36. De todas as cerca de 500 notícias sobre o Brasil publicadas na grande imprensa alemã em 2017, aproximadamente 10% tiveram conteúdo positivo; 30%, neutro; e 60%, negativo. Os artigos com viés negativo versaram, na maioria, sobre a situação política no país e medidas de repercussão ambiental ou social. Por outro lado, as matérias de conteúdo positivo estiveram relacionadas à recuperação da economia brasileira e às consequentes oportunidades de investimento. Levantamento preliminar do conteúdo das notícias publicadas sobre o Brasil nos primeiros meses de 2018 indica leve melhoria do viés positivo, motivada por elogios feitos à luta contra a corrupção e à retomada da economia brasileira.

37. Com o intuito de aprofundar a relação da Embaixada com a imprensa alemã, procurei manter encontros com jornalistas de

publicações de destaque, convidando-os para almoços na residência ou visitando redações de órgãos relevantes da mídia, tanto em Berlim, quanto nos demais estados da Federação alemã. Ressalte-se, por fim, que a Embaixada promoveu, no segundo semestre de 2017, remodelamento completo de seu sítio eletrônico, de modo a conferir maior agilidade e atualidade à prestação de informações sobre o Brasil e sobre as atividades do posto.

SERVIÇO CONSULAR E ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

38. A comunidade brasileira na jurisdição da Embaixada em Berlim é estimada em 34 mil pessoas (14 mil apenas em Berlim). Desde outubro de 2016, verificou-se aumento de cerca de 1% nesse número. Nesse mesmo período, o setor consular da Embaixada atendeu, em média, entre 45 e 55 pessoas por dia, com clara tendência para o aumento.

39. A infraestrutura do setor passou por aprimoramentos importantes ao longo de minha gestão. Recentemente, foi renovado contrato com a empresa fornecedora do sistema de senhas, o que possibilitará a implantação de sistema de agendamento de alguns serviços. O processo de atualização de conteúdo da seção consular do sítio eletrônico do posto também está em estágio avançado. Foi também ampliado, de forma expressiva, o contato com consulentes pela página do posto na rede social Facebook, muito útil para sanar dúvidas e instruir a comunidade brasileira sobre procedimentos consulares. Em consequência, o posto tem logrado providenciar a documentação solicitada em até sete dias úteis, bem como atender, satisfatoriamente, casos emergenciais (documentação no mesmo dia).

40. De outubro de 2016 até o presente momento, a Embaixada realizou oito consulados itinerantes às cidades de Hamburgo, Bremen, Hanôver e Dresden. Ademais, desenvolveu contato frequente com os cônsules honorários na jurisdição do posto (Hamburgo, Hanôver e Bremen), com o conselho de cidadãos de Berlim e com o Grupo de Voluntários de Hamburgo. Os demais

cônsules honorários do Brasil no país também me auxiliaram nas visitas de trabalho que realizei aos estados da Federação alemã.

41.Os serviços de assistência jurídica e psicológica continuam ativos e seus respectivos contratos foram recentemente renovados por mais um ano. Foi possível, também, em março de 2018, realizar evento destinado aos brasileiros recém-chegados em Berlim, com orientações diversas sobre o papel da Embaixada, temas jurídicos e adaptação para a vida no exterior.

42.Em fevereiro de 2018, foi recebida resposta do governo alemão sobre a proposta brasileira de acordo bilateral de extradição. O texto encontra-se em exame no Ministério da Justiça. Por outro lado, aguarda-se a finalização de trâmites internos para a vigência de tratado de cooperação jurídica em matéria penal. Em novembro de 2017, foi realizado na Embaixada seminário da Associação de Juristas Brasil-Alemanha sobre o tema de cooperação jurídica, do qual participou a ministra-chefe da Advocacia-Geral da União, Dra. Grace Mendonça.

ADMINISTRAÇÃO

43.Os recursos orçamentários e financeiros executados pela Embaixada de 14/10/2016 a 30/04/2018 somaram EUR 8.172.990,89, entre gastos com aluguel do imóvel e despesas fixas de manutenção do posto. Os gastos mensais para a manutenção do posto estiveram segmentados da seguinte forma: vigilância (26%), eletricidade e calefação (25%), limpeza e conservação (18%), telefonia e internet (5%) e outros (26%). Com a possibilidade de manejá-los mais livremente a rubrica relativa à manutenção e a frequência regular no recebimento de recursos de Brasília, a Embaixada tem sido capaz de fazer frente às despesas de forma satisfatória.

44. Foram realizados, no período, doze processos licitatórios, todos orientados pelo princípio do menor preço, com vistas à compra de mercadorias ou à assinatura de contratos para a provisão de serviços essenciais ao funcionamento do posto. As licitações incluíram a zeladoria e a limpeza do edifício sede da Embaixada, o "leasing" do veículo oficial e de impressoras coloridas, além de perícia das instalações do prédio. Viabilizou-se a disputa entre as empresas licitantes por meio de lances verbais sucessivos, o que diminuiu o preço final de contratos firmados.

MARIO VILALVA, Embaixador

Mensagem nº 244

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Os méritos do Senhor Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de maio de 2018.

EM nº 00094/2018 MRE

Brasília, 4 de Maio de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Bezerra Abbott Galvão

Aviso nº 223 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS

CPF.: 606.845.427-49

ID.: 7943 MRE

1952 Filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos, nasce em 27 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 Engenharia de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
 1997 CAE - IRBr, O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Cargos:

1979 Terceiro-secretário
 1981 Segundo-secretário
 1987 Primeiro-secretário, por merecimento
 1992 Conselheiro, por merecimento
 1998 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2005 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1979-80 Divisão de Imigração, Assistente
 1980-81 Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, Chefe substituto
 1981-82 Departamento Geral de Administração, Assessor
 1982-83 Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, Chefe
 1983-87 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário
 1987-90 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
 1990-92 Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, Chefe substituto
 1992-93 Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Chefe
 1993-95 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
 1994 Conferência Especial das Nações Unidas sobre a Convenção de Armas Biológicas, Chefe de delegação
 1995-98 Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
 1998-2000 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
 2000-03 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
 2003-05 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Secretaria de Tecnologia Industrial, Secretário
 2005-06 Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Presidente
 2007-10 Subsecretaria-Geral Política II, Subsecretário-Geral
 2010-15 Embaixada em Londres, Embaixador
 2015-16 Embaixada em Pequim, Embaixador
 2016 Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), presidente

Publicações:

1982 Beyond Confidence- Building: Brazilian-Argentine Nuclear Cooperation, in Disarmament 5, n° 3, com Georges Lamaziere

CLAUDIA KIMIKO ISHITANI CHRISTÓFOLO
 Diretora, Substituta, do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ALEMANHA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Abril de 2018

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Alemanha
GENTÍLICO	alemão
CAPITAL	Berlim
ÁREA	357.375,62 km ²
POPULAÇÃO	82,65 milhões
LÍNGUA OFICIAL	alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (29%), Protestantismo (27%) e Islamismo (4,4%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Parlamento (Bundestag) e Conselho Federal (Bundesrat)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Frank-Walter Steinmeier (desde 19 de março de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Federal Angela Merkel (desde 22 de novembro de 2005)
MINISTRO DO EXTERIOR	Heiko Maas (desde 14 março de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2017)	USD 3,65 trilhões
PIB – PARIDADE DO PODER DE COMPRA (PPP) (2017)	USD 4,15 trilhões
PIB PER CAPITA (2017)	USD 44.184
PIB PPP PER CAPITA (2017)	USD 50.206
VARIAÇÃO DO PIB	1,84% (2018, est.); 2,05% (2017); 1,86% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2015)	0,926 (4 ^a posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015)	81,1 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2017)	3,8% (Fonte: Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA	euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Georg Witschel
BRASILEIROS NA ALEMANHA	Há registro de 90.997 brasileiros residentes na Alemanha

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil-Alemanha	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017
Intercâmbio	7.344	11.177	15.880	16.043	24.253	21.735	15.558	14.138
Exportações	3.140	5.032	7.211	6.175	9.039	6.552	5.179	4.911
Importações	4.204	6.144	8.669	9.869	15.214	15.183	10.380	9.227
Saldo	-1.064	-1.112	-1.458	-3.694	-6.175	-8.631	-5.201	-4.316

APRESENTAÇÃO

A República Federal da Alemanha é país localizado na Europa Central, banhado pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados. A população é de aproximadamente 82,65 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim. A língua oficial é o alemão.

O processo de construção da identidade germânica remonta à expansão romana pelo centro da Europa, a partir do século I a.C., que finalmente estabeleceria as fronteiras romanas nos rios Reno e Danúbio. Durante as Idades Média e Moderna, os territórios atualmente pertencentes à Alemanha encontravam-se fragmentados em inúmeras unidades territoriais independentes (reinos, principados, cidades-estados).

No século XIX, a resistência à invasão napoleônica catalisou nova fase do processo de formação de consciência nacional, que movimentos culturais associados ao Romantismo – com fulcro na consolidação de língua comum – se esforçariam por cultivar. Em 1871, o poder militar da Prússia (Estado que teve seu núcleo original nos territórios do antigo Eleitor de Brandemburgo), apoiado no nacionalismo alemão, logrou unificar o país, proclamando o Segundo Império Alemão (o primeiro tendo sido o Sacro-Império Romano-Germânico).

A derrota na Primeira Grande Guerra levou à derrocada do Segundo Império e à inauguração da República de Weimar, que duraria até a ascensão dos nazistas, em 1933. Em 1945, novamente derrotada, a Alemanha teve seu território ocupado e dividido. Em 1949, a integração das áreas de ocupação norte-americana, britânica e francesa fez surgir a República Federal da Alemanha (RFA). A zona de ocupação soviética, por sua vez, daria origem à República Democrática Alemã (RDA). A reunificação aconteceria somente em 1990, com a absorção da RDA pela RFA, após a queda do muro de Berlim no ano anterior.

O final da Guerra Fria alçou a Alemanha a posição de destaque na Europa e no cenário internacional. O país detém a maior economia europeia e a quarta maior mundial. O setor industrial é proeminente na economia alemã, sobretudo nas áreas automotiva, de engenharia mecânica e de metais. No que diz respeito à atuação externa, a Alemanha é forte defensora da integração europeia, do multilateralismo e da aliança transatlântica com os Estados Unidos.

PERFIS

Dr^a Angela Merkel
Chanceler da República Federal da Alemanha



Nasceu em Hamburgo, em 17 de julho de 1954. Casada com o Professor Joachim Sauer. Cursou Física na Universidade Karl-Marx (Leipzig). Doutora em Física pela Academia de Ciências de Berlim.

Ingressou na política em 1989, aos 35 anos, após a queda do muro. Em 1990, foi designada pelo Chanceler Federal Helmut Kohl Ministra para Mulheres e Juventude. Assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 1994. Em 1998, foi alçada à Secretaria-Geral da CDU (União Democrática Cristã). Em abril de 2000, chegou à presidência de seu partido. Em novembro de 2005, Merkel tornou-se a primeira mulher a assumir a Chefia do Governo alemão, à frente de “grande coalizão” entre CDU/CSU e SPD (social-democratas). Em 2009, foi reconduzida ao cargo pela aliança CDU/CSU-FDP (liberais). Foi reconfirmada no cargo após vitória nas eleições de setembro de 2013. Em 14 de março deste ano, foi reconduzida a um quarto mandato à frente do governo alemão após lograr acordo para formar nova “grande coalizão” entre CDU/CSU e SPD.

Dr. Frank-Walter Steinmeier
Presidente da República Federal da Alemanha



Nasceu em 5 de janeiro de 1956, na cidade de Detmold (Renânia do Norte-Westfália). É casado, desde 1995, com a juíza Elke Büdenbender, com quem tem uma filha. Estudou Direito e Ciências Políticas na Universidade Justus Liebig, em Giessen (Hessen). Em 1991, concluiu doutorado em Direito na mesma Universidade.

Ingressou no Partido Social-Democrata (SPD) em 1975. Em 1998, com a vitória de Gerhard Schröder nas eleições federais, tornou-se Secretário de Estado na Chancelaria Federal. De 1999 a 2005, foi Chefe da Chancelaria Federal (cargo de nível ministerial). Foi Ministro do Exterior entre 2005 a 2009 e de 2013 a 2017. É presidente da Alemanha desde 19 de março de 2017.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Alemanha estabeleceram relações diplomáticas em 1871, logo após a unificação alemã e a criação do Império Alemão, em 18/1 daquele ano. Rompidas no contexto da II Guerra Mundial, as relações seriam retomadas em 1951.

O relacionamento bilateral – alçado ao nível de Parceria Estratégica, em 2002 – é, tradicionalmente, sólido e denso, marcado por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais. O tom geral do relacionamento é positivo, inexistindo diferenças significativas entre os dois países. As relações Brasil-Alemanha são alicerçadas na observância de princípios e valores comuns, como a igualdade entre os Estados, a promoção dos direitos humanos, o compromisso com o multilateralismo e o respeito às diversidades étnica e cultural dos povos. A diáspora alemã no Brasil, os interesses econômicos e comerciais e a clara percepção da importância de cada país na sua região reforçam a disposição para contínua aproximação.

Em 2012, o governo alemão propôs o estabelecimento de mecanismo de Consultas Intergovernamentais de Alto Nível, iniciativa que a Alemanha mantém com poucos países. A primeira edição deste mecanismo teve lugar em Brasília, nos dias 19 e 20 de agosto de 2015. Na ocasião, a chanceler Angela Merkel fez-se acompanhar de sete ministros e cinco vice-ministros. Dezenove ministros brasileiros receberam os ministros e vice-ministros alemães em reuniões setoriais. Os resultados da primeira edição das Consultas estão expressas no Comunicado Conjunto dos chefes de Governo, na Declaração Conjunta sobre Mudança do Clima e nos dezoito acordos e declarações adotados na ocasião.

Como membros do G-4, Brasil e Alemanha atuam conjuntamente com vistas a promover a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na área de direitos humanos, os esforços conjuntos de Brasil e Alemanha culminaram na aprovação de resolução, pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que reconhece a importância do respeito ao direito à privacidade.

A Alemanha é uma das principais fontes da cooperação técnica recebida pelo Brasil. Os temas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável têm grande relevo na relação bilateral. As áreas de florestas tropicais e de energias renováveis são os eixos principais da cooperação alemã com o Brasil, incluindo eficiência energética em indústrias, edifícios e sistemas de transporte urbano. Além disso, Brasil e Alemanha possuem projetos de cooperação trilateral para países da América Latina e da África.

Em 2015, foi lançado o Comitê Conjunto Brasil-Alemanha sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima. O ministério do Meio Ambiente alemão mantém, ainda, a “Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima” (IKI), responsável por vários projetos de redução de emissões no Brasil.

No âmbito cultural, vêm-se debatendo possíveis campos para o desenvolvimento de projetos e o intercâmbio de experiências, com destaque para traduções de obras literárias e proteção de bens culturais. O idioma alemão é um dos maiores contemplados pelo programa de apoio a traduções da Biblioteca Nacional, com mais de 100 títulos brasileiros.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira encontra-se distribuída por todo o território alemão e é constituída, principalmente, por nacionais brasileiros casados com nacionais alemães, funcionários de empresas alemãs com filiais no Brasil e estudantes que cursam universidades locais. Segundo dados do sistema consular brasileiro, há registro de 90.997 brasileiros residentes na Alemanha. Além do setor consular da Embaixada em Berlim, os cidadãos brasileiros contam com Consulados-Gerais em Frankfurt e Munique. Há consulados honorários em Bremen, Hamburgo, Hannover, Aachen, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de operações ostensivas aprovadas no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantias às Exportações (COFIG) a tomadores soberanos alemães. O corte temporal retrospectivo analisado foi de 15 anos.

POLÍTICA INTERNA

A Alemanha é uma república parlamentarista federativa, na qual o Parlamento elege o Chefe de Governo (Chanceler Federal ou Bundeskanzler). O Poder Legislativo federal compõe-se de duas casas: a Câmara Baixa (Bundestag) e a Câmara Alta (Bundesrat). Os 69 membros do Bundesrat são indicados pelos governos estaduais. Já os deputados do Bundestag são eleitos em pleitos diretos, que têm lugar de quatro em quatro anos. A Chanceler federal e ministros normalmente também são deputados e frequentam as plenárias do Parlamento. Desde a fundação da República Federal da Alemanha, em 1949, o governo federal é composto por coalizões, em razão da dificuldade de um único partido obter maioria absoluta no Parlamento. O costume tem sido a agremiação política de maior bancada buscar parceiro(s) para formar maioria, eleger o Chanceler Federal e compor o Gabinete de Governo. Chanceler e Gabinete só podem ser destituídos pelo Parlamento se já houver alternativa de governo ("moção construtiva de desconfiança").

Já o Chefe de Estado é o Presidente. Suas atribuições são executivas e simbólicas: indica o Chanceler, assina acordos internacionais; nomeia e destitui ministros, a pedido do Chanceler Federal, respeitando a maioria parlamentar; nomeia e exonera juízes federais, servidores públicos federais, oficiais e suboficiais das Forças Armadas (Bundeswehr); decide sobre concessão de indulto a presidiários; sanciona novas leis federais; recebe e credencia embaixadores. É escolhido pela Assembleia Nacional (Bundesversammlung), formada pelos deputados federais e delegados escolhidos pelas assembleias legislativas dos 16 estados e tem mandato de cinco anos, com uma reeleição possível.

O Poder Judiciário é independente do Executivo, conforme disposição constitucional. A instância máxima é o Tribunal Constitucional Federal (Bundesverfassungsgericht).

O Bundestag foi renovado em eleições realizadas em 24 de setembro de 2017. A União Democrática Cristã/União Social Cristã (CDU/CSU), da chanceler Angela Merkel, obteve 33% dos votos, e o Partido Social-Democrata (SPD) alcançou 20,5%. A Alternativa para a Alemanha (AfD) ficou em terceiro lugar, com 12,6% dos votos, seguida pelos liberais (FDP), com 10,7%, pelo A Esquerda (Die Linke), com 9,2%, e pelos Verdes (Grüne), com 8,9%.

Cinco meses após as eleições, após a falta de êxito do CDU de lograr formar governo com o FDP e os Verdes, foi acordada a continuidade da coalizão entre CDU/CSU e o SPD. Dos 709 assentos do Bundestag, os primeiros detêm 246 enquanto os social-democratas contam com 153. O terceiro partido mais votado, o Alternativa para a Alemanha (AfD), de extrema direita, constitui a principal força de oposição, com 92 parlamentares.

Angela Merkel foi confirmada, no último dia 14 de março, para assumir, pela quarta vez, o cargo de chanceler. A líder alemã selecionou um time jovem e com paridade de gênero para ocupar as pastas ministeriais destinadas ao CDU, como saúde, economia e defesa. O SPD também seguiu o princípio da paridade de gênero nas nomeações e controla as pastas de finanças, relações exteriores, entre outras. Já o CSU indicou, entre outros, o ministro do Interior. Em relação ao programa do quarto mandato, o acordo para a formação do novo governo, divulgado em 7/2, indica que a Alemanha deverá fortalecer a atuação independente da União Europeia (UE) no cenário internacional e incentivar investimentos na zona do euro. O documento enfatiza elementos tradicionais da política externa alemã, como o multilateralismo, e faz menção às negociações comerciais da UE com Mercosul. Em relação aos imigrantes, uma das questões mais contenciosas, os partidos da coalizão acordaram quotas mensais para casos de reunião familiar.

POLÍTICA EXTERNA

A Alemanha é membro fundador da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e de seu sucessor, a União Europeia. O país faz parte do espaço Schengen desde 1995 e adotou o euro em 1999. É membro, ainda, das Nações Unidas (ONU), da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do G8 e do G20.

Desde o final da II Guerra Mundial, a política externa alemã segue firmemente assentada na construção de uma Europa unida, próspera e estável; no fortalecimento da aliança estratégica com a França; na manutenção de laços especiais com os EUA; e na adesão às estruturas de segurança euro-atlânticas. A reunificação do país, em 1990, e seu desempenho econômico recente permitiram maior relevo à política externa nos últimos anos.

Desde a crise financeira de 2008 e suas consequências na zona do euro, a Alemanha foi levada a assumir posição de liderança no cenário europeu, o que contrasta com a sua tradicional política externa discreta, focada mais na diplomacia econômico-comercial do que no enfrentamento de crises e nas questões geopolíticas. A decisão do

Reino Unido, em 2016, de deixar a UE trouxe a Berlim novos desafios. A atuação alemã no âmbito regional tem se pautado, desde então, pelos objetivos de assegurar a coesão do projeto de integração. O acordo para a formação da atual composição governamental propugnou que a UE adote política exterior, de segurança, de defesa e de desenvolvimento comum e forte. O documento também sustenta que o governo alemão buscará que a Europa atue de forma independente no cenário internacional e, simultaneamente, intensifique os laços com os Estados Unidos.

No que diz respeito a este último, a despeito de divergências entre Merkel e o presidente norte-americano Donald Trump em torno do papel da OTAN, de negociações comerciais e aplicação de tarifas, entre outros temas, os Estados Unidos permanecem fundamentais para a política externa alemã. A aliança transatlântica consubstanciada pela OTAN permanece central para a política de defesa alemã. Além disso, o mercado norte-americano é o principal destino das exportações alemãs, absorvendo, em 2017, US\$ 126 bilhões (8,7% do total). Os fluxos de investimentos entre os dois países também são significativos.

As relações da Alemanha com os países da Europa Oriental são importantes economicamente. É o mercado natural para a expansão do comércio e dos investimentos do país. O acordo da coalizão governamental defende a concessão de prioridade ao entorno imediato alemão, ressalta o interesse do país na incorporação dos estados dos Balcãs Ocidentais à UE e enfatiza o compromisso com o apoio à introdução de reformas naquela região nas áreas de boa governança e do combate ao crime organizado e à corrupção.

A anexação da Crimeia e as ações militares no Leste da Ucrânia tiveram impacto sobre as relações entre a Alemanha e a Rússia. A diplomacia alemã tem reiterado que o diálogo com a Rússia é fundamental para o encaminhamento de temas estratégicos, como a segurança europeia e internacional. A Alemanha é, ademais, o maior comprador do gás natural da Rússia e os investimentos diretos alemães na economia russa são substanciais.

A crise dos refugiados aumentou a importância do Oriente Médio e do Norte da África para a política externa alemã. Os conflitos na Síria, na Palestina, na Líbia e no Iêmen podem provocar novos fluxos de refugiados para a Europa. Essa percepção reforça o empenho alemão em assegurar maior estabilidade política, melhoria das condições de vida e solução para as crises naquelas regiões.

Atuando com base na prioridade conferida às relações transatlânticas e na importância atribuída ao marco das Nações Unidas, as forças armadas alemãs participam de operações de paz da ONU no Líbano, no Sudão, no Sudão do Sul, no Mali e no Afeganistão; de operações da UE no Mar Mediterrâneo e na costa da Somália; de operações da OTAN no Kosovo e no Afeganistão (esta última, desde 2015, apenas de treinamento militar). A Alemanha participa, ainda, com apoio operacional e missões de reconhecimento aéreo, da coalizão liderada por EUA e França contra o chamado “Estado Islâmico” na Síria e no Iraque.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Dados divulgados pelo Escritório Federal Alemão de Estatísticas (Destatis) apontaram para continuidade do crescimento da economia alemã no quarto trimestre de 2017. Os resultados positivos do último trimestre do ano acompanharam a tendência de bom desempenho observado durante todo o ano de 2017, com crescimento de 0,9% no primeiro trimestre, 0,6% no segundo, 0,9% no terceiro e 0,6% no quarto. No acumulado do ano, a taxa de crescimento do PIB foi de 2,5% (preços reais), alcançando 3.263,4 bilhões de euros (preços correntes), dos quais 829,8 bilhões apenas no quarto trimestre.

Os bons resultados podem ser atribuídos sobretudo à demanda interna. O consumo privado cresceu 2,0% em 2017 em relação ao ano anterior. A preços correntes, o resultado é de aumento de 3,6%, correspondendo ao maior crescimento do indicador desde 1994. No total, os gastos com consumo privado corresponderam, em 2017, a 1.735 bilhões de euros, 52% dos quais no setor de prestação de serviços.

Destaca-se também o desempenho da formação bruta de capital fixo, que aumentou 3,0% no ano. De acordo com o Banco Central Alemão ('Deutsche Bundesbank'), isso se deve à busca das empresas pela expansão de sua capacidade produtiva, a fim de atender a crescente demanda, sobretudo de origem externa. O aumento dos investimentos, no entanto, ainda tem sido interpretado por alguns meios empresariais como insuficiente para manter o ritmo de crescimento do país nos próximos anos.

No que tange às contas públicas, o superávit fiscal do país em 2017 foi de 36,6 bilhões de euros, o maior valor registrado desde a reunificação alemã, com crescimento de 29,8%. Em todas as esferas governamentais as receitas superaram as despesas, com destaque para os estados federados, que contaram com superávit de 16,2 bilhões de euros no ano. Apesar do superávit de 1,1 bilhão de euros, os resultados da União foram menores do que no ano anterior, quando alcançaram 7,4 bilhões. De acordo com o Destatis, isso se deve à decisão do Tribunal Constitucional Federal sobre a ilegalidade do imposto aplicado sobre combustíveis nucleares, que culminou em pagamentos às empresas de energia no valor de 7,3 bilhões de euros.

Do ponto de vista das receitas do estado, merecem destaque os aumentos na arrecadação do imposto sobre a renda (+6,4%) e das contribuições sociais (+4,6%), atribuídos ao bom momento observado no mercado de trabalho. Por outro lado, as receitas do governo provenientes de juros e dividendos caíram 6,3% em relação a 2016, o que pode ser resultado da redução do lucro do 'Bundesbank'.

No tocante à inflação, a média anual dos preços ao consumidor cresceu, em 2017, 1,8% em relação ao ano anterior. A maior variação de preços se deu nos primeiros meses do ano, com 2,2% em fevereiro. Já no segundo semestre, os preços mostraram-se mais estáveis, oscilando entre 1,6% e 1,8%. Representativo para a taxa de inflação foi o aumento nos preços dos bens de consumo, sobretudo devido ao aumento no preço da energia, e no setor de alimentos.

Em relação ao mercado de trabalho, observou-se no último trimestre do ano uma continuidade da queda da taxa de desemprego, estabilizada em 5,3% nos últimos dois meses de 2017. No quarto trimestre de 2017, 201 mil pessoas ingressaram no mercado

de trabalho, o que representou 0,5% a mais em relação ao trimestre anterior. O setor de prestação de serviços públicos, de educação e da saúde impulsionou tal desempenho, com um aumento de 1,4% de pessoas ocupadas em relação ao trimestre anterior. Ao longo do ano, porém, os setores que mais contribuíram ao mercado de trabalho foram de informação e comunicação (3%) e de prestação de serviços a empresas (2,5%). No total, o resultado do ano seria um aumento de 1,5% da taxa de ocupação em relação a 2016, o que, de acordo com o ‘Bundesbank’, representaria um acréscimo de 642 mil pessoas ocupadas no ano.

Em relação aos investimentos diretos estrangeiros, o país manteve perfil deficitário e enviou ao exterior, no quarto trimestre, mais recursos do que recebeu (27,4 bilhões e 12 bilhões de euros, respectivamente). Essa relação também se refletiu no resultado do ano, com 111,8 bilhões de euros sendo enviados para o exterior, enquanto a Alemanha recebeu 69,6 bilhões de euros em investimentos estrangeiros.

Já os dados de comércio exterior demonstram que, pelo segundo ano consecutivo, a China foi o principal parceiro comercial da Alemanha, com fluxo de aproximadamente US\$ 212 bilhões em 2017. Por sua vez, os EUA e a França constituíram o segundo e o terceiro principal parceiro, contabilizando corrente de US\$ 195 bilhões e US\$191 bilhões, respectivamente. Os EUA, em particular, mantêm-se como o principal destino das exportações alemãs, que alcançaram em 2017 o valor de US\$ 126 bilhões, e o maior superávit comercial, de US\$ 57 bilhões. Em relação às importações, em 2017 a Alemanha registrou valores recordes de mercadorias importadas (US\$ 1,168 trilhões). Cerca de 70% seriam provenientes de países da União Europeia.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Alemanha manteve-se na posição de quarto maior parceiro comercial do Brasil no mundo e primeiro na Europa. Segundo os últimos dados estatísticos alemães, o Brasil continua como o primeiro parceiro da Alemanha na América do Sul. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), no ano passado, as exportações brasileiras, no valor de US\$ 4,9 bilhões, elevaram-se em 1,03% e as importações expandiram-se em 1,06%, atingindo US\$ 9,2 bilhões. O déficit brasileiro acumulado foi de US\$ 4,3 bilhões, o menor desde 2009, à exceção de 2016. O intercâmbio bilateral em 2017, no valor de US\$ 14,1 bilhões, cresceu 1,05% com relação ao mesmo período do ano anterior, apontando para o primeiro resultado positivo desde 2012.

Diferentemente de anos anteriores, as vendas brasileiras de bens manufaturados e semimanufaturados para a Alemanha cresceram 15,37%, chegando a US\$ 2,3 bilhões. Nessas circunstâncias, ultrapassaram as de produtos de base, que tiveram retração de 9,38%, ficando em US\$ 2,2 bilhões. As principais exportações para o mercado alemão consistiram em café em grãos, minérios e farelo de soja, enquanto as compras de produtos alemães mantiveram-se fortemente concentradas em bens industrializados, com destaque para medicamentos (12%) e partes e peças para automóveis e tratores (6,2%).

A Alemanha tem apoiado o prosseguimento das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a UE. As negociações foram plenamente retomadas em

maio de 2016, quando foram intercambiadas as ofertas iniciais de acesso a mercados em bens, serviços, investimentos e compras governamentais.

O país é historicamente um dos maiores investidores na economia brasileira. Aproximadamente 1.600 empresas alemãs (ou de capital alemão) estão instaladas no Brasil. Conforme estatísticas do Banco Central, o estoque de investimentos da Alemanha no país ultrapassava US\$ 18 bilhões em 2014, sem contabilizar o reinvestimento em reais e os investimentos alemães feitos por meio de terceiros países. Em 2017, foram anunciados novos investimentos alemães no Brasil, bem como projetos de ampliação dos já existentes. Destacam-se as concessões à FRAPORT dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza, a abertura de filial do Commerzbank (segundo maior banco alemão) em São Paulo, o contrato da Nordex Acciona para fornecimento de turbinas e torres para geração de energia eólica no Piauí e a compra pela DHL Supply Chain (do grupo alemão Deutsche Post DHL) do controle da empresa brasileira de transporte rodoviário Polar Transportes. Registrem-se também os anúncios sobre ampliação de instalações industriais da Volkswagen e da Daimler-Benz, bem como as aquisições e parcerias empresariais no Brasil no segmento de organização de feiras comerciais.

O estoque dos investimentos brasileiros na Alemanha, segundo o Banco Central, somou USD 208 milhões em 2014, sendo o Brasil o maior investidor latino-americano e o 32º do mundo. Aproximadamente 50 empresas brasileiras estão presentes na Alemanha, entre as quais a CSN, a Braskem, a WEG, a Tupy, a Tramontina, a Magnesita e a BRF.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1871 - Guilherme I proclamado Imperador alemão em Versalhes (18/1)
1914-1918 - O Imperador Guilherme II isolou a Alemanha na política externa, levando o país à I Guerra Mundial
1918 - O Imperador Guilherme II abdicou e o social-democrata Philipp Scheidemann proclamou a República
1919 - Assinatura do Tratado de Paz de Versalhes
1919 - Eleições para a Assembleia Nacional. Estabelecimento da República de Weimar
1932 - O NSDAP (partido nacional-socialista) vence as eleições
1933 - Adolf Hitler torna-se Chanceler do Reich
1939 - Início da II Guerra Mundial, em 1/9, com a invasão da Polônia pela Alemanha
1945 - Fim da Segunda Guerra Mundial, em 8/5/45. A Alemanha é dividida em 4 zonas de ocupação e Berlim em 4 setores
1948 - Ante a introdução do marco alemão nas zonas de ocupação ocidentais, a URSS interditou as conexões por terra para Berlim Ocidental (24/6/48). Os aliados estabeleceram ponte aérea para abastecer Berlim Ocidental
1949 - Promulgação da Lei Fundamental da República Federal da Alemanha (23/5)

1949 - Elege-se o primeiro parlamento e Konrad Adenauer (CDU) torna-se Chanceler Federal (14/8)
1949 - Oficializada a divisão entre Leste e Oeste e entrada em vigor da constituição da RDA (7/10)
1957 - A República Federal da Alemanha assinou, em Roma, o Tratado de Fundação da Comunidade Econômica Europeia
1959 - O SPD adota o "Programa de Godesberg" e compromete-se com a economia social de mercado praticada pela CDU/CSU desde 1949
1961 - Construção do Muro de Berlim em 13 de agosto
1963 - Tratado da amizade entre a França (De Gaulle) e a Alemanha (Adenauer)
1972 - Willy Brandt (SPD) ajoelha-se no memorial da revolta dos judeus do gueto de Varsóvia, em gesto de reconciliação da Alemanha
1989 - Queda do Muro de Berlim (9 de novembro)
1990 - Extinção da RDA; reunificação (3.10); primeira eleição para o Parlamento da Alemanha unificada (2.12); Helmut Kohl (CDU): primeiro Chanceler Federal
1991 - Transferência da capital de Bonn para Berlim
1993 - Soldados alemães participam de voos de reconhecimento na Bósnia. Primeira participação em operações militares desde a Segunda Guerra
1998 - Aprovação da adoção do Euro pelo Parlamento
1998 - Eleições gerais. Coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder.
1999 - Envio de tropas alemãs ao Kosovo, sob a OTAN
2001 - Alemanha envia tropas ao Afeganistão
2002 - Reeleição da coalizão SPD e Verdes sob a liderança de Gerhard Schröder
2004/2007 - Ampliação da UE, com a inclusão de oito países do Centro-Leste europeu
2005 - Grande Coalizão CDU/CSU e SPD, sob a chefia da Chanceler Angela Merkel
2009 - Retração econômica entre -4% e -5%; pior resultado desde 1945
2009 - Nova coalizão CDU/CSU e FDP, com renovação do mandato de Angela Merkel
2011 - Início do processo de abandono da energia nuclear
2013 - Nova coalizão CDU/CSU e SPD, com renovação do mandato de Angela Merkel
2015 - A Alemanha, juntamente com a França, torna-se fiadora do Acordo de Minsk II, entre Rússia e Ucrânia
2015 - Eclode a "crise dos refugiados", com grande número de migrantes, sobretudo do conflito Sírio, buscando residência na Alemanha e em países da União Europeia
2017 - Realização de eleições legislativas, em 24 de setembro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1824 - Após a promulgação da Constituição, que oficializava a soberania do Estado e permitia a imigração de pessoas não católicas, inicia-se a colonização alemã no Brasil, com a chegada dos primeiros imigrantes na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
1825 - Reconhecimento, pela Prússia e as cidades hanseáticas, da independência do Brasil, após acordo celebrado entre Brasil e Portugal
1826 - Abertura do Consulado do Brasil em Hamburgo
1827 - Assinatura de Tratados de Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Reino da Prússia e entre o Império do Brasil e as cidades hanseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo
1859 - Após a divulgação de notícias sobre más condições de vida e de trabalho dos imigrantes alemães, a Prússia proíbe o recrutamento de imigrantes, com o "Rescrito de Heydt"
1871 - Incorporação do "Rescrito de Heydt" pelo Império Alemão
1896 - Revogação do "Rescrito de Heydt"
1900 - O Barão do Rio Branco é nomeado Ministro Plenipotenciário em Berlim
1910 - Envio de Missão Militar alemã ao Brasil com o objetivo de cooperar na reorganização e modernização do exército brasileiro
1917 - Navio brasileiro é torpedeado, na costa francesa, por navio alemão (3 de abril). O Brasil suspende as relações diplomáticas com a Alemanha (11 de abril) e declara guerra ao Império Alemão (27 de outubro)
1942 - Anúncio do Rompimento das Relações Diplomáticas do Brasil com os países do Eixo (28 de janeiro). Reconhecimento do Estado de beligerância com Alemanha e Itália (22 de agosto)
1951 - Abertura de Embaixada da RFA no Rio de Janeiro (julho). Abertura de Embaixada do Brasil em Bonn (novembro)
1954 - A Siderúrgica Mannesmann é a primeira grande companhia alemã a instalar-se no Brasil
1956 - Visita do Presidente eleito Juscelino Kubitschek a Bonn
1959 - Inauguração da montadora da Volkswagen em São Bernardo do Campo
1961 - O Brasil abole a proibição do ensino de alemão nas escolas públicas
1964 - O Presidente alemão Heinrich Lübke visita o Brasil e assegura investimentos alemães no país. Assinatura de Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (em vigor)
1968 - Willy Brandt, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil e propõe "parceria ampliada"
1969 - Assinatura de Acordo Cultural (em vigor)
1970 - Sequestro do Embaixador da Alemanha no Brasil

1973 - Assinatura de Acordo sobre Pesquisa Espacial (em vigor)
1974 - Assinatura de Acordo constitutivo da Comissão Mista de Cooperação Econômica (em vigor) e Acordo sobre Cooperação Agrícola (em vigor)
1975 - Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (em vigor) ; Assinatura de Acordo para Evitar a Dupla Tributação (denunciado pela Alemanha em 2005)
1978 - O Presidente Ernesto Geisel visita a RFA
1979 - O Chanceler Helmut Schmidt visita o Brasil
1981 - O Presidente João Figueiredo visita a Alemanha
1983 - Assinatura de Acordo sobre Transporte Marítimo (em vigor)
1990 - Fernando Collor de Mello, presidente eleito, visita a RFA
1991 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil
1993 - Klaus Kinkel, Ministro das Relações Exteriores da RFA, visita o Brasil
1995 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a RFA. O Presidente Federal Roman Herzog retribui a visita.
1996 - O Chanceler Federal Helmut Kohl visita o Brasil. Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica (em vigor) e Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico (em vigor)
1999 - O Presidente Fernando Henrique Cardoso encontra-se com o Chanceler Federal Gerhard Schröder, em abril, em Bonn
2002 - O Chanceler Federal Schröder visita o Brasil
2002 e 2003 - Assinatura de Acordos sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (em vigor)
2003 - O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visita a Alemanha, quatro semanas após ser empossado
2005 - Assinatura de Acordo sobre o Estatuto das Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados e Acordo sobre Co-Produção Cinematográfica
2006 - Visita oficial do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier
2007 - Visita oficial do Presidente Federal Horst Köhler
2008 - Visita oficial da Chanceler Angela Merkel
2008 - Assinatura do Acordo sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública. Assinatura do Acordo sobre Cooperação no Setor de Energia com Foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética
2009 - Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro
2010 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em março
2011 - Visita do Presidente Federal Christian Wulff ao Brasil, em maio
2012 - Visita do Ministro do Exterior Guido Westerwelle ao Brasil, em fevereiro
2012 - Visita da Presidente Dilma Rousseff à Alemanha, em março

2013 - Em encontro durante a Cúpula CELAC-UE, a Presidente Dilma Rousseff e a Chanceler Angela Merkel decidem estabelecer mecanismo de consultas intergovernamentais de alto nível
2013 - O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participa da 49ª Conferência de Segurança de Munique
2013 - Visita do Presidente Federal Joachim Gauck. Ano da Alemanha no Brasil
2014 - Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Berlim
2015 - Visita do Ministro do Exterior, Frank-Walter Steinmeier, ao Brasil (fevereiro). Visita da Chanceler Angela Merkel e primeira edição das Consultas Intergovernamentais de Alto Nível (agosto)
2016 - O Ministro Mauro Vieira participa da 52ª Conferência de Segurança de Munique
2016 - 43a. Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, realizada em Weimar
2017 - 44a Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica realizada em Porto Alegre

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	08/11/2010	07/06/2013	19/08/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil o Governo da República da Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública.	06/11/2008	29/01/2010	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do	14/02/2008	01/03/2010	22/02/2010

Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular			
Acordo sobre o Estatuto de Instituições Culturais e seus Técnicos Enviados	01/06/2005	12/02/2009	02/03/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Co-produção Cinematográfica	17/02/2005	20/11/2007	20/02/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira (2000/2001)	27/11/2003	29/09/2008	04/12/2008
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais	10/06/2003	24/05/2004	29/07/2004
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos - Reforço"	10/03/1999	19/05/2000	20/06/2000

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991.	26/05/1997	04/08/1999	06/10/1999
Protocolo de Intenções sobre a Realização de um Projeto Conjunto na Área de Recolhimento, do Tratamento e da Disposição Final de Resíduos Urbanos.	17/09/1996	17/09/1996	25/09/1996
Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área de Transporte.	17/09/1996		25/09/1996
Acordo Básico de Cooperação Técnica.	17/09/1996	09/03/1998	07/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	20/03/1996	18/02/1997	09/04/1997
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Estudos Técnico, Econômico e de Impácto Ambiental para a Melhoria do Transporte de Carga e Passageiros, no Corredor Rio de Janeiro/São Paulo-Campinas, inclusive em seus Acessos aos Portos da Região".	06/04/1995	28/10/1995	18/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projetos Demonstrativos".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995

Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal/Demarcação de Terras Indígenas".	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Acordo sobre Cooperação Financeira para o Empreendimento "Proteção da Mata Atlântica/Paraná.	06/04/1995	28/10/1995	13/10/1995
Protocolo Adicional ao Acordo de Transporte Marítimo.	17/11/1992	19/05/1995	29/08/1995
Acordo, por Troca de Notas, para a Consecução dos Compromissos ao Abrigo do Expirado Acordo de Comércio e Pagamento com a RDA.	22/10/1992	22/10/1992	19/11/1992
Acordo sobre Cooperação Financeira no Montante de 304.858.202,00 Marcos Alemães	24/10/1991		29/06/1992
Memorando de Entendimento entre o MME e o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha.	29/08/1989	29/09/1989	22/11/1989
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Procedimento para a Certificação de Produtos Aeronáuticos entre o Governo da República	26/09/1987	26/09/1987	09/10/1987

Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha			
Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Saneamento Básico no Ceará".	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira, para o Projeto "Abastecimento de Energia Elétrica na Região São Francisco/Bahia Ocidental.	11/06/1987		19/06/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Saneamento Básico no Espírito Santo".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira para o Projeto "Banco do Desenvolvimento BNDES IX/PROMICO".	11/06/1987		19/05/1987
Protocolo sobre Cooperação Financeira	19/10/1984		31/10/1984
Convênio Especial entre o CNPq e a Deutsche Forschungsgemeinschaft (DPG), Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico de 09/06/69.	15/12/1983	25/10/1984	13/12/1984
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 25 Milhões para Abastecimento de Energia	09/12/1983	09/12/1983	15/12/1983

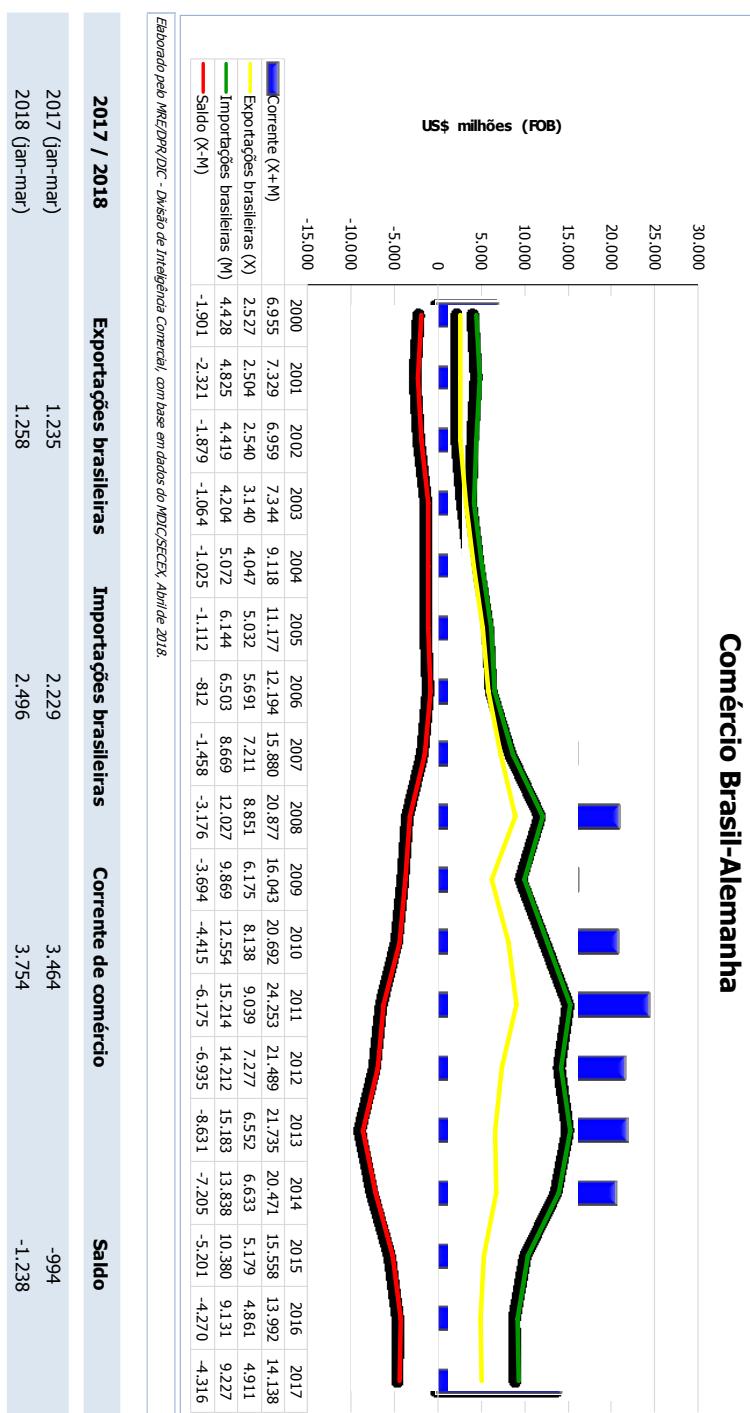
na Área Rural do Estado de Alagoas e Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim).			
Protocolo sobre Cooperação Financeira (DM 20 Milhões para o Projeto PROVÁRZEAS/ES).	09/12/1983		15/12/1983
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/07/1982	02/07/1982	15/07/1982
Protocolo sobre Cooperação Financeira, (empréstimo de DM 56,74 milhões).	12/06/1981		17/07/1981
Acordo para Substituição do Quadro de Rotas do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, de 29 de agosto de 1957	19/12/1979	19/12/1979	11/03/1980
Acordo sobre Cooperação Financeira	01/11/1979		20/11/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 24 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo sobre Cooperação Financeira (no montante de 26 milhões de marcos alemães)	04/04/1979		24/04/1979
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transporte Marítimo, de 4/04/79	04/04/1979		24/04/1979
Acordo sobre Transporte Marítimo	04/04/1979	22/10/1983	09/11/1983
Convênio Especial entre a	08/03/1978	15/06/1978	29/09/1978

Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich			
Convênio Especial entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe Ltda. sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	08/03/1978	31/05/1978	03/10/1978
Protocolo sobre Cooperação Financeira	18/11/1975		02/12/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira no Montante de 105 Milhões de Marcos Alemães	18/11/1975		02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	27/06/1975	18/11/1975	02/12/1975
Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola	21/01/1975		28/02/1975
Protocolo sobre Cooperação Financeira	07/03/1974		13/03/1974
Acordo sobre Pesquisa Espacial e Memorando de Entendimento entre o CNPq, o Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha e a NASA	19/10/1973		27/11/1973
Acordo para a Aprovação de um Adendo ao Convênio Especial entre a CNEN e o	04/10/1973	04/10/1973	27/11/1973

Centro de Pesquisa Nuclear, em Jülich, sobre Cooperação Científico-Tecnológica. Complemento do Acordo Geral de 9/06/69			
Protocolo sobre Cooperação Financeira	31/07/1972		07/08/1972
Convênio sobre a Entrada de Navios Nucleares em Águas Brasileiras e sua Permanência em Portos Brasileiros	07/06/1972	04/09/1974	25/12/1974
Acordo de Radioamadorismo	11/04/1972		26/04/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial Celebrado entre o Centro Técnico Aeroespacial do Brasil e o Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial, para a Execução de Projeto Científicos	18/11/1971		15/03/1972
Acordo de Aprovação de Convênio Especial entre o CNPq e o Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich	18/11/1971	18/11/1971	15/03/1972
Acordo para a Aprovação de um Convênio Especial entre a CNEN e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich	23/04/1971		01/06/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	23/04/1971		27/05/1971
Protocolo sobre Cooperação Financeira	02/10/1970		30/10/1970

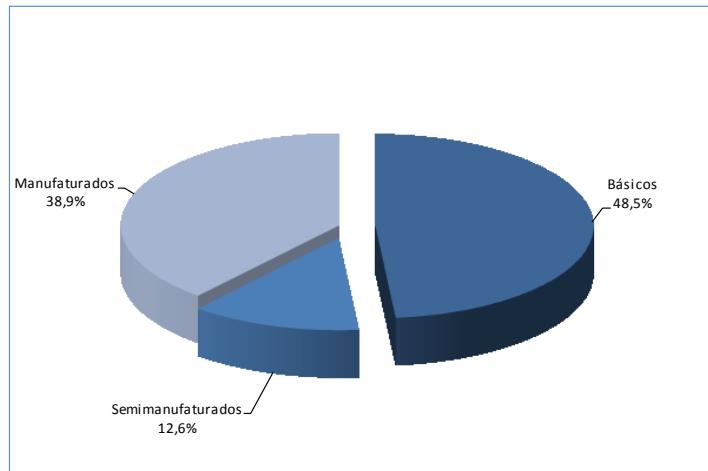
Acordo Para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional	28/11/1969		27/05/1971
Convênio Relativo à Troca de Informações, Complementar ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisas e do Desenvolvimento Tecnológico	09/06/1969	12/08/1969	17/09/1969
Acordo Cultural	09/06/1969	17/12/1970	27/01/1971
Protocolo de Cooperação Financeira e Ajuste Relativo ao Artigo 3 do Protocolo de Cooperação Financeira de 09/04/69	30/05/1969		01/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	09/04/1969		18/07/1969
Protocolo sobre Cooperação Financeira	30/11/1963		07/01/1964
Acordo Sobre Transportes Aéreos Regulares	29/08/1957	15/08/1964	26/08/1964
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos de Tráfego Aéreo a serem Regulados em Futuros Acordos	19/08/1957		17/10/1957
Acordo sobre visto em passaportes	08/07/1957	01/08/1957	14/08/1957
Acordo sobre Convenções, sobre Propriedade Industrial de 4 de setembro de 1953 - Retificação ao Acordo	20/12/1954	20/12/1954	03/02/1955

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

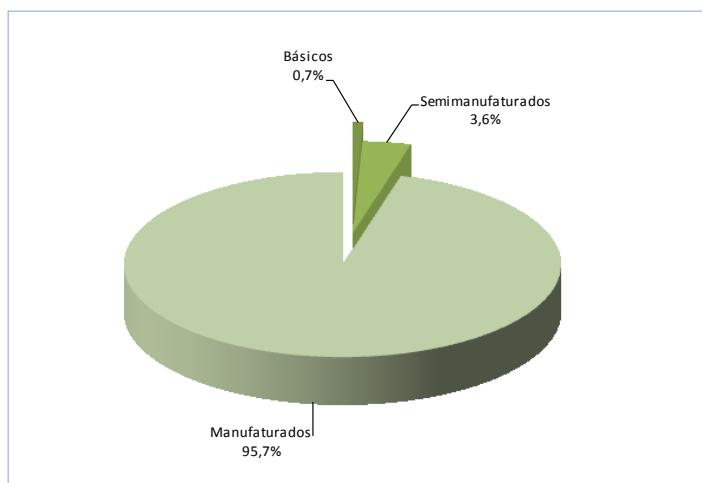


**Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017**

Exportações



Importações



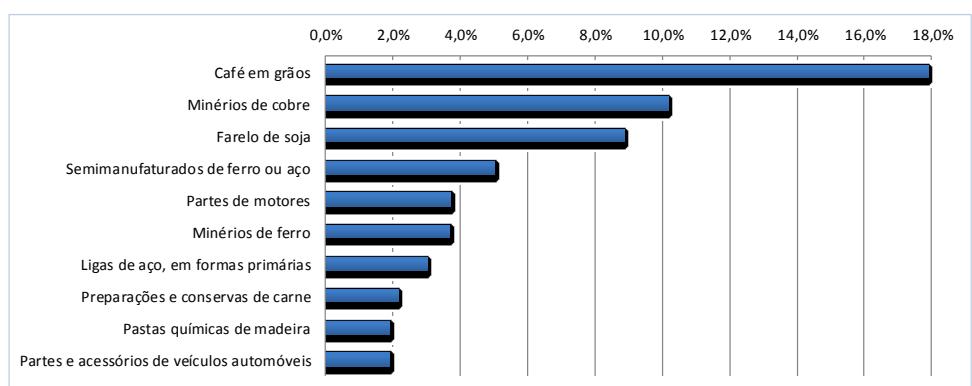
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Abril de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Alemanha (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Café em grãos	1.056	20,4%	954	19,6%	879	17,9%
Minérios de cobre	481	9,3%	445	9,2%	499	10,2%
Farelo de soja	610	11,8%	520	10,7%	435	8,9%
Semimanufaturados de ferro ou aço	140	2,7%	152	3,1%	246	5,0%
Partes de motores	189	3,6%	159	3,3%	182	3,7%
Minérios de ferro	247	4,8%	114	2,3%	181	3,7%
Ligas de aço, em formas primárias	109	2,1%	85	1,8%	147	3,0%
Preparações e conservas de carne	102	2,0%	113	2,3%	105	2,1%
Pastas químicas de madeira	32	0,6%	52	1,1%	93	1,9%
Partes e acessórios de veículos automóveis	88	1,7%	80	1,6%	93	1,9%
Subtotal	3.055	59,0%	2.674	55,0%	2.860	58,2%
Outros	2.124	41,0%	2.187	45,0%	2.051	41,8%
Total	5.179	100,0%	4.861	100,0%	4.911	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2017

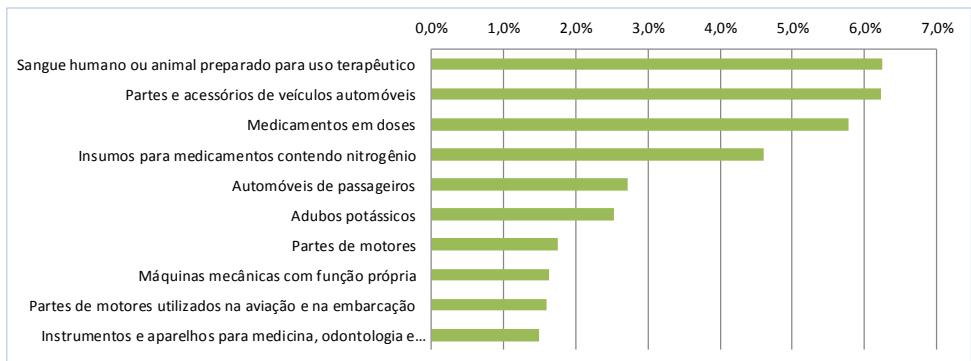


Composição das importações brasileiras originárias da Alemanha (SH4)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	549	5,3%	438	4,8%	576	6,2%
Partes e acessórios de veículos automóveis	481	4,6%	528	5,8%	575	6,2%
Medicamentos em doses	513	4,9%	537	5,9%	534	5,8%
Insumos para medicamentos contendo nitrogênio	532	5,1%	562	6,1%	425	4,6%
Automóveis de passageiros	407	3,9%	213	2,3%	250	2,7%
Adubos potássicos	381	3,7%	292	3,2%	234	2,5%
Partes de motores	161	1,5%	141	1,5%	162	1,8%
Máquinas mecânicas com função própria	202	1,9%	185	2,0%	151	1,6%
Partes de motores utilizados na aviação e na embarcação	189	1,8%	143	1,6%	147	1,6%
Instrumentos e aparelhos para medicina, odontologia e veterinária	162	1,6%	115	1,3%	137	1,5%
Subtotal	3.576	34,4%	3.153	34,5%	3.191	34,6%
Outros	6.804	65,6%	5.978	65,5%	6.037	65,4%
Total	10.380	100,0%	9.131	100,0%	9.227	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2018.

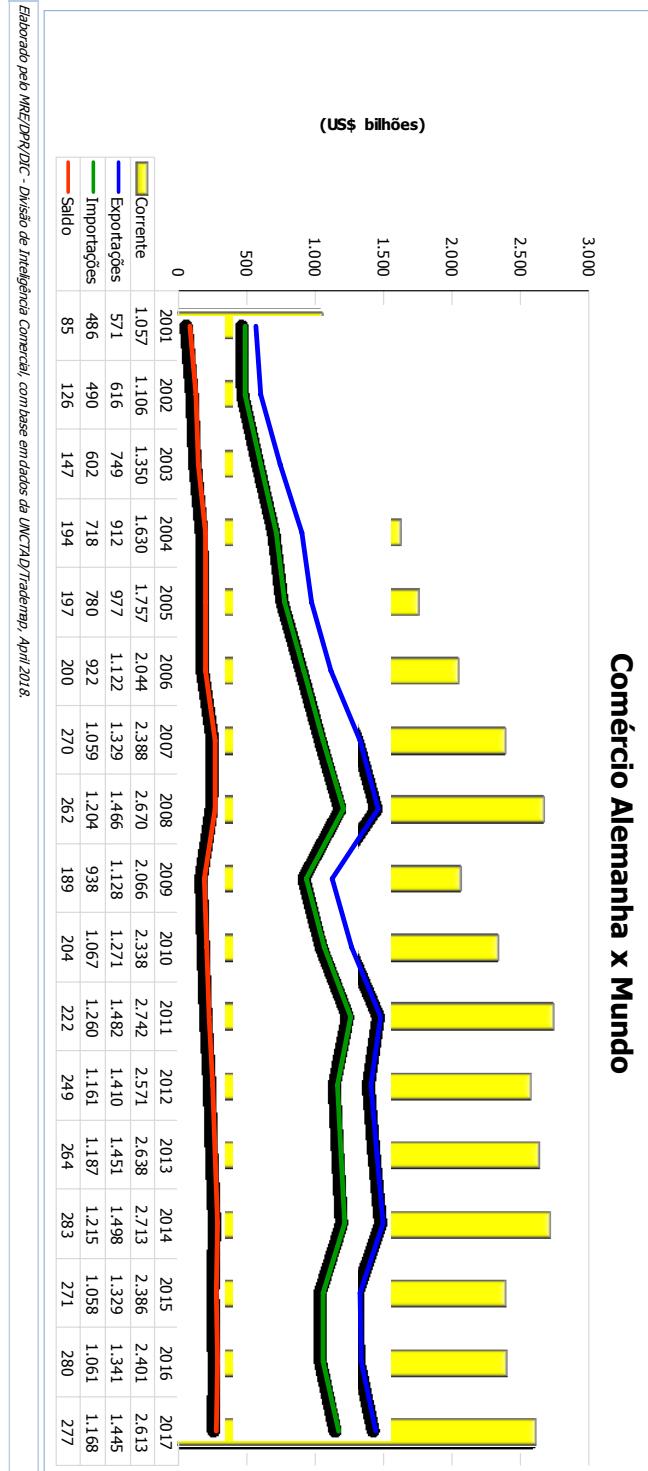
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões

Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018
Exportações					
Café em grãos	260	21,1%	209	16,6%	Café em grãos 16,6%
Minérios de cobre	127	10,3%	102	8,1%	Minérios de cobre 8,1%
Semimanufaturados de ferro ou aço	51	4,1%	77	6,1%	Semimanufaturados de ferro ou aço 6,1%
Farelo de soja	128	10,3%	75	6,0%	Farelo de soja 6,0%
Turbinas a gás	16	1,3%	55	4,4%	Turbinas a gás 4,4%
Minérios de ferro	52	4,2%	52	4,1%	Minérios de ferro 4,1%
Partes de motores	37	3,0%	49	3,9%	Partes de motores 3,9%
Pastas químicas de madeira, à soda ou sulfato	30	2,4%	45	3,5%	Pastas químicas de madeira, à soda ou sulfato 3,5%
Hidrogênio para uso industrial	12	1,0%	29	2,3%	Hidrogênio para uso industrial 2,3%
Partes e acessórios de veículos automóveis	20	1,6%	23	1,9%	Partes e acessórios de veículos automóveis 1,9%
Subtotal	732	59,3%	716	56,9%	
Outros	503	40,7%	542	43,1%	
Total	1.235	100,0%	1.258	100,0%	
Grupos de produtos	2017 (jan-mar)	Part. % no total	2018 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018
Importações					
Partes e acessórios de veículos automóveis	127	5,7%	190	7,6%	Partes e acessórios de veículos automóveis 7,6%
Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico	155	6,9%	179	7,2%	Sangue humano ou animal preparado para uso terapêutico 7,2%
Medicamentos em doses	116	5,2%	148	5,9%	Medicamentos em doses 5,9%
Automóveis de passageiros	38	1,7%	67	2,7%	Automóveis de passageiros 2,7%
Máquinas com função de própria	60	2,7%	61	2,4%	Máquinas com função de própria 2,4%
Fertilizantes potássicos	55	2,5%	59	2,4%	Fertilizantes potássicos 2,4%
Insumentos para medicamentos contendo nitrogênio	54	2,4%	56	2,2%	Insumentos para medicamentos contendo nitrogênio 2,2%
Partes de motores	36	1,6%	50	2,0%	Partes de motores 2,0%
Instrumentos para medicina, odontologia e veterinária	27	1,2%	36	1,4%	Instrumentos para medicina, odontologia e veterinária 1,4%
Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção	34	1,5%	34	1,4%	Virabrequins, cambotas, manivelas e rodas de fricção 1,4%
Subtotal	704	31,6%	880	35,2%	
Outros produtos	1.525	68,4%	1.616	64,8%	
Total	2.229	100,0%	2.496	100,0%	

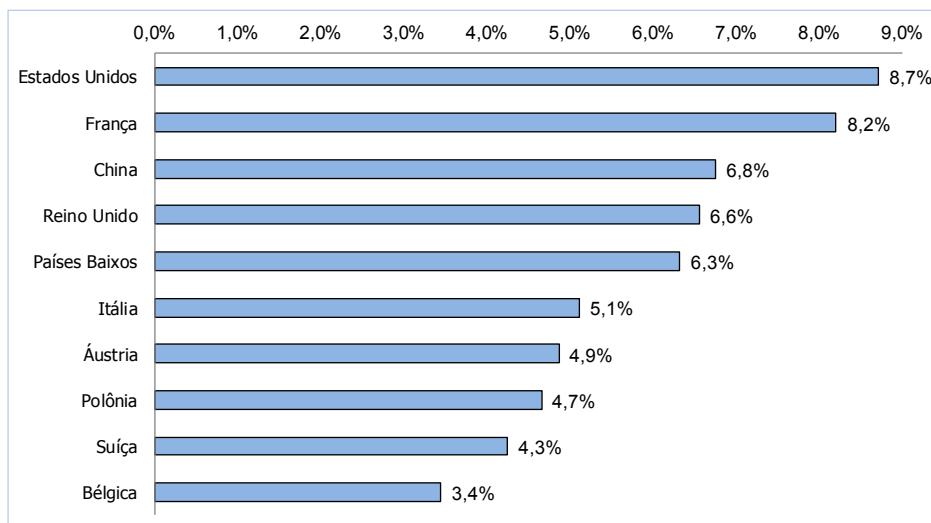
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb, Abril de 2018.



Principais destinos das exportações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Estados Unidos	126	8,7%
França	119	8,2%
China	98	6,8%
Reino Unido	95	6,6%
Países Baixos	91	6,3%
Itália	74	5,1%
Áustria	70	4,9%
Polônia	67	4,7%
Suíça	61	4,3%
Bélgica	50	3,4%
...		
Brasil (31º lugar)	10	0,7%
Subtotal	861	59,6%
Outros países	584	40,4%
Total	1.445	100,0%

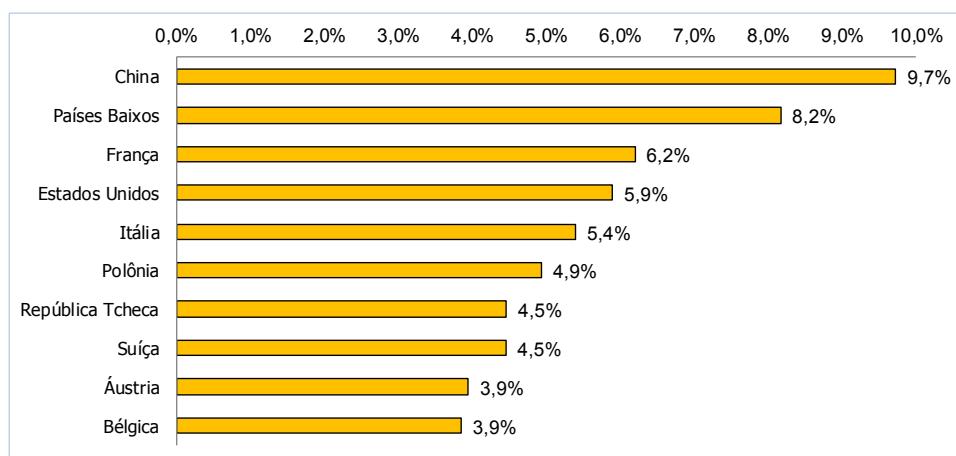
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Principais origens das importações da Alemanha
US\$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
China	114	9,7%
Países Baixos	95	8,2%
França	72	6,2%
Estados Unidos	69	5,9%
Itália	63	5,4%
Polônia	58	4,9%
República Tcheca	52	4,5%
Suíça	52	4,5%
Áustria	46	3,9%
Bélgica	45	3,9%
...		
Brasil (29º lugar)	9	0,8%
Subtotal	675	57,8%
Outros países	493	42,2%
Total	1.168	100,0%

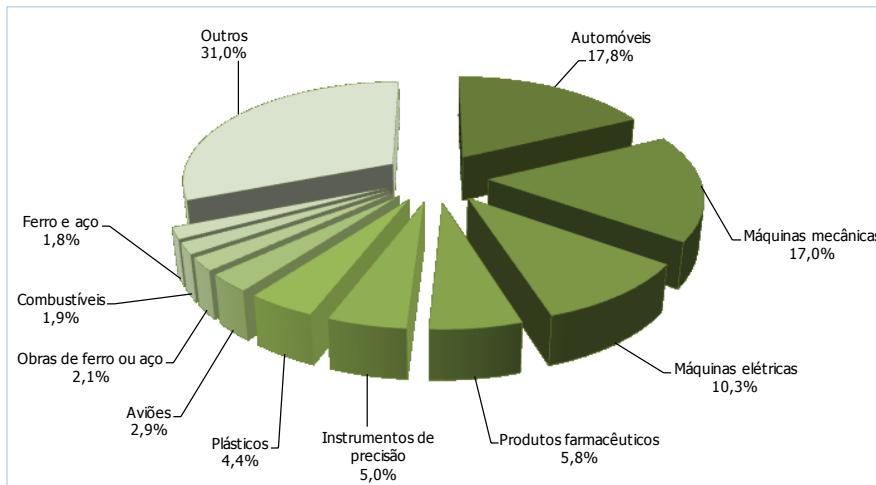
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.



Composição das exportações da Alemanha (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 7	Part.% no total
Automóveis	257	17,8%
Máquinas mecânicas	245	17,0%
Máquinas elétricas	149	10,3%
Produtos farmacêuticos	84	5,8%
Instrumentos de precisão	73	5,0%
Plásticos	64	4,4%
Aviões	42	2,9%
Obras de ferro ou aço	31	2,1%
Combustíveis	27	1,9%
Ferro e aço	26	1,8%
Subtotal	997	69,0%
Outros	447	31,0%
Total	1.445	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

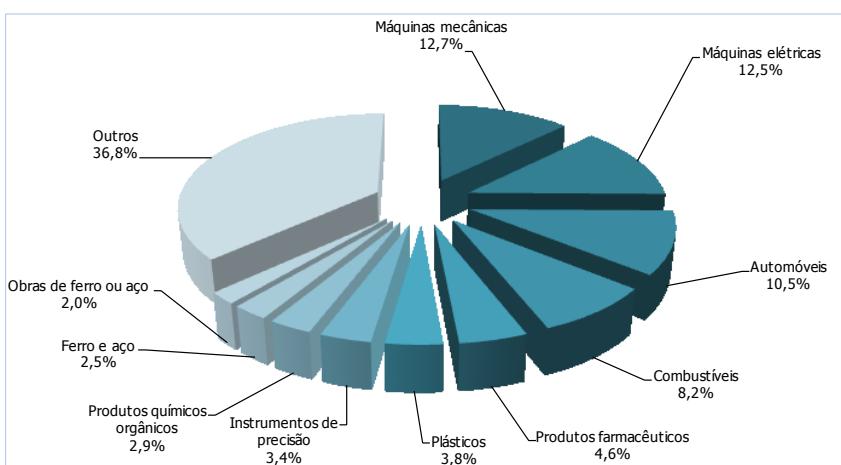


Composição das importações da Alemanha (SH2)
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Máquinas mecânicas	149	12,7%
Máquinas elétricas	146	12,5%
Automóveis	123	10,5%
Combustíveis	96	8,2%
Produtos farmacêuticos	54	4,6%
Plásticos	44	3,8%
Instrumentos de precisão	40	3,4%
Produtos químicos orgânicos	34	2,9%
Ferro e aço	29	2,5%
Obras de ferro ou aço	23	2,0%
Subtotal	738	63,2%
Outros	430	36,8%
Total	1.168	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, April 2018.

10 principais grupos de produtos importados



INVESTIMENTOS BRASIL-ALEMANHA

Descrição	Estoque ⁽¹⁾	Fluxo								
		2014	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (jan-mar)
Origem: Alemânia	18.192 (7°)	538	1.125 (13°)	826 (16°)	1.011 (11°)	1.574 (10°)	6.570 (5°)	1.826 (9°)	212 (12°)	
Origem: Brasil	208 (32°)	25	46 (24°)	36 (27°)	68 (25°)	78 (22°)	44 (18°)	2 (34°)	1 (26°)	

Dados do Banco Central do Brasil

(1) Estoque é o valor de mercado das empresas estrangeiras, instaladas em determinado país, na data de referência. O fluxo são as transferências efetivas de capital, em um dado intervalo de tempo (geralmente anual).



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 34, de 2018 (Mensagem nº 244/2018, na Casa de origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.*

SF18576.66867-04

Relator: Senador **LASIER MARTINS**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Alemanha.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

SF18576.668667-04

O Sr. ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS é filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos e nasceu no Rio de Janeiro RJ, em 27 de dezembro de 1952. Graduou-se em Engenharia de Sistemas em 1979, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1979. Ascendeu a Conselheiro em 1992; a Ministro de Segunda Classe, em 1998; e a Ministro de Primeira Classe, em 2005. Todas as promoções por merecimento. Em 1997, após concluir o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve aprovada sua tese intitulada “O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento”.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria e na Administração Federal destacam-se as de Chefe da Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, entre 1982 e 1983; Chefe substituto da Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, de 1990 a 1992; Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, de 1992 a 1993; Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 1995 a 1998; Diretor-Geral do Departamento de Promoção Comercial, entre 1998 e 2000; Secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, de 2003 a 2005; Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, entre 2005 e 2006; e Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral Política II, de 2007 a 2010.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, de 1993 a 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington, de 2000 a 2003; Embaixador do Brasil em Londres, de 2010 a 2015; e Embaixador em Pequim, de 2015 a 2016.

Desde 2016, é Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil).

Desempenhou ainda importantes funções em missões temporárias, integrando e chefiando delegações, constituindo-se o ilustre Embaixador em um de nossos mais preparados e hábeis negociadores diplomáticos, mormente em assuntos comerciais e econômicos e de propriedade intelectual, agenda que, sem dúvida, tem um lugar central no relacionamento com Alemanha.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

SF18576.66867-04

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Federal da Alemanha, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A República Federal da Alemanha é país localizado na Europa Central, banhado pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira com Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, República Tcheca e Suíça. Seu território estende-se por mais de 357 mil quilômetros quadrados. A população é de aproximadamente 82,65 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Berlim. A língua oficial é o alemão.

O país detém a maior economia europeia e a quarta maior do mundo. O setor industrial é proeminente na economia alemã, sobretudo nas áreas automotiva, de engenharia mecânica e de metais. No que diz respeito à atuação externa, a Alemanha é forte defensora da integração europeia, do multilateralismo e da aliança transatlântica com os Estados Unidos.

Brasil e Alemanha estabeleceram relações diplomáticas em 1871, logo após a unificação alemã e a criação do Império Alemão, em 18 de janeiro desse ano. Rompidas no contexto da II Guerra Mundial, as relações seriam retomadas em 1951.

O relacionamento bilateral – alçado ao nível de Parceria Estratégica, em 2002 – é, tradicionalmente, sólido e denso, marcado por ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais. As relações Brasil-Alemanha são alicerçadas na observância de princípios e valores comuns, como a igualdade entre os Estados, a promoção dos direitos humanos, o compromisso com o multilateralismo e o respeito às diversidades étnica e cultural dos povos. A diáspora alemã no Brasil, os interesses econômicos e comerciais e a clara percepção da importância de cada país na sua região reforçam a disposição para contínua aproximação.

A Alemanha é uma das principais fontes da cooperação técnica recebida pelo Brasil. Os temas de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável têm grande relevo na relação bilateral. As áreas de florestas tropicais



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

SF18576.66867-04

e de energias renováveis são os eixos principais da cooperação alemã com o Brasil, incluindo eficiência energética em indústrias, edifícios e sistemas de transporte urbano. Além disso, Brasil e Alemanha possuem projetos de cooperação trilateral para países da América Latina e da África.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Alemanha manteve-se na posição de quarto maior parceiro comercial do Brasil no mundo e primeiro na Europa. Segundo os últimos dados estatísticos alemães, o Brasil continua como o primeiro parceiro da Alemanha na América do Sul. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), no ano passado, as exportações brasileiras, no valor de US\$ 4,9 bilhões, elevaram-se em 1,03% e as importações expandiram-se em 1,06%, atingindo US\$ 9,2 bilhões. O déficit brasileiro acumulado foi de US\$ 4,3 bilhões, o menor desde 2009, à exceção de 2016. O intercâmbio bilateral em 2017, no valor de US\$ 14,1 bilhões, cresceu 1,05% com relação ao mesmo período do ano anterior, apontando para o primeiro resultado positivo desde 2012.

Diferentemente de anos anteriores, as vendas brasileiras de bens manufaturados e semimanufaturados para a Alemanha cresceram 15,37%, chegando a US\$ 2,3 bilhões. Nessas circunstâncias, ultrapassaram as de produtos de base, que tiveram retração de 9,38%, ficando em US\$ 2,2 bilhões. As principais exportações para o mercado alemão consistiram em café em grãos, minérios e farelo de soja, enquanto as compras de produtos alemães mantiveram-se fortemente concentradas em bens industrializados, com destaque para medicamentos (12%) e partes e peças para automóveis e tratores (6,2%).

O país é historicamente um dos maiores investidores na economia brasileira. Aproximadamente 1.600 empresas alemãs (ou de capital alemão) estão instaladas no Brasil. Conforme estatísticas do Banco Central, o estoque de investimentos da Alemanha no país ultrapassava US\$ 18 bilhões em 2014, sem contabilizar o reinvestimento em reais e os investimentos alemães feitos por meio de terceiros países.

Vale destacar o aspecto consular dessa Missão. A comunidade brasileira encontra-se distribuída por todo o território alemão e é constituída, principalmente, por nacionais brasileiros casados com nacionais alemães,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

SF18576.66867-04

funcionários de empresas alemãs com filiais no Brasil e estudantes que cursam universidades locais. Segundo dados do sistema consular brasileiro, há registro de 90.997 brasileiros residentes na Alemanha. Além do setor consular da Embaixada em Berlim, os cidadãos brasileiros contam com Consulados-Gerais em Frankfurt e Munique. Há consulados honorários em Bremen, Hamburgo, Hannover, Aachen, Düsseldorf, Heidelberg, Nuremberg e Stuttgart.

Registre-se, por fim, que a Alemanha tem apoiado o prosseguimento das negociações de Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator